

Ministério da Saúde
Fundação Oswaldo Cruz
Instituto René Rachou
Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva

**SAÚDE E COMUNICAÇÃO QUILOMBOLA: URGÊNCIAS E DESAFIOS
VIVENCIADOS PELAS MULHERES DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE
CÓRREGO DO NARCISO DO MEIO - MINAS GERAIS DURANTE A PANDEMIA
DA COVID-19**

por

Stephanie dos Santos Cabral

Belo Horizonte

2023

STEPHANIE DOS SANTOS CABRAL

**SAÚDE E COMUNICAÇÃO QUILOMBOLA: URGÊNCIAS E DESAFIOS
VIVENCIADOS PELAS MULHERES DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE
CÓRREGO DO NARCISO DO MEIO - MINAS GERAIS DURANTE A PANDEMIA
DA COVID-19**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva do Instituto René Rachou, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Saúde Coletiva - área de concentração Políticas de Saúde e Proteção Social.

Orientação: Dra. Denise Nacif Pimenta

Coorientação: Dra. Flora Rodrigues Gonçalves

Belo Horizonte

2023

O presente trabalho foi realizado com apoio de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) - Código de Financiamento 001.

C117s Cabral, Stephanie dos Santos.
2023

Saúde e Comunicação Quilombola: Urgências e desafios vivenciados pelas mulheres da comunidade quilombola de Córrego do Narciso do Meio - Minas Gerais durante a Pandemia da COVID-19 / Stephanie dos Santos Cabral. - Belo Horizonte, 2023.

152 f. : il. color.

Orientadora: Denise Nacif Pimenta.

Coorientadora: Flora Rodrigues Gonçalves

Dissertação (Mestrado Acadêmico em Saúde Coletiva), Belo Horizonte, 2023.

Bibliografia: f. 128 - 137.

1. COVID-19/prevenção & controle. 2. Quilombolas. 3. Comunicação em Saúde/métodos. 4. Pandemias/prevenção & controle. I. Título.

CDD 616.99

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da Rede de Bibliotecas da Fiocruz com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Bibliotecário responsável pela elaboração da ficha catalográfica:
Segemar Oliveira Magalhães – CRB/6 1975 FIOCRUZ. Instituto René Rachou.
Biblioteca de Ciências da Saúde Prof. Zigman Brener

STEPHANIE DOS SANTOS CABRAL

**Saúde e Comunicação Quilombola: Urgências e desafios vivenciados durante a
pandemia de COVID - 19 pelas mulheres da comunidade quilombola de Córrego do
Narciso do Meio - Minas Gerais**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva do Instituto René Rachou, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Saúde Coletiva - área de concentração Políticas de Saúde e Proteção Social.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Flora Rodrigues Gonçalves (Fiocruz) Presidente

Profa. Dra. Polyana Aparecida Valente (UEMG) Titular

Profa. Dra. Paloma Ferreira Coelho Silva (Fiocruz) Titular

Prof. Dr. Bráulio Silva Chaves (Fiocruz) Suplente

Dissertação defendida e aprovada em Belo Horizonte, 11/09/2023.

AGRADECIMENTOS

Celebro meus ancestrais, reverenciando cada mulher e homem que trilhou o caminho antes de mim, tecendo a trama da minha história com fios de coragem e sabedoria. À comunidade quilombola de Córrego do Narciso do Meio, ofereço minha gratidão sincera, por compartilharmos um vínculo de respeito e aprendizado mútuo. À minha coorientadora Flora Rodrigues Gonçalves, rendo homenagens por sua orientação afetuosa, paciência incansável e pelos presentes coloridos que sempre me arrancaram sorrisos.

A vovó Maria Zilda, sou grata pelas lições de fé e força, mostrando-me que a vida é uma jornada a ser abraçada com bravura. À Espiritualidade, a Deus, aos santos e orixás, sou grata pela proteção e pela força que sempre encontrei em suas bênçãos. Ao Gabriel Assis, meu grande amor por me ensinar o que é ser amada e como o abandono e o desamor, podem te destruir, mas também serem impulso para voos maiores.

À mamãe Célia Maria Ferreira, minha Maria inspiradora, sou grata por acreditar em mim quando minha fé vacilava. Ao papai Ivanilton Cabral, por lutar e vencer, sendo exemplo de superação. Aos meus irmãos Rafael e Gustavo, agradeço por serem tempestade e porto seguro em um só abraço, mostrando-me a importância do amor fraterno. Aos amigos que caminharam comigo nesta jornada desafiadora, agradeço a cada um de vocês por serem meus pilares e privilégio de amor verdadeiro.

À Lavanda e Arruda, minhas fiéis companheiras, sou grata por me salvarem de mim mesma e por despertarem os sorrisos mais puros em meu rosto. A Cristiana Brito, por ser exemplo, força e acolhimento, e à Aline Luiza, por jamais soltar minha mão, serei eternamente grata por suas presenças em minha vida. Ao Gabriel Dabian, por chegar, trazendo o aroma do café e acalmando meus dias tocando baixinho Baby 95.

Ao Vagner Ferreira, agradeço por nunca desistir de mim, me mostrar o quanto o afeto pode ser revolucionário, e estar ao meu lado nos momentos mais difíceis.

A todos aqueles que acreditam em meus sonhos e me encorajam a seguir em frente, meu coração transborda alegria e gratidão. É uma dádiva ter uma rede de apoio tão calorosa e genuína. Amo cada um de vocês!

À Biblioteca do IRR, em prover acesso gratuito local e remoto à informação técnico-científica em saúde custeada com recursos públicos federais, integrando o rol de referências desta tese, também pela catalogação e normalização da mesma.

RESUMO

Este trabalho explora os processos comunicacionais nas comunidades quilombolas, ressaltando seu papel na promoção de mudanças nas relações interpessoais e na instauração de debates sobre ampliação de direitos sociais e políticas públicas essenciais à comunidade, especialmente no contexto de saúde. O objetivo central do estudo é refletir sobre como se deu o processo de comunicação sobre a pandemia de COVID-19 entre as mulheres da comunidade quilombola de Córrego do Narciso do Meio, levando em consideração a ausência de estudos que abordam a temática da saúde e divulgação científica no contexto quilombola. Por meio da metodologia adotada, foi possível compreender que as informações ainda circulam principalmente por meio do boca a boca e do rádio, amplamente ouvido na comunidade. O grito pode ser considerado uma tecnologia de comunicação essencial e eficaz nessa comunidade. As entrevistas e observações revelaram que a comunicação intracomunitária sobre alguns assuntos é limitada e confusa, enquanto outros saberes fluem organicamente. Foi identificada a existência de desencontros significativos em relação à comunicação, especialmente durante a pandemia, e a pesquisa buscou entender o impacto disso na comunidade e propor protocolos para uma comunicação mais eficaz, especialmente no que diz respeito à saúde. A interação dos saberes e das formas de se expressar no território é fundamental para a qualidade de vida dessa população.

Palavras-chave: comunidades quilombolas, comunicação da saúde, pandemia, saúde quilombola.

ABSTRACT

This work explores the communicational processes in quilombola communities, emphasizing their role in promoting changes in interpersonal relationships and fostering debates about the expansion of social rights and essential public policies within the community, especially in the context of health. The main objective of this study is to reflect on how the communication process about the COVID-19 pandemic unfolded among the women of the quilombola community of Córrego do Narciso do Meio, taking into consideration the lack of studies addressing the theme of health and scientific dissemination within the quilombola context. Through the adopted methodology, it was possible to understand that information still mainly circulates through word of mouth and radio, widely heard in the community. Shouting can be considered an essential and effective communication technology within this community. Interviews and observations revealed that intracommunity communication on certain topics is limited and confusing, while other forms of knowledge flow organically. Significant discrepancies in communication were identified, especially during the pandemic, and the research aimed to understand the impact of this on the community and propose protocols for more effective communication, particularly concerning health. The interaction of knowledge and ways of expression within the territory is crucial for the quality of life of this population.

Keywords: quilombola communities, health communication, pandemic, quilombola health

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Passo a passo da titulação quilombola.....	52
Figura 2 - Plantio de muda na recém-construída lagoa da comunidade.....	68
Figura 3 - Mulheres da comunidade dançando.....	75
Figura 4 - Reprodução/Plano de Desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha.....	83
Figura 5 - Localização dos principais municípios do Vale.	83
Figura 6 - Indicador Socioeconômico Médio Jequitinhonha.....	88
Figura 7 - Comunidade Córrego do Narciso do Meio.	93
Figura 8 - Escola da comunidade e trabalho sobre identidade quilombola desenvolvido na escola.	95
Figura 9 - Processo de certificação do Quilombo Córrego do Narciso Do Meio.....	97
Figura 10 - Não titulação Quilombo Córrego do Narciso.	99
Figura 11 - Mapa aéreo em relevo da bacia do Córrego do Narciso.	100
Figura 12 - Barragem do Calhauzinho.	100
Figura 13 - Entrada da comunidade.....	101
Figura 14- Entrada da comunidade.....	101
Figura 15 - Entrada da comunidade.....	101
Figura 16 - Bananal.	102
Figura 17 - Bananal.	102
Figura 18 - Mandioca sendo preparada no moinho para fazer farinha.....	110
Figura 19 - Cozinha de Dona Duca entrevista coletiva.	114
Figura 20 - Entrevista com Catilene - Presidente da associação de moradores.	114
Figura 21 - Rádio em funcionamento na cozinha de uma das moradoras da comunidade.....	120
Figura 22- Capa do Boletim Informativo da Comunidade Quilombo Córrego do Narciso.....	121
Figura 23 - Figura 23- Apresentação e Distribuição dos boletins.....	122

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ABRAPSO** - Associação Brasileira de Psicologia Social
- ACS** - Agente comunitário de saúde
- ADCT** - Ato Das Disposições Constitucionais Quilombolas
- ADPF** - Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
- ANVISA** - Agência Nacional de Vigilância Sanitária
- CEDEFES** - Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva
- CPT** - Comissão Pastoral da Terra
- CONAQ** - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
- DSS** - Determinantes Sociais da Saúde
- EMA** - European Medicines Agency
- ESPII** - Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional
- FCP** - Fundação Cultural Palmares
- FDA** - Food and Drug Administration
- IDH** - Índices de Desenvolvimento Humano do Estado
- ICMbio** - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
- INCRA** - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- MNU** - Movimento Negro Unificado
- OIT** - Organização Internacional do Trabalho
- ODS** - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
- ONU** - Organização das Nações Unidas
- PNSIPCF** - Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta
- PNSIPN** - Política Nacional de Saúde Integral da População Negra
- RTID** - Relatório Técnico e Delimitação
- SEPPPIR** - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
- SUS** - Sistema Único de Saúde
- TCLEs** - Termos de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1	Introdução.....	14
2	Objetivo.....	18
2.1	Objetivos específicos.....	18
	Interlúdio n° 1	19
3	Referencial Teórico	20
3.1	As origens e definições de comunidades quilombolas	20
3.2	A COVID-19 no contexto quilombola	33
	Interlúdio n°2	43
3.3	A questão territorial quilombola.....	44
3.4	Políticas públicas voltadas para a população quilombola	53
3.5	Comunicação, oralidade, divulgação e saúde no contexto quilombola.....	60
3.6	A comunicação dos conhecimentos tradicionais quilombolas	74
3.7	Os quilombolas em Minas Gerais e no Vale do Jequitinhonha.....	79
	Interlúdio n°3	86
4	Metodologia	93
4.1	Local do estudo - Comunidade Quilombola do Córrego Narciso do Meio.....	93
4.2	Metodologia qualitativa.....	102
4.3	Entrevista semiestruturada.....	104
4.4	Observação participante	105
4.5	Análise de conteúdo.....	106
	Interlúdio n°4	108
5	Resultados	109
5.1	Primeiras impressões - casos da comunidade.....	112
5.2	Comunicação comunitária, fluxo de informações e o “jeitinho de fazer e falar”	116
5.3	Boletins comunitários - Novas ideias no comunicar	121
6	Considerações Finais.....	122
	Interlúdio 5	127
	REFERÊNCIAS	128
	APÊNDICES	138
	Apêndice I - Roteiro para entrevistas semiestruturadas	138
	Apêndice II - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	140
	ANEXO	144
	Anexo I – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....	144

*A noite não adormecerá
jamais nos olhos das fêmeas
pois do nosso sangue-mulher
de nosso líquido lembradiço
em cada gota que jorra
um fio invisível e tônico
pacientemente cose a rede
de nossa milenar resistência.*

Beatriz Nascimento, 1972

Se queres partir, ir embora

Me olha de onde estiver

Que eu vou te mostrar que eu tô pronta

Me colha madura do pé.

A Maria Vitória, eu espero que você esteja orgulhosa, estrelinha!

1 Introdução

“Famílias pretas são sementes de comunidades vivas

Por isso que eu dou minha vida

Pra nunca deixar morrer.”

(Thiago el Niño)

Eu cresci escutando vovó dizer: *“Você não é preta, é moreninha, você tem que conhecer fulano pra ver o que é preto”*. No entanto, muito cedo eu também vivenciei na pele uma frase que uma professora da 5º série sempre dizia: *“A gente que é preta não tem dúvida que é preta, as situações que a gente vive não deixa”*. Sábia Maria Geralda, eu sem nem mesmo identificar na época quais eram tais situações nunca tive dúvidas, sou PRETA!

A conscientização em relação à situação das mulheres negras tem sido uma constante em minhas reflexões, pois ao longo dos anos tenho testemunhado as histórias de luta e resistência dessas mulheres. Essas mulheres vivenciam medos e sofrimentos ao longo da vida, que muitas vezes são inevitáveis, pois o tom de sua pele é constantemente usado como motivo de denúncia. Acrescenta-se a isso o fato de que as mulheres negras frequentemente envelhecem solitárias e acabam assumindo o papel de cuidadoras, enfrentando diversas outras questões em seu cotidiano. Já dizia Elza Soares: *“Às vezes, parece que o mundo se esquece que mulheres pretas também têm coração, alma e sentimentos que precisam ser acolhidos e amados.”*

É necessário confrontar a realidade dolorosa do pouco afeto e reconhecimento dado a mulheres pretas, entendendo a importância de nos abraçar com o carinho, compreensão e o apoio que merecemos. Somente através do diálogo franco, do respeito mútuo e do compromisso com a igualdade é que poderemos construir um futuro onde todas as mulheres, independentemente de sua cor ou origem, sejam valorizadas e respeitadas como seres humanos plenos, capazes de contribuir de forma significativa para o bem-estar de suas comunidades e da sociedade como um todo.

Durante a minha trajetória acadêmica que antecedeu ao mestrado, não tive oportunidade de acessar a temática quilombola em toda a sua complexidade, assunto que sempre foi do meu interesse. Aprendida na escola por meio da história extremamente euro centrada do currículo escolar, isto é, que não visibiliza adequadamente a importância da população remanescente de quilombo no percurso formativo do Brasil, os territórios quilombolas sempre despertaram meu fascínio. Assim, parto de minhas vivências e estudos ao construir esse texto que se justifica na minha pele, na minha história e na ânsia por conhecer cada vez mais, desconstruir a ideia

colonizada acerca de onde eu vim. Nesse sentido, a ligação com a saúde coletiva se deu justamente por meio de minhas experiências profissionais anteriores.

Os projetos desenvolvidos até aqui em minha formação profissional na área da saúde coletiva foram muito pautados na divulgação científica, na comunicação em saúde, além de temas relacionados à educação, saúde e ambiente e vez ou outra esbarravam na questão da ancestralidade que tanto chamava minha atenção e despertava minha curiosidade - por saber que existe uma história que não está nos livros e tampouco é ensinada nas escolas. Essa história é vivida por povos e comunidades tradicionais de diversas regiões do Brasil há mais de 3 séculos.

Uma vez na pós-graduação, a oportunidade de entrar em contato com os territórios quilombolas e sua vivência cotidiana surgiu a partir de projetos que já estavam em desenvolvimento no grupo de pesquisa no qual fui inserida. Pude então conhecer as realidades de algumas comunidades remanescentes quilombolas, comunidades estas que foram estabelecidas no Brasil durante o processo de ocupação do território nacional por colonizadores europeus, no decorrer do período de colonização que ocorreu aproximadamente entre os anos de 1500 e 1822 e que ainda lutam cotidianamente para garantir seus direitos de acesso e permanência em suas terras. Tais lutas são traduzidas na reprodução de seus modos de vida característicos e ancestrais, enfrentando barreiras na falta de acesso aos direitos básicos como saúde, educação, saneamento básico, etc.

Dessa forma o presente estudo emerge da vontade de, ao reconhecer minha identidade negra e minha trajetória até aqui, compreender e apreender as vivências e demandas desses grupos étnicos, pensados a partir do meu mestrado em Saúde Coletiva pela Fiocruz Minas Gerais. Pensando em meu percurso, consegui visualizar, tal como Grada Kilomba (2019) já aciona, que conceitos como o conhecimento, erudição e ciência estão intrinsecamente ligados ao poder e à autoridade racial. Pensar como os conhecimentos tradicionais quilombolas têm sido valorizados e ressignificados a cada nova geração foi o eixo norteador para compreender a representação dos quilombos nos discursos acadêmicos.

A oportunidade de acessar a complexidade da questão quilombola se mostrou possível por meio da participação em projetos em desenvolvimento, como já mencionado, e o processo ocorreu de forma orgânica e natural através da orientação para o mestrado e inserção no grupo de pesquisa: Pesquisa Clínica e Políticas Públicas em Doenças Infecto-Parasitárias - PCPP. Este estudo tem interseção com dois projetos: “COVID-19, risco, impacto e resposta de gênero” e “Comunidades quilombolas e COVID-19: desenvolvimento de tecnologias sociais para

promoção de saúde no Médio Jequitinhonha, Minas Gerais”. As observações e vivências em campo por meio desses dois projetos geraram inquietações e discussões sobre as formas de comunicação dos quilombolas da comunidade Córrego do Narciso do Meio, localizada em Araçuaí, MG, em especial no contexto pandêmico e nos vários elementos envolvidos nesse processo, atravessados por questões ligadas à saúde, meio ambiente, território, gênero e raça. A comunicação constitui, hoje, uma importante ferramenta de luta para os povos tradicionais e quilombolas brasileiros manifestarem suas diversidades de culturas e vivências além de suas batalhas cotidianas pelo direito de existir. Os processos comunicacionais nas comunidades promovem mudanças nas relações interpessoais dos remanescentes de quilombos e levantam temáticas que possibilitam o fortalecimento de debates sobre resistência cultural, buscando por ampliação de direitos sociais e consolidação das políticas públicas necessárias à comunidade, com ênfase nas políticas públicas de saúde (Domingos De Almeida, C; Dos Santos Córrea, 2013).

Os estudos das e nas comunidades remanescentes quilombolas são de profunda importância, uma vez que as experiências desse grupo comportam dimensões culturais, comunicacionais e políticas que permitem compreender diversas facetas das lutas sociais brasileiras. Apesar de remeterem ao passado escravagista e ainda serem marcadas por enfrentamentos contra o descaso por parte do Estado, essas comunidades são exemplos de resistência, sabedoria e formas próprias de viver.

De acordo com Silva Lopes e colaboradores (2022), poucas são as pesquisas realizadas entre comunicação e quilombolas, e tais pesquisas se fizeram e fazem necessárias no contexto da pandemia de COVID-19 e no período pós pandêmico. Esse cenário acentua a necessidade de discussão do tema, principalmente frente a um governo como o do ex -presidente Jair Bolsonaro que acentuou consideravelmente a situação de grupos mais vulneráveis como os quilombolas. Inclusive, no intuito de corrigir a violação de direitos básicos relativos à saúde no contexto pandêmico, a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), em conjunto com a sociedade civil, construíram e apresentaram a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - (ADPF) - 742, resultando no Plano de Enfrentamento da pandemia nas comunidades quilombolas. O Plano foi construído a partir de discussões em grupos de trabalho interdisciplinares, com a presença de representantes indígenas e quilombolas, e contribuições documentadas desses e de outros atores da sociedade civil e de órgãos do Poder Público.

Embora iniciativas importantes como a ADPF- 742 que visam assegurar a vida e a saúde

quilombola sejam fundamentais, elas ainda são insuficientes para garantir as demandas dos territórios quilombolas em seus pleitos concernentes ao fornecimento de água potável, verba emergencial para a saúde, saneamento básico adequado etc. Ainda que o número de óbitos nas comunidades possa parecer pequeno diante do número de óbitos no país, as comunidades quilombolas brasileiras estiveram expostas a uma situação de alta vulnerabilidade à pandemia de COVID-19 devido às demandas de seus territórios citadas anteriormente. O racismo institucional e estrutural que marca também o acesso desigual ao sistema de saúde, seja nas unidades básicas, seja nos hospitais e a ausência de veículos de comunicação vocacionados além da falta de uma estratégia comunicacional que contemplasse as múltiplas realidades locais dessas comunidades, não permitiu a difusão de informações adequadas sobre as estratégias de contenção do coronavírus, dificultando a adesão da população quilombola às medidas de prevenção da doença. Para as comunidades quilombolas a pandemia de COVID-19 intensificou as insuficiências de seus territórios e aumentou as demandas por políticas de saúde uma vez que nesses territórios tal crise sanitária foi sinônimo de abandono, racismo e necropolítica, escancarando o projeto cruel, violento e de dominação de uma sociedade que fomenta estruturalmente e institucionalmente a falta de direitos, recursos e acessos a essa população e a demais populações negras e indígenas no país. Relatos de estudos recentes desenvolvidos no período pandêmico com comunidades quilombolas levantam a mesma questão: faltou água, comida, médicos, testagem, remédios, máscaras, informação assertiva, comunicação e acesso a diversos serviços de saúde no contexto da COVID-19. Assim se faz necessário que mais pesquisas e ações sejam realizadas nesses territórios visando compreender o cotidiano e as diferentes formas de comunicação das famílias que ali residem e como se dá o acesso dessas famílias à informação das questões relativas à saúde.

Partindo desse protagonismo quilombola, é urgente que comunidades remanescentes quilombolas sejam centrais em suas pesquisas, para que, conhecendo seus hábitos, costumes, interações, culturas e acessos a direitos e bens essenciais, como saúde e educação, possamos pensar em conjunto, futuramente, em políticas públicas para a melhoria da qualidade de vida de tais grupos em sua integralidade através de ações realizadas nos territórios e para tanto pensar na comunicação intracomunitária desses grupos é fundamental. Em um contexto de diversidade teórico-metodológico trazido pelos projetos em andamento, de saberes tradicionais distintos e processos de territorialização múltiplos, além de em contextos socioambientais diversos, nos quais essa pesquisa se insere.

Dessa maneira, a pergunta que norteia essa dissertação parte da inquietação advinda

desse contexto, queremos discutir como a comunicação entre as mulheres da comunidade quilombola de córrego do Narciso do Meio no Norte de Minas Gerais foi relevante na disseminação de informações durante a pandemia de COVID-19.

Por fim, quero chamar atenção ao leitor de que este texto científico foi construído de forma em que permitisse, em determinados momentos, pequenas oxigenações simbólicas traduzidas aqui como insights, poemas e saberes corporificados. A essas seções, dei o nome de "Interlúdios".

2 Objetivo

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre como se deu o processo de comunicação sobre a pandemia de COVID-19 entre as mulheres da comunidade quilombola de Córrego do Narciso, levando em consideração a ausência de estudos que abordam a temática da saúde e divulgação científica no contexto quilombola.

2.1 Objetivos específicos

- Compreender como se deu a comunicação no território quilombola do Córrego do Narciso no contexto pandêmico e como foram apropriadas as notícias e informações relacionadas à COVID-19.
- Promover a interlocução entre a produção de conhecimento quilombola e suas formas de divulgação e a produção de conhecimento acadêmico.
- Produzir boletins informativos que retratem e resumam as atividades executadas e de demais demandas relacionadas à saúde que possam surgir na comunidade no decorrer da pesquisa.
- Compreender se houve e qual o papel dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) na divulgação das informações da COVID-19.

Interlúdio n° 1

E veio a pandemia, com seus véus de agonia e medo, o terror pairava, mas decidi seguir em frente, eu fui. No mestrado, a esperança surgiu, oportunidade de mudar o rumo, enfrentar obstáculos, ser resiliente, em meio ao desassossego.

E vieram as perdas, dois amores que partiram, a falta de dinheiro, o desespero que fez paralisar, a sobra de fé, mas eis que, após a tormenta, veio a calma, minha alegria, minha Lavanda.

No primeiro campo, a identificação, um sorriso desenhado, a alegria, o pertencimento, um abraço do destino, mas também veio o fim de um grande amor, dor profunda, a incompreensão e o medo gélido, a espinha arrepiada.

O clichê de vejam só ser trocada por uma mulher branca, quando decidi entender mais de mim, mulher Preta! Questionamentos brotaram, sobre quem fui, quem sou? Dúvidas se seria capaz, se amaria de novo, me encontraria de novo. E a vida, tão mesquinha, nos atira essas encruzilhadas?

Aprendi a recomeçar, passo a passo, com respeito às quedas, enfrentando o preterimento, o cansaço, com força e coragem. E veio minha Arruda, minha força, meu sorriso. entendi que prometer eternidade é vão, pois eu mudo, você muda, todos mudamos, fluindo com a vida, seguimos adiante.

E veio o susto, perder o pai que nunca tive, e o medo, ah, esse medo... Mas veio também a luta, a persistência, o perdão, e outro susto, mamãe desabrigada, ah, parece brincadeira. Mas veio o alívio, papai viveu, mamãe voltou a sorrir,

E eu voltei a mim, ao meu propósito, ao meu texto, seguindo em frente, buscando sempre o meu melhor, mas já não sou a mesma de dois anos atrás, pessoas mudam, tudo muda.

E em meio às reviravoltas, novos sonhos surgem, recomeços se anunciam, e reconstruções se esculpem, nesse lindo caminhar, com altos e baixos, sigo adiante. Com a certeza de que a vida é constante transformação,

Um eterno se renovar, como o rio que abraça o mar.

Dos textos que saem de mim junto com as lágrimas cotidianas...

3 Referencial Teórico

3.1 As origens e definições de comunidades quilombolas

“A abolição formal da escravidão significou para grande parte dos escravos uma armadilha, na medida em que toda uma série de dispositivos foi criada para manter o negro aprisionado”.

Anjos e Silva (2004, p.41).

As comunidades remanescentes quilombolas se constituem como territórios que expressam a luta coletiva da população negra ao longo da história e que resistem diante dos ataques do racismo estrutural. A existência de comunidades quilombolas no Brasil nos remete ao período escravagista, que compreende o século XVI, perdurando por mais de trezentos anos desde a década de 1530. Antes de ser tida como abolida a escravidão, o sistema escravocrata causou danos irreparáveis aos povos escravizados, como, por exemplo, perpetuação da pobreza e exploração, o racismo, a xenofobia, a discriminação religiosa, dentre outros danos (Lopes,2009).

Durante mais de três séculos, a escravidão das populações negras foi um dos meios utilizados pelos europeus para garantir o desenvolvimento da economia colonial latino-americana, se transformando na mola propulsora das mais diferentes atividades produtivas, seja no campo ou nas cidades (Treccani,2006).

A escravidão formou a base da economia brasileira, criando uma estrutura que, a partir desse momento, se subordinava às necessidades do imperialismo. Essa exploração em massa de povos africanos e indígenas exigiu a construção de um país fundamentado no racismo, que acabou se consolidando nacionalmente devido à distribuição desproporcional e intensiva de escravizados negros trazidos da África. A distribuição desses escravizados ocorria em todos os estados, resultando em aproximadamente 50 mil escravizados chegando anualmente ao Brasil, conforme apontado por Moura (1993).

Do Brasil colônia até os dias atuais, é possível identificar comunidades remanescentes de quilombos em praticamente todo o território brasileiro, decorrente da amplitude e da complexidade da escravidão no país. De acordo com Clovis Moura, *“em nenhum país da América do Sul a escravidão foi tão importante numericamente, teve distribuição de âmbito nacional e durou tanto tempo como no Brasil”* (Moura, 1993 p. 15). Desde esta época, populações quilombolas são invisibilizadas e excluídas por processos de apagamento de suas

histórias, de sua cultura, comunicação, ciência, medicina e demais saberes tradicionais.

São múltiplas e diversas as histórias silenciadas pelo racismo e pelo patriarcado que marcam a formação social brasileira, mas são também histórias de luta do povo negro em especial das mulheres e lideranças quilombolas, como Dandara dos Palmares, mulher preta que não foi apenas a esposa de Zumbi dos Palmares que ainda hoje é a principal liderança tida como referência nos livros de história ainda muito centralizados em uma história colonial. A quilombola liderou soldados palmaristas na luta dos quilombolas contra os portugueses, para defender seu território, pegava em armas liderando e ensinando forças femininas e masculinas, além de também atuar na manutenção do quilombo, trabalhando nas colheitas, nas feitura de alimentos básicos como farinha por exemplo. Dandara é uma figura lendária, e sua participação e liderança no Quilombo dos Palmares são descritas principalmente em tradições orais e narrativas históricas. Sabe-se que o Quilombo dos Palmares existente por volta dos anos de 1960, foi um dos mais significativos e duradouros quilombos no Brasil colonial, e que Zumbi dos Palmares, líder do quilombo, foi o responsável por sua resistência e luta contra a opressão.

É possível percebermos ao longo do tempo que o próprio Estado promove o esquecimento e o silenciamento relativo ao passado histórico de determinados grupos vulnerabilizados como os quilombolas. É importante entendermos que, sendo a memória social essencial para o campo das pesquisas acadêmicas, ela é também um campo político, identitário e performativo que tem, como função lembrarmos nosso passado e aprender com ele.

Entretanto, é importante destacar que há muita resistência às tentativas de apagamento. Machado (2014) pontua que as comunidades quilombolas se constituíram em comunidades autônomas e mantenedoras de tradições, costumes, crenças e valores que não se perderam, mas sim se modificaram e se reinventaram, sendo mantidas até a atualidade. Desde sempre a organização social dos quilombos foi muito variada, dependendo do tipo de solo, da população, da localidade, das possibilidades de defesa contra agentes externos etc.

A história dos quilombos e de tantas outras formas de resistência são consequência dessa dinâmica de colonização que estabeleceu o escravismo como regra. Toda a formação histórica, cultural e social do povo negro sempre esteve associada às experiências de resistência ao escravismo, como nas fugas individuais ou coletivas, suicídios, revoltas contra feitores e seus senhores (que poderia ou não resultar no assassinato desses), recusa em trabalhar ou execução do trabalho de forma inadequada, criação de quilombos e mocambos etc. Segundo Peregalli (2001, p. 25): *“Revoltas, atentados contra os senhores e seus feitores, assassinatos, suicídios, fugas... se espalharam intermitentemente por todos os cantos do território brasileiro”*.

No período colonial, a escravização dos negros constituiu "... *um dos pilares do projeto de expansão e dominação européia sobre outros territórios, processo que viria a ser denominada colonização*" (Ferreira, 2009, p.33). A captura, o tráfico da população africana e a escravização foi o que impulsionou o mais lucrativo comércio colonial. A expansão do capitalismo garantido pelo processo de acumulação primitiva deu-se através da dominação dos territórios e dos seus povos originários. Dominação essa que veio em conjunto com a servidão dos povos indígenas e da escravidão dos povos africanos. Principalmente na América, esse trabalho escravo fundamentado na mais profunda violência, no controle e no medo tornava-se condição para mover e fomentar o sistema colonial.

Os embates incessantes pelo acesso e pela manutenção das terras quilombolas evidenciam que, apesar da libertação oficial das pessoas escravizadas em 1888, são muitas as reverberações da escravidão na contemporaneidade (de Almeida, M., & Nascimento, E. F. do. 2022).

A população negra tem um legado histórico no Brasil, legado esse que é coberto por mitos. Mitos, como se sabe, são narrativas que podem ser sobre a origem do mundo ou histórias fantásticas, porém, usualmente, muitas pessoas consideram que "mito" são narrativas pautadas como verdadeiras, e não como histórias construídas passíveis de erros e injustiças. Certamente esse é o caso da Lei Áurea, que declarou extinta a escravidão por meio da assinatura de um documento pelas mãos da então Princesa Isabel, em 13 de maio de 1888, mas não alterou o racismo nem a desigualdade, tão entranhados na cultura brasileira. Após 134 anos daquele 13 de maio da assinatura da lei, a sociedade brasileira ainda mostra sequelas sociais de um dos mais abomináveis fenômenos humanos, a escravidão. Uma das principais sequelas as quais me refiro é a exclusão do povo negro e o preconceito étnico, pautado na discriminação e nas diversas violências que ainda hoje são predominantes em nossa sociedade.

Diante de tal contexto de sofrimento, o quilombo, por sua vez, simboliza a esperança de um legado histórico na contramão da escravidão, como coloca Maria Beatriz Nascimento (1985): "*O quilombo está no universo simbólico dos negros, seu caráter libertário é considerado um impulsionador ideológico na tentativa de afirmação racial e cultural do grupo*" (Nascimento, 1985, p. 41).

Nos anos que compuseram a década de 1930 movimentos como a Frente Negra Brasileira realçaram o termo *quilombo* como símbolo da resistência negra contra a opressão. Nestes aspectos, defendeu-se a ideia de reparação pela "dívida histórica", no sentido de reparação dos prejuízos trazidos pelo processo de escravidão e por uma falsa abolição. O

movimento buscava um conceito de quilombo que fosse capaz de expressar a identidade negra, denunciar a situação de marginalidade e abarcar as pautas da população negra. Domingues (2007) em seu texto “*Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos*” pontua que no início da década de 1970 o quilombo foi estreitamente ligado à luta pela redemocratização do Brasil, e no fim desta década, fomentado pelo Movimento Negro Unificado (MNU).

O quilombo foi associado à representação de Zumbi, personificado como ícone da resistência dos afrodescendentes no combate ao racismo e a discriminação. Entretanto, foi pouco personificado em Dandara, por exemplo, que está intrinsecamente ligada ao cotidiano e ao dia a dia da mulher quilombola que, assim como ela, lutou e luta pela defesa de seu território. O MNU, fundado em 1978, tinha uma orientação marxista e veio a se tornar uma grande escola de formação política e ideológica, para muitas lideranças importantes do movimento negro, e foi de suma importância na luta quilombola, pois existiam alguns militantes negros que compreendiam que a luta antirracista tinha que ser combinada com a luta revolucionária anticapitalista (Domingues, 2007). O movimento negro tem como meta a perspectiva da igualdade e da justiça social entre negros e brancos. Essa definição é válida particularmente para o MNU que visava reivindicações e conquistas no âmbito de ações políticas, jurídicas e também educacionais.

Com os movimentos negros e o engajamento de suas pautas houve uma revalorização da ideia de quilombo no imaginário social brasileiro e nas narrativas construídas pelos movimentos sociais, tornando-o símbolo do processo de construção e reafirmação política, social, cultural e identitária do movimento negro na contemporaneidade, convertendo-o em “paradigma para a formação da identidade histórica e política de segmentos negros no Brasil (Gomes 2013).

O quilombo representou o principal e o mais longínquo meio de luta e resistência contra a escravidão. Ele é, portanto, um fenômeno social de longa duração, pois à medida que o escravismo espalhava seus tentáculos pela sociedade brasileira, a sua negação também se fortalecia como sintoma da contradição básica das sociedades escravistas (de Almeida, M., & Nascimento, E. F. do. 2022).

Diversos foram os autores que se dedicaram a estudar e conceituar teoricamente os quilombos, a exemplo de Moura (2014), Guimarães (1983), Schwartz (2001), Gomes (1996), Nascimento (1978, 2002), Leite (2003, 2005), Anjos (2009) dentre muitos outros. Segundo Marques (2009), os estudos sobre quilombos podem ser agrupados nas seguintes correntes: a) político-marxista; b) tecnicista; e c) ressemantização. Esta última corrente se configura na mais

utilizada atualmente na academia e busca superar o binômio fuga-resistência que se fazem presente nos estudos sobre esses grupos no que concerne às duas primeiras correntes. A ressemantização possibilita aos quilombolas uma efetiva participação na vida política e pública, como sujeitos de direito. Além disso, a referida ressignificação afirma a diversidade histórica e a especificidade de cada grupo” (Marques, 2009, p.345). De encontro a ressemantização, a historiadora Maria Beatriz Nascimento pontua que:

Quilombo é uma história. É uma palavra que tem história. É importante ver que, hoje, o quilombo traz pra gente não mais o território geográfico, mas o território a nível duma simbologia. Nós somos homens. Nós temos direitos ao território, à terra. Várias e várias partes da minha história contam que eu tenho o direito ao espaço que ocupo na nação. Nascimento (1989- Filme Ôri s. p.).

Segundo Munanga (2001) o quilombo é seguramente uma palavra originária dos povos de línguas bantu (kilombo, aportuguesado para quilombo). Sua presença e seu significado no Brasil têm a ver com alguns ramos desses povos bantu cujos membros foram trazidos e escravizados nesta terra.

A respeito da etimologia da palavra quilombo, Flávio Gomes (2015) sinaliza que, em África, tanto Mocambo como quilombo já eram termos conhecidos por diversas populações africanas. Para os Imbangalas (Jagas), grupo de tendência guerreira que habitavam na África Central e responsáveis por diversas invasões na região de Angola ao longo do século XVII, o quilombo fazia referência aos rituais de iniciação na guerra. Já os mocambos ou *Mukambu*, para diferentes grupos das regiões de, Angola, Burundi, Camarões, Chade, República do Congo, República Democrática do Congo, Gabão, Guiné Equatorial, São Tomé e Príncipe, República Centro-Africana e Ruanda, representavam uma espécie de estrutura de madeira utilizada na construção de choupanas em acampamentos.

Para a Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos - CONAQ, a palavra quilombo teria origem etimológica no idioma africano quimbunco, e poderia ser traduzida de forma polissêmica como sociedade formada por jovens guerreiros que pertenciam a grupos étnicos desenraizados de suas comunidades. Os povos da África Ocidental eram, antes da chegada dos colonizadores europeus, essencialmente nômades e os locais de acampamento eram utilizados para repouso em longas viagens.

Moura (1983) vai traçando a trajetória do surgimento dos quilombos, expressando contradições agudas e violentas, um elemento comum à formação seria a fuga e a organização,

defendendo e atacando quando necessário. Clóvis Moura (1988) descreve a capacidade de organização e de defesa de um quilombo:

O quilombo aparecia onde quer que a escravidão surgisse. Não era simples manifestação tópica. Muitas vezes surpreende pela capacidade de organização, pela resistência que oferece; destruído parcialmente dezenas de vezes e novamente aparecendo, em outros locais, plantando a sua roça, constituindo suas casas, reorganizando a sua vida social e estabelecendo novos sistemas de defesa. O quilombo não foi, portanto, apenas um fenômeno esporádico. Constituíam-se em fato normal dentro da sociedade escravista. Era reação organizada de combate a uma forma de trabalho contra a qual se voltava o próprio sujeito que a sustentava. (Moura, 1988, p.103).

Clóvis Moura iniciou seus trabalhos com uma visão restrita do conceito de quilombo, “*um ajuntamento de negros em região não-habitada, sinônimo de mocambo*”. O autor fundamenta-se em uma das primeiras definições de quilombo, estabelecida pela realeza de Portugal, em resposta à consulta do Conselho Ultramarino, datada de 2 de dezembro de 1740, na qual quilombo era definido como “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham casas levantadas nem se achem pilões nelas”.

No entanto, ao longo de sua trajetória acadêmica, Moura ampliou esse conceito e hoje sustenta entendimentos mais contemporâneos sobre esses territórios, indo de encontro a conceituação repensada por outros autores como Rafael Anjos (2009), que além do aspecto de formação e territorial quilombola, considera também “*a forma de viver, estar, se integrar, construir, elaborar, se manter, improvisar e se comunicar*” como elementos fundamentais do saber quilombola e do conhecimento africano no Brasil (Anjos, 2009, p.110). Anjos destaca também a centralidade de alguns elementos como, por exemplo, a água no cotidiano quilombola e aqui a uso como exemplo uma vez que a falta de água é uma das demandas de saúde pública mais relevantes da comunidade quilombola Córrego do Narciso do Meio onde a presente pesquisa foi realizada, e o quão importantes são os saberes tradicionais que eram e, até hoje são, reatualizados e aplicados na agricultura, na medicina e no dia a dia das comunidades por meio de variadas formas de cultivo coletivo e vivências.

Conceitos mais difundidos por autores como Clóvis Moura, Manolo Florentino Edison Carneiro e Abdias do Nascimento sobre o termo e do significado social de quilombo, os definem como refúgios de negros que escapavam da repressão durante todo o período de escravidão no

Brasil, entre os séculos XVI e XIX, em territórios que, inicialmente, tinham a função de esconderijos em locais de mais difícil acesso, onde se fazia necessário criar laços comunitários e promover autonomia alimentar. Embora o termo quilombo sofra modificações ao longo da história, a principal característica que se mantém é a de ser uma organização social empreendida pelos negros, de forma contínua, durante todo o tempo do escravismo negro colonial (Nascimento, 1978).

É Machado (2016) que pontua que as comunidades quilombolas vão além dos grupos constituídos no período da escravidão, uma vez que muitos foram originados depois do processo de abolição, porque essa forma de organização ainda era, para muitos, uma das únicas formas de sobrevivência.

De acordo com Gomes (2018), os primeiros quilombos surgiram em 1575 na Bahia e sobreviviam através da produção agrícola, pecuária e do extrativismo nas matas. Essas comunidades mantinham relações comerciais com outros grupos e pessoas livres, tornando-se uma espécie de sociedade paralela. O autor também destaca que, ao longo do século XX, os quilombos se tornaram símbolos étnicos na jornada de lutas negras contra o racismo. A militância negra apropriou-se do conceito de quilombo como uma representação política na luta contra a discriminação racial e na valorização da cultura negra. Essa visão do quilombo como um lugar de resistência e identidade étnica fortaleceu o movimento negro e sua busca por igualdade e reconhecimento.

Ainda de encontro a tais discussões Glória Moura (1999), ao refletir sobre os quilombos contemporâneos, os define como comunidades negras rurais e/ou urbanas habitadas por descendentes de escravos que mantêm laços de parentesco e vivem, em sua maioria, de culturas de subsistência, em terra doada, comprada ou ocupada secularmente pelo grupo. De acordo com a autora, a terra, além de garantir a subsistência dos que nela vivem, tem importância histórica e cultural, pois é onde acontecem as transmissões dos valores éticos e morais, dos conhecimentos definidos pelas manifestações, pelas tradições e pelo respeito à ancestralidade. Em suma, a definição de quilombo e as comunidades quilombolas atuais estão intrinsecamente relacionadas através da herança histórica de resistência, preservação cultural, luta por direitos e empoderamento. Ao reconhecer e valorizar essa conexão, podemos compreender melhor a importância dessas comunidades na construção da história e diversidade cultural do Brasil.

Todas as comunidades negras rurais, independente da origem, possuem formas de vida e enfrentam problemas semelhantes na atualidade. Uma estratégia de resistência adotada por estes redutos foi a permanência no local, mesmo que a área original da comunidade tenha sido

reduzida devido à ação de intrusos, grileiros, latifundiários e outros. As comunidades negras que permaneceram em seus abrigos de origem, quando alcançadas pelo preceito constitucional – artigo 68 do ADCT – passaram a exigir do Estado o cumprimento da constituição a fim de solucionar a questão fundiária como veremos adiante.

No período colonial, Moura descreve que os quilombos receberam pessoas de diferentes etnias e classes, não só o negro, como, por exemplo, "índios perseguidos, mulatos, curibocas, pessoas perseguidas pela polícia em geral, bandoleiros, devedores do fisco, fugitivos do serviço militar, mulheres sem profissão, brancos pobres e prostitutas" (Moura,1992, p.25). Isso nos mostra que, historicamente, o território de quilombo sempre foi um lugar ocupado por pessoas em alta situação de vulnerabilidade, corpos que a sociedade recusava compreensão e políticas de acolhimento.

É importante também compreendermos as categorias de atribuição de uma comunidade quilombola. Os remanescentes de quilombo de acordo com a CONAQ são definidos como grupos étnico-raciais que tenham também uma trajetória histórica própria, dotado de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. A identidade étnica quilombola é um fator que identifica, determina o pertencimento e une os membros das comunidades negras rurais. Ser quilombola significa pertencer a um movimento organizado e ter posição política na busca por direitos. As lideranças das comunidades utilizam a identidade étnica quilombola como elemento de coesão do grupo e como força política coletiva em suas demandas perante o Estado.

Graças à organização e pressão das comunidades negras rurais, recentemente foram criados projetos agrícolas, educacionais, linhas de crédito e outros programas destinados às comunidades quilombolas.

A chamada “comunidade remanescente de quilombo” é uma categoria social relativamente recente, a qual representa uma força social relevante no meio rural brasileiro, dando nova tradução àquilo que era conhecido como comunidades negras rurais (mais ao centro, sul e sudeste do país) e terras de preto (mais ao norte e nordeste), que também começam a penetrar no meio urbano, dando nova tradução a um leque variado de situações que vão desde antigas comunidades negras rurais atingidas pela expansão dos perímetros urbanos até bairros no entorno dos terreiros de candomblé.

Barth (1998) dá importância primordial ao fato de que os grupos étnicos são categorias de atribuição e identificação, realizadas pelos próprios atores e, assim, têm a característica de organizar a interação entre as pessoas. Na medida em que atores usam identidades étnicas para

categorizar a si mesmos e aos outros, com objetivos de interação, eles formam grupos étnicos neste sentido organizacional. Nesse sentido, a auto atribuição da identidade quilombola nos indica que é um processo de reflexão da pessoa que pertence a um grupo historicamente constituído antes ou após a abolição formal da escravatura como uma comunidade, seu reconhecimento portanto não está relacionado com uma datação histórica específica, e não se materializa mais pelo isolamento geográfico nem pela homogeneidade biológica (Costa Filho, 2014).

De acordo com Rios (2007), o direito de auto atribuição da condição de quilombola deriva do § 2º do art. 5º da Constituição Federal, e este tem fundamento na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho- OIT, ratificada pelo Congresso Nacional Brasileiro que, estabeleceu o critério de autodefinição como essencial para a caracterização de comunidades quilombolas.

A definição dos grupos remanescentes de quilombos é apontada por Almeida (2002) segundo as seguintes características: (a) identidade e território indissociáveis; (b) organização social e política que garantiram autonomia aos grupos; e (c) territorialidade específica, mediante fator étnico. Já José Maurício Arruti (2006) aponta três paradigmas essenciais e indissociáveis ao definirmos essas comunidades no processo de transição semântico-conceitual sendo: *a) remanescentes; b) terras de uso comum; e c) etnicidade*. Estes três aspectos são essenciais para discutirmos os processos de afirmação identitária (auto reconhecimento) e de reconhecimento legal (políticas públicas) desses grupos, perpassando pelos processos de certificação e de regularização fundiária.

A identidade de remanescente quilombola pode ser interpretada ainda a partir de dois eixos: pertencimento a um grupo étnico e pertencimento a uma terra. “Este sentimento de pertença a um grupo e a uma terra é uma forma de expressão da identidade étnica e da territorialidade, construídas sempre em relação aos outros grupos com os quais os quilombolas se confrontam e se relacionam” (Schmitt; Turatti; Carvalho, 2002, p. 4).

Conforme mencionado por Flávio Gomes, ao longo do século XX, os quilombos evoluíram para se tornarem importantes símbolos étnicos na luta contra o racismo, abraçados pela militância negra como uma representação política na busca pela igualdade e valorização da cultura negra. Durante esse período, as comunidades quilombolas ganharam destaque como exemplos vivos da resistência e resiliência dos afrodescendentes no enfrentamento ao preconceito racial. A militância negra encontrou na história dos quilombos uma fonte de inspiração e identidade, utilizando-os como símbolos poderosos para denunciar a discriminação

racial e reafirmar a importância da cultura negra na construção da sociedade brasileira. Assim, os quilombos contemporâneos assumiram uma significativa relevância como espaços de memória e resistência, contribuindo para a conscientização sobre a história e a luta contra o racismo no Brasil.

O reconhecimento e valorização dessas comunidades como símbolos étnicos fortalecem a busca por uma sociedade mais inclusiva e justa, onde as diversas expressões culturais e étnicas sejam respeitadas e valorizadas. Em 1988 a visão dos quilombos já vinha passando por um processo de nomeação, porém, sem validação jurídica. Foi com a constituição de 1988 que essa questão começou a mudar e uma visão mais positiva do quilombo começou a se consolidar uma vez que a constituição dá nova moldura para a defesa dos direitos das comunidades remanescentes de quilombos. (Gomes, 2015).

Atualmente, segundo os trâmites legais e constitucionais, o reconhecimento de uma comunidade como quilombola ocorre por meio do processo de autodeclaração, assim como das pessoas que pertencem àquele grupo. Esse critério segue a Convenção nº 169 da OIT, que trata sobre povos tradicionais, e diz no artigo 1º que *“A autoidentificação como indígena, quilombola ou tribal deverá ser considerada um critério fundamental para a definição dos grupos aos quais se aplicam as disposições da presente Convenção.”*

Com a Constituição Federal de 1988, o termo "quilombo" deixou de ser associado ao conceito de grupos de escravos fugitivos. Atualmente, o termo é usado para se referir à situação do segmento negro em diferentes regiões e contextos do Brasil, referindo-se às terras compradas por negros libertos; ocupadas por ex-escravizados; terras abandonadas pelos proprietários em épocas de crise econômica; ocupação e administração das terras doadas aos santos padroeiros ou terras entregues ou adquiridas por antigos escravizados organizados em quilombos. Nesse caso, os quilombos são apenas um dos eventos que contribuíram para a formação das “terras de uso comum”, categoria mais ampla e sociologicamente mais relevante para descrever as comunidades que fazem uso do artigo constitucional.

Assim como os indígenas, os quilombolas possuem uma relação com a terra diferente da lógica de propriedade privada e da lógica neoliberal e colonialista. A ocupação dos territórios que hoje são consideradas terras quilombolas foi marcada por conflitos. A terra constitui o espaço de realização de seu modo de vida. O não reconhecimento do território quilombola facilita a expropriação dos mesmos de suas terras, terras estas que foram ocupadas por meio de muita luta e trabalho. Com isso, as empresas privadas e fazendeiros se aproveitavam da inexistência de documentação para se instalar, se consolidar e lucrar naqueles territórios.

Essa expropriação ocorria e ocorre, ainda hoje, por meio de ameaças, coerções e diversos tipos de violências. E é em resposta a esses ataques que a partir dos anos 90, as comunidades quilombolas iniciaram um processo de luta pela defesa de seus territórios. Entre as principais demandas dessa luta, destacou-se o direito à regularização de suas terras, buscando o reconhecimento oficial por parte do Estado.

Além do direito ao território – sendo este um dos elementos fundamentais para a reprodução socioeconômica desses grupos – a Constituição de 1988 também reconheceu seus valores culturais como parte do patrimônio cultural brasileiro, já que resguardam aspectos relacionados à memória e tradição de origem afro-brasileira. Os artigos n° 215 e n° 216, que fazem menção aos direitos culturais, reforçam a relevância e a legitimidade desses grupos ao definir:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. (...)

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos (Brasil, 1988).

Porém, o reconhecimento de domínio das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades de quilombos não pode ser considerado como uma simples política de reforma agrária ou de regularização fundiária, mas deve ser encarada como a necessidade de reparar uma dívida histórica, que tem seu fundamento na injustiça praticada secularmente contra os negros e uma forma de preservar a riqueza das diferentes culturas nacionais (Girolamo, 2006, pg, 95). A terra é fundamental para assegurar a dignidade e a qualidade de vida das comunidades quilombolas, pois, da terra, se extrai não só a subsistência, mas toda a expressão sociocultural e religiosa de uma coletividade que se identifica com aquele território, assim, garantir o direito à terra aos quilombolas é garantir-lhes comida, expressão, resistência e pertencimento.

Atualmente tem se observado que parte significativa das comunidades negras rurais do Brasil passaram a se reconhecer enquanto remanescentes de quilombos e, por consequência, a reivindicar seu direito ao território, após o reconhecimento do Estado brasileiro destes enquanto categoria social específica. Nesse processo, cada comunidade tem construído suas formas próprias de gestão territorial, de territorialidades e de vinculação do território em que estão

inseridos à sua trajetória histórica, enquanto espaço indispensável à manutenção de saberes e fazeres tradicionais. O processo de regularização e titulação dos territórios quilombolas hoje no Brasil ainda é lento e extremamente burocrático, mesmo com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e o Artigo 68, do ADCT.

No que diz respeito aos aspectos identitários, o reconhecimento destes grupos enquanto atores sociais se torna imprescindível na construção de uma identidade comum, passível de acesso a direitos historicamente negados. Sobre isso, os autores Carvalho e Lima (2013) trazem a visão de Almeida (2002), por conseguinte, demonstrando como a identidade está relacionada à forma que o grupo se organiza e também como eles estão conectados ao território, ou seja, como eles se relacionam com “*sua ancestralidade, tradições e práticas culturais*” (Carvalho; Lima, 2013, p.331) onde não existe a separação de território com identidade. Outro ponto importante diz respeito à territorialidade específica cuja base são as ocupações de terra no uso comum e relacional do grupo, que devido à sua trajetória de luta, serve como afirmação étnica e política.

De acordo com Mello (2002), as comunidades remanescentes quilombolas são uma categoria construída em meio a debates políticos e sua inserção na Constituição Federal, em 1988, perpassa pelo reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombos enquanto grupo possuidor do direito territorial. Ainda de acordo com o autor, o artigo 68 surgiu em decorrência dos artigos 215 e 216, que tratam da cultura e do patrimônio cultural brasileiro. O decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003 artigo 2, define as comunidades quilombolas como:

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, (...) os grupos étnicos raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. (Brasil, S\d, p.17).

Segundo tal direito constitucional, fica estabelecido que “*aos remanescentes de comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado fornecer-lhes os respectivos títulos*” (Brasil, 1988, art. 68).

Com a ressemantização dos remanescentes de quilombos, o que estimulou uma significativa atuação e organização política desses atores sociais em prol do direito ao território, há um deslocamento de como estes grupos passam a ser caracterizados. O direito à terra inspira a luta pela permanência no território e se constitui no campo político, por meio do qual as comunidades quilombolas traçam estratégias de afirmação a partir do acionamento de uma

identidade negra. Sendo assim vale destacar dois aspectos indissociáveis na promoção e efetivação de direitos voltados à população quilombola: o primeiro diz respeito ao aspecto jurídico-legal dos processos de regularização dos territórios quilombolas e o segundo, relaciona-se aos aspectos identitários dos sujeitos quilombolas.

A ressemantização reconhece que os quilombos não são apenas uma parte do passado, mas também uma realidade viva no presente. No imaginário popular é muito comum a associação dos quilombos a algo restrito ao passado, que teria desaparecido do país com o fim da escravidão. Mas a verdade é que as chamadas comunidades remanescentes de quilombos existem em praticamente todos os estados brasileiros. Levantamento feito pela Fundação Cultural Palmares, pasta pertencente ao Ministério da Cultura, mapeou 3.524 dessas comunidades, a própria fundação admite que o número total de comunidades remanescentes de quilombos pode ser ainda maior.

Ainda sobre a ressemantização do conceito de quilombos podemos perceber que a mesma envolve uma visão mais abrangente e inclusiva, reconhecendo a importância dessas comunidades na construção da sociedade brasileira e na luta por igualdade e justiça social. Por fim é importante chamar a atenção para o fato de que a ressemantização também amplia o entendimento dos quilombos para além de sua dimensão geográfica. O termo não se limita apenas a comunidades rurais isoladas, mas também pode ser aplicado a contextos urbanos, onde afrodescendentes se organizam em espaços de resistência, preservação cultural e luta por direitos.

Para darmos início às discussões em torno daquilo que compreendemos enquanto territórios quilombolas, considerando a abrangência conceitual e jurídica que este conceito pode assumir e as políticas públicas que lhes são negadas, é preciso compreender o conceito de quilombo sob a ótica dos próprios quilombolas. Com a ressemantização dos remanescentes de quilombos, houve um estímulo significativo na atuação e organização política desses atores sociais em prol do direito aos seus territórios.

As diversas comunidades quilombolas neste país têm costumes e práticas herdadas de seus ancestrais, atualizando suas formas de viver a partir da centralidade do território e da criação de vínculos dentro dele. Assim, a premissa do território como elemento central e aglutinador de estratégia é um ponto que promove a soberania alimentar, a justiça socioambiental, e saúde e a integralidade do bem viver desses povos, sendo o território é um fator de identidade, de fortalecimento de vínculo, e organização social (Gallo, 2019).

Para prosseguirmos na discussão é importante também pontuarmos que termos como

quilombo e populações tradicionais, são produzidos a partir da narrativa branca. Manuela Carneiro Cunha (1999) reflete que expressões como "Índio", "indígena", "tribal", "nativo", "aborígene" e "negro" "quilombola" foram todas criadas pela metrópole e são consequências do encontro colonial. Ainda que tenham sido inicialmente criados como termos genéricos e artificiais, com o passar do tempo, esses conceitos foram gradualmente assumidos por pessoas reais, com histórias e identidades próprias.

Desse modo, é notável que, com frequência, os povos que foram inicialmente classificados nessas categorias de forma imposta conseguiram reivindicar esses termos, transformando expressões carregadas de preconceito em símbolos de mobilização e identificação. Por fim, cada quilombo tem suas especificidades, seus diferentes aspectos culturais, desde a forma de economia local, religiosidade, e formas de comunicação. Garantir os direitos dessas populações e reconhecer suas tradições é fundamental para a preservação do multiculturalismo e da história nacional, mas, fundamentalmente, para a promoção da saúde e a melhoria da qualidade de vida dos povos tradicionais.

3.2 A COVID-19 no contexto quilombola

A emergência sanitária da COVID-19 foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 30 de janeiro de 2020. Isso ocorreu devido à rápida disseminação do novo coronavírus (SARS-CoV-2) em vários países do mundo, causando graves doenças respiratórias e mortes em grande escala. A declaração de emergência sanitária permitiu que a OMS coordenasse esforços internacionais para combater a pandemia, além de mobilizar recursos e incentivar a colaboração entre os países. No contexto social, a população mundial, sobretudo a brasileira, viveu um momento crítico em sua trajetória histórica, em decorrência da pandemia gerada pela COVID-19 (OMS. 2019).

A pandemia da COVID-19 ao surgir trouxe consigo incertezas como, por exemplo, suas formas de contágio, seus sintomas, medidas preventivas, tratamentos específicos, vacinas, dentre outras. Isso em um contexto de desigualdades que vulnerabilizou as comunidades quilombolas no Brasil.

No início de 2020 o insuficiente conhecimento científico sobre o novo coronavírus, sua alta velocidade de disseminação e capacidade de provocar mortes em populações vulneráveis, geraram incertezas sobre quais seriam as melhores estratégias a serem utilizadas para o enfrentamento da pandemia em diferentes partes do mundo. No Brasil, os desafios foram ainda maiores, pois pouco se sabia sobre as características de transmissão da COVID-19 num

contexto de grande desigualdade social, com populações vivendo em condições precárias de habitação e saneamento, sem acesso sistemático à água e em situação de aglomeração (Werneck, Carvalho 2020). Um exemplo claro, que marca racialmente e que devemos lembrar é que o primeiro caso de morte por COVID-19 no Rio de Janeiro foi o de uma empregada doméstica de 63 anos, negra, que contraiu o vírus enquanto trabalhava na casa de sua patroa. Esse caso simboliza de forma marcante as profundas desigualdades presentes no Brasil e destaca como a pandemia impacta desproporcionalmente as mulheres, especialmente as mais vulneráveis, com ênfase nas mulheres pobres e negras.

Para compreendermos melhor a pandemia da COVID-19 faremos uma breve apresentação sanitária do cenário. A COVID-19 é uma condição médica que se desenvolve em alguns casos de infecção pelo coronavírus SARS-CoV-2, causador da doença. Os sintomas da COVID-19 podem variar de leves a graves e podem aparecer de 2 a 14 dias após a exposição ao vírus SARS-CoV-2. Os sintomas mais comuns da COVID-19 incluem: febre, tosse seca, dificuldade respiratória, fadiga, dor de garganta, dor de cabeça, dores musculares e articulares, perda do olfato e do paladar. Além dos sintomas mencionados acima, a COVID-19 também pode causar outros sintomas menos comuns, como dor de garganta, congestão nasal, coriza, náuseas, vômitos, diarreia e erupções cutâneas. É importante observar que algumas pessoas infectadas com o vírus SARS-CoV-2 podem ser assintomáticas, ou seja, não apresentam sintomas. Além disso, muitos acometidos pela doença, relatam sequelas longas.

Um estudo longitudinal realizado pela Fiocruz Minas avaliou os efeitos da COVID-19 ao longo do tempo em 646 pacientes que testaram positivo para a doença entre 2020 e 2021 por um período de 14 meses. O estudo constatou que metade das pessoas diagnosticadas com COVID-19 apresentaram sequelas que podem persistir por mais de um ano, caracterizando o que a OMS classifica como "Covid longa". As principais sequelas relatadas pelos pacientes incluíram fadiga, tosse persistente, dificuldade para respirar, perda do olfato ou paladar e dores de cabeça frequentes. Transtornos mentais, como insônia, ansiedade e tontura, também foram mencionados. Algumas sequelas, como a trombose, foram diagnosticadas em 6,2% dos pacientes monitorados, mas com intervenções médicas adequadas, houve recuperação em alguns casos. A presença de comorbidades aumentou a gravidade da infecção aguda e a probabilidade de desenvolver sequelas.

No que concerne à prevenção da COVID-19, as medidas de contenção e controle da propagação do vírus incluíram restrições de viagem, quarentenas, distanciamento social, uso de máscaras faciais, higienização das mãos e medidas de higiene pessoal. A busca por uma vacina

eficaz e tratamentos específicos para a COVID-19 também se tornaram prioridades para os pesquisadores e profissionais de saúde em todo o mundo.

Em termos de diagnóstico, o diagnóstico definitivo do novo coronavírus é feito com a coleta de materiais respiratórios (aspiração de vias aéreas ou indução de escarro). O diagnóstico laboratorial para identificação do vírus é realizado por meio das técnicas de proteína C reativa em tempo real e sequenciamento parcial ou total do genoma viral. Orienta-se a coleta de aspirado de nasofaringe ou *swabs* combinado (nasal/oral) ou também amostra de secreção respiratória inferior (escarro ou lavado traqueal ou lavado bronco alveolar). Para confirmar a doença é necessário realizar exames de biologia molecular que detectam o RNA viral. Os casos graves eram encaminhados a um hospital de referência para isolamento e tratamento. Os casos leves foram acompanhados pela atenção primária em saúde e instituídas medidas de precaução domiciliar (Brasil, 2020). Hoje em dia, o protocolo é - Pacientes que testaram positivo e estão com sintomas leves e moderados: sete dias de isolamento a partir do início dos sintomas; caso os sintomas persistam, deverá manter o isolamento até o décimo dia. No quinto dia o indivíduo poderá ser liberado do isolamento, caso não apresente sintomas e febre por um período de 24 horas sem uso de medicamento antitérmico e teste negativo para Covid-19 (pode ser o teste rápido realizado por farmácias). Pacientes sem sintomas e que testaram positivo: sete dias de isolamento. O uso da máscara é indicado em casos de exposição ao vírus, de infecção e suspeita, além de espaços fechados, pouco ventilados e com aglomeração.

As vacinas contra o coronavírus SARS-CoV-2, que causa a doença COVID-19, foram desenvolvidas em um tempo relativamente curto, graças aos avanços científicos, tecnológicos e à colaboração internacional. Faremos uma descrição geral do processo de desenvolvimento das vacinas contra a COVID-19:

1-Identificação do vírus: Após a identificação do novo coronavírus SARS-CoV-2 como o agente causador da COVID-19, cientistas e pesquisadores de todo o mundo começaram a estudar sua estrutura genética, características e mecanismos de infecção.

2-Sequenciamento genético: O sequenciamento genético do vírus foi realizado, permitindo a identificação da sequência de RNA do SARS-CoV-2. Isso forneceu informações cruciais para o desenvolvimento de vacinas e a compreensão do funcionamento do vírus.

3-Pesquisa pré-clínica: A pesquisa pré-clínica envolveu estudos em laboratório e testes em animais para avaliar a segurança e a eficácia potencial das vacinas candidatas. Esses estudos

ajudaram a selecionar as melhores candidatas para avançar para os ensaios clínicos. Ensaios clínicos: Os ensaios clínicos são conduzidos em três fases para avaliar a segurança, eficácia e dosagem das vacinas em seres humanos. A Fase 1 envolve um pequeno número de voluntários saudáveis, a Fase 2 expande o número de participantes e a Fase 3 inclui um grande grupo de pessoas para determinar a eficácia e monitorar possíveis efeitos colaterais.

4-Autorização regulatória: Após a conclusão dos ensaios clínicos, os fabricantes de vacinas submetem os dados para avaliação das autoridades regulatórias, como a Food and Drug Administration (FDA) nos Estados Unidos, a European Medicines Agency (EMA) na União Europeia e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) no Brasil. Essas agências revisam os dados de segurança e eficácia antes de concederem a autorização de uso emergencial ou a aprovação completa da vacina. Produção em massa: Após a autorização regulatória, as vacinas são produzidas em massa. Isso envolve a fabricação dos componentes da vacina, como antígenos ou vetores virais, seguido pela formulação, embalagem e distribuição das doses. Programas de vacinação: As vacinas são distribuídas e administradas por meio de programas de vacinação coordenados pelos governos e agências de saúde. Os grupos prioritários, como profissionais de saúde e pessoas de alto risco, são geralmente os primeiros a receber a vacina.

É importante ressaltar que as vacinas contra a COVID-19 passaram por rigorosos processos de avaliação de segurança e eficácia antes de serem autorizadas ou aprovadas para uso público. Exemplos dessas vacinas são Pfizer/BioNTech, AstraZeneca/Oxford, Janssen, Moderna, Sinopharm, Sinovac, Bharat, Novavax, Casino e Valneva. A OMS continua a avaliar outras vacinas, tanto em ensaios clínicos como pré-clínicos (OMS, 2023).

A existência de vacinas consideradas seguras e eficazes não implica, automaticamente, que elas estejam disponíveis aos governos e acessíveis às populações. As políticas necessárias à garantia de acesso às vacinas precisam ser acompanhadas de um efetivo combate às iniquidades de saúde em suas mais variadas formas; sob risco de, mesmo com vacinas disponíveis, enfrentarmos ciclos reemergentes de contágios e óbitos desigualmente distribuídos. Embora estejamos há praticamente um ano em condições pandêmicas, é preciso, ainda, insistir que o vírus não é simplesmente uma entidade biológica, mas uma realidade biopolítica que trafega ao longo de padrões de iniquidade bem conhecidos” (Benjamim, 2020). A OMS declarou nesta em cinco de maio de 2023, o fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) referente à COVID-19. É visível que o

vírus da COVID-19 modificou a realidade de toda a sociedade, sua chegada teve impactos maiores em países que já apresentavam profunda desigualdade interna, agravando a todas as classes sociais (Goes, Ramos, Ferreira, 2020).

No que tange às comunidades quilombolas a cobertura vacinal sempre foi um desafio devido a fatores como a difícil acessibilidade geográfica, a falta de infraestrutura adequada e a desinformação. No entanto, diversos esforços têm sido feitos para garantir a imunização dessas comunidades e protegê-las de doenças evitáveis por vacinação, em especial a Covid-19 nesse período pandêmico. A inclusão dos quilombolas como grupo prioritário na vacinação contra a COVID-19 foi determinada pelo Ministério da Saúde do Brasil em março de 2021. Isso ocorreu após pressão e mobilização de movimentos sociais e organizações que representam as comunidades quilombolas, que reivindicaram o reconhecimento das especificidades e vulnerabilidades dessas populações.

As comunidades quilombolas não tem uma política pública de saúde específica, a exemplo da política de saúde indígena que é parte do Sistema único de saúde (SUS). As comunidades são contempladas em teoria na Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF) que é uma estratégia do Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro voltada para atender às necessidades de saúde de populações rurais, quilombolas, indígenas e outras comunidades tradicionais que vivem em áreas rurais, de floresta e de assentamentos. Assim, os quilombolas estão subsumidos no orçamento geral do SUS e sem regulamentação e direitos pré definidos quando falamos em emergências sanitárias. Segundo dados da Superintendência de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade (SIPAD, 2021), a subnotificação de mortes de populações tradicionais tem sido amplamente questionada, principalmente nos centros urbanos. Vários autores têm discutido a pandemia no contexto quilombola, trazendo análises e reflexões sobre os impactos da COVID-19 nas comunidades quilombolas.

Em entrevista a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) Hilton Silva afirmou que a chance de uma pessoa pertencente à população quilombola morrer por COVID-19 é quatro vezes maior do que uma pessoa da comunidade branca e urbana. *“A situação de vulnerabilidade histórica a que estão submetidas as populações quilombolas no país faz com que estejam especialmente vulneráveis e sejam atingidas de maneira diferenciada pela pandemia”*.

Vale ressaltar que a herança colonial escravista, a negação dos direitos essenciais para o desenvolvimento humano, a exploração trabalhista, as violências e exclusões que sofre a

população negra e quilombola intensifica os danos causados pela pandemia. É o que destaca

Fontes:

Com esses determinantes, percebemos a vulnerabilidade de pessoas negras na conjuntura da pandemia do novo coronavírus, vulnerabilidade que é resultado de um sistema que é produtor de desigualdades sociais, que tiveram um papel significativo para a exposição da população negra ao vírus da COVID-19. A negação dos direitos em bairros que majoritariamente moram pessoas negras, direito como o abastecimento de água fundamental para o combate ao vírus da COVID 19, nos mostrou a negligência do Estado com essa população, resultado de anos de uma política que busca constantemente cortar direitos essenciais para a reprodução humana, individualizando a responsabilidade que deveria ser assumida pelo Estado (FONTES et al., 2021).

As populações quilombolas, em especial as rurais, enfrentam dificuldades no que tange ao acesso a diversos serviços de infraestrutura, serviços ligados à saúde, saneamento básico, acesso à água potável, alimentação saudável, transporte, acesso a informações, à internet, dentre outros. E todos esses são fatores importantes quando pensamos em promoção da saúde, especialmente em um cenário pandêmico.

Diversas comunidades possuem um grande número de idosos e demais indivíduos que já apresentam uma série de doenças pré-existentes, muitas delas reconhecidamente de risco para a covid-19, como hipertensão, diabetes, obesidade e etc. Durante a pandemia, o acesso a serviços médicos se tornou ainda mais desafiador devido às restrições de transporte, distância geográfica e falta de infraestrutura de saúde adequada nas áreas rurais. Um problema significativo enfrentado pelas comunidades foi que uma vez que dependem quase que exclusivamente de agentes comunitários de saúde (ACS) do Sistema Único de Saúde (SUS), e o acesso a esse serviço foi comprometido durante a pandemia, fazendo com que muitas comunidades ficassem ainda mais desassistidas do que já eram. Outra questão enfrentada na pandemia foi de ordem econômica, uma vez que as populações quilombolas frequentemente dependem de atividades agrícolas, artesanato e turismo para sua subsistência.

No entanto, as restrições de viagem e o fechamento de atividades econômicas durante a pandemia resultaram em perda de empregos e renda nessas comunidades. Muitos quilombolas enfrentam dificuldades econômicas, além da insegurança alimentar. As desigualdades educacionais também se evidenciaram, com o fechamento de escolas e a transição para o ensino remoto afetaram negativamente a educação das crianças quilombolas. A falta de acesso a recursos tecnológicos e a limitada conectividade nas áreas rurais também dificultaram o acesso à educação à distância e a informações acerca da pandemia. Essas dificuldades de acesso e de

ausência de políticas públicas efetivas que sanassem tais problemas fizeram com que, as comunidades quilombolas ficassem nitidamente em uma situação de risco.

No contexto da crise de saúde pública causada pela pandemia de COVID-19 a maior parte das comunidades não têm assegurado, ainda hoje, o direito a seus territórios. O cenário mostra que onde apenas 246 títulos foram expedidos para 357 comunidades quilombolas, em um universo de mais de 6 mil comunidades no país. Os quilombos convivem ainda, em diversas situações, com conflitos, ameaças de expropriação e violências (CONAQ, Terra de Direitos, 2018). Essas são questões fundamentais para discutirmos o contexto atual no qual as comunidades quilombolas estão imersas na luta não apenas contra os efeitos da pandemia mas também contra a política territorial vigente.

Várias entidades e atores lutaram e seguem lutando pelos direitos e necessidades das comunidades quilombolas durante a pandemia de COVID-19. A CONAQ, tem destacado os fatores estruturais sobre as consequências do alastramento da pandemia nos territórios quilombolas. A organização trabalhou ativamente para garantir que suas demandas fossem atendidas durante a pandemia. Eles realizaram campanhas de conscientização, pressionando por políticas públicas efetivas e por recursos e apoio para as comunidades quilombolas. Organizações e coletivos do Movimento Negro Unificado (MNU), denunciaram a falta de acesso a serviços básicos e pressionaram por políticas públicas inclusivas e sensíveis às necessidades da população quilombola, além de diversas Organizações não governamentais (ONGs) que se dedicaram a apoiar as comunidades durante a pandemia. Essas organizações trabalharam na linha de frente, fornecendo assistência humanitária, distribuindo alimentos, suprimentos e EPIs, além de oferecer serviços de saúde, apoio jurídico e psicossocial. Como já dito anteriormente, esses atores têm desempenhado papéis cruciais na luta pelos direitos e necessidades das comunidades quilombolas durante a pandemia de COVID-19 e agora no período pós pandêmico. Seu trabalho coletivo busca garantir que as comunidades quilombolas sejam ouvidas, tenham acesso a recursos e serviços adequados, além de terem seus direitos protegidos.

As políticas públicas existentes para as comunidades quilombolas, que já traziam um histórico de não atenderem muitas das demandas fundamentais dessa população, foram reduzidas durante esse período. Mesmo com a criação da Lei nº 14.021, de 7 de julho de 2020, com as medidas de proteção social para prevenção do contágio e da disseminação da COVID-19 nos territórios indígenas e quilombolas e com a criação do Plano Emergencial para Enfrentamento à COVID-19, as deficiências continuaram a assolar as comunidades.

A partir do plano nacional de operacionalização da vacinação contra a COVID-19, as comunidades quilombolas passaram a ser grupo prioritário da vacinação contra a doença, com isso temos um grande passo para o enfrentamento do desafio que foi a pandemia, haja vista, os diversos determinantes sociais e geográficos aqui já discutidos. Para isso, o plano nacional coloca o que eles definem por povos e comunidades tradicionais ribeirinhas e quilombolas: Povos que residam em comunidades tradicionais ribeirinhas e povos quilombolas, independentemente de residirem ou não em territórios quilombolas, ou da fase do processo de certificação ou titulação do território, mediante declaração de pertencimento étnico (SECOVID, 2021).

Apesar dos avanços, ainda há desafios significativos na cobertura vacinal para as comunidades quilombolas. Um dos principais desafios é a falta de infraestrutura adequada, como a ausência de postos de saúde nas proximidades das comunidades. Isso dificulta o acesso das pessoas às vacinas, especialmente em áreas remotas. Além disso, a desinformação e a propagação de boatos sobre vacinas têm sido obstáculos na promoção da imunização, esse trabalho mostra um pouco sobre essa realidade que se fez presente na comunidade de Córrego do Narciso do Meio. É essencial combater essas informações falsas por meio de campanhas de conscientização e educação em saúde, envolvendo líderes comunitários e agentes de saúde locais. A forma como ocorre a incidência da pandemia sobre as pessoas no Brasil, contudo, também reflete a desigualdade estrutural existente. Segundo o Ministério da Saúde, em dados publicados em seus boletins epidemiológicos que estão em constante atualização, têm havido o crescimento percentual de pretos e pardos entre internados e entre mortos pela COVID-19 (Silva, Souza 2021).

Se pensarmos a estruturação do racismo como pontua Sílvia Almeida (2019), a desigualdade ocorre porque todo o racismo é estrutural, pois o racismo não é um ato, o racismo é um processo em que as condições de organização da sociedade reproduzem a subalternidade de determinados grupos que são identificados racialmente. O racismo faz parte da história moderna guardando relação com a formação do Estado e refletindo em diferentes esferas, inclusive na saúde.

Faz – se necessário que pontuemos questões centrais que mantêm esse processo longo de desigualdade, entre brancos e pretos, que se desdobram no genocídio de pessoas negras, no encarceramento em massa, na pobreza, na falta de acesso a bens e serviços na violência contra mulheres e em tantas outras violências. Ainda de encontro a Almeida (2019) perpetuação do racismo é possível na medida em que (i) produz sistema de explicação específico para as

desigualdades e (ii) constitui subjetividades insensíveis diante da discriminação e da violência racial.

O racismo no Brasil foi escancarado com a pandemia de COVID-19, onde os maiores afetados pela maior crise sanitária dos últimos tempos são, além das pessoas em situação de vulnerabilidade social, a população negra, indígena, a classe trabalhadora, e as comunidades quilombolas.

No tangente a perspectiva quilombola em relação à COVID-19, ela é caracterizada por uma abordagem que considera as especificidades das comunidades quilombolas, levando em conta suas necessidades, desafios e formas de enfrentamento. Como já mencionado a população quilombola muitas vezes enfrenta desafios, como o racismo estrutural, a discriminação e a falta de reconhecimento de seus direitos territoriais. No contexto pandêmico as comunidades quilombolas adotaram estratégias específicas para enfrentar a crise sanitária. As medidas preventivas da doença foram adaptadas às diferentes realidades das comunidades, como o uso de máscaras faciais, a higienização das mãos, o distanciamento social e a restrição de viagens, que precisaram considerar fatores como a falta de acesso à água potável, a dificuldade de distanciamento em espaços reduzidos, e outros enfrentamentos.

Ao mesmo tempo, é importante notar que as comunidades quilombolas valorizaram também seus conhecimentos tradicionais em saúde, buscando soluções baseadas em suas práticas e medicinas tradicionais. Isso inclui o uso de plantas medicinais e a valorização dos cuidados comunitários. O fortalecimento comunitário também foi muito importante nesse período, visto que essas iniciativas garantiram a proteção coletiva, a troca de informações e a busca por soluções conjuntas.

As vacinas e a vacinação foram e são fundamentais no enfrentamento do COVID-19. Seu acesso com equidade e seu papel na mudança dos tempos em que vivemos, no entanto, estão menos associados ao regresso ao período anterior ao período pandêmico, que nos trouxe até aqui, do que ao desafio fundamental de reinvenção radical de nosso presente e futuro, no caminho da promoção de justiça social (R. Castro, 2021). Ressaltando o que já dissemos, que as ações de vacinação devem levar em consideração as particularidades das comunidades quilombolas, como a necessidade de deslocamento para áreas urbanas para receber a vacina. É importante que as autoridades de saúde se aproximem dessas comunidades, estabelecendo postos de vacinação em locais acessíveis e contando com o apoio de líderes comunitários e agentes de saúde locais para mobilizar e conscientizar sobre a importância da vacinação. Além disso, é fundamental combater a desinformação e os mitos relacionados às vacinas. A

disseminação de informações corretas e baseadas em evidências, por meio de campanhas educativas e materiais informativos adequados às comunidades quilombolas, é essencial para garantir a confiança na vacinação.

Por fim, a pandemia da COVID-19 representou e ainda representa uma vez que estamos num momento longe de podermos afirmar a erradicação do vírus, o maior desafio global deste século até agora. É a primeira vez em anos que um vírus alcança proporções alarmantes, acometendo todos os continentes. As repercussões da doença, especialmente no que diz respeito à quantidade de óbitos, expõem problemas estruturais e assistenciais da saúde no mundo e, especialmente, no Brasil e para comunidades vulnerabilizadas, como é o caso das comunidades quilombolas. Nesse sentido foi e ainda é fundamental garantir que as políticas e ações de enfrentamento da pandemia sejam inclusivas, respeitem os direitos dessas comunidades e promovam a equidade na saúde e no bem-estar dessas populações.

Interlúdio n°2

Fogo!... Queimaram Palmares,

Nasceu Canudos.

Fogo!... Queimaram Canudos,

Nasceu Caldeirões.

Fogo!... Queimaram Caldeirões,

Nasceu Pau de Colher.

Fogo!... Queimaram Pau de Colher...

*E nasceram, e nascem tantas outras comunidades que os vão cansar se continuarem
queimando.*

Porque mesmo que queimem a escrita,

Não queimarão a oralidade.

Mesmo que queimem os símbolos,

Não queimarão os significados.

Mesmo queimando o nosso povo

Não queimarão a ancestralidade.

Poema "Fogo! Queimaram Palmares, Nasceu Canudos"

Antônio Bispo dos Santos (2013)

3.3 A questão territorial quilombola

*É tempo de formar novos quilombos,
em qualquer lugar que estejamos,
e que venham os dias futuros, salve 2021,
a mística quilombola persiste afirmando:
“A liberdade é uma luta constante.”*

Tempo de nos aquilombar, Conceição Evaristo (2020)

As comunidades quilombolas, principalmente as rurais, caracterizam-se pelo forte respeito e vínculo com seu território. As famílias residentes nestas comunidades geralmente vivem da agricultura de subsistência, sendo a atividade econômica baseada na mão de obra familiar. As condições sanitárias de tais comunidades são insuficientes; a maior parte não possui água tratada e nem esgotamento sanitário. Por terem sido formadas em locais que pudessem fornecer barreiras sociais e ambientais que garantissem seu isolamento enquanto estratégia de sobrevivência, muitas das comunidades quilombolas estão localizadas longe das sedes de seus municípios e em locais de difícil acesso. Hoje, este isolamento ainda se soma às ausências impostas pelo racismo institucional. Outra característica importante dessas comunidades é a ausência de serviços de saúde locais, o que faz com que, ao surgirem doenças ou agravos, seus habitantes sejam obrigados a percorrer longas distâncias em busca de atendimento médico.

A questão territorial é um elemento de suma importância na dinâmica quilombola. O território, para essas comunidades, é um lugar de relação que faz parte da reprodução das formas tradicionais de socialização onde as referências culturais, sociais e de saúde estão conectadas com a natureza e a vida cotidiana, sendo um modo de pertencimento cultural, além de uma forma de produzir, existir e resistir. Sendo assim, tais comunidades são constituídas por terrenos familiares que mantêm laços de parentesco e afinidade e a luta pela terra é uma questão central na busca pela autodeterminação.

A partir da apropriação da terra, tais famílias reproduzem seu vínculo cultural e social presentes em suas atividades cotidianas e em celebrações que marcam essa vivência coletiva. Mas, afinal, o que é território? E por que falar sobre território nos faz compreender a promoção da saúde desses povos?

Segundo Silva (2012), o termo vem do latim *territorium*, que significa terra, e tem conotações jurídicas, políticas e simbólicas. No planejamento e execução do ordenamento territorial, bem como na delimitação de diversos arranjos espaciais, os aspectos de relevância

são de origem política, econômica, fisiográfica e cultural, que têm como agentes de mobilização o poder estatal, o capital e em alguns casos a sociedade civil organizada, todos agindo sobre o espaço a partir de demandas de escalas local, nacional ou global. Sobre a perspectiva simbólica, entende-se que é onde os sujeitos se manifestam enquanto existentes deste lugar de forma tão intrínseca que tais sujeitos não se identificam sem seus relativos territórios (Arruda, 2010). O território é um espaço de relações de poder e, quando ocupado, se transforma.

A partir daí, surgem as territorialidades, ou seja, esse espaço não é mais isento das relações de poder ali estabelecidas. Para Joelson Ferreira em entrevista ao Teia dos povos, (2019) a abolição da escravatura não promoveu qualquer tipo de reparação e de 1850 para cá, as políticas públicas e agrárias não envolveram uma política de distribuição de terras para os povos pretos. Porém os imigrantes brancos tiveram acesso à terra e se territorializam, tanto que há cidades “alemãs”, “italianas”, “polonesas”, no sudeste e sul do país. Para nós, pessoas negras, o acesso à territorialidade e às terras foi negado, o que nos levou a nos deslocar para as grandes cidades, perdendo a capacidade de nos organizar em cidades, como ocorria no século XIX. Os elementos culturais presentes nos terreiros, congadas e outras manifestações tradicionais são vestígios das antigas territorialidades e formas de organização das comunidades negras. No entanto, não possuímos uma cidade chamada "Angola", uma vila chamada "Ketu" ou um território chamado "Benguela". Tudo isso foi impedido pelas diversas formas de racismo e violência que enfrentamos.

As características e a natureza territorial de uma região devem ser consideradas para a habitação, pois têm uma influência significativa nas condições de vida dos residentes e em sua capacidade de desfrutar de saúde e acesso a serviços públicos, especialmente aos serviços de saúde, que são garantidos por direito constitucional. A territorialidade é fundamental para o bem-estar dos indivíduos e para a manutenção de uma vida saudável, permitindo-lhes viver dignamente e acessar os benefícios que em tese lhes são assegurados pela Constituição.

Nos estudos sobre a saúde e a saúde pública, a incorporação de conceitos geográficos como espaço, território e ambiente, vem levantados uma vez que se caracterizam de suma importância para a efetivação de tais serviços. O espaço como construção social, segundo Santos (1988) tem como elementos constitutivos: os homens; o meio ecológico; a base física do trabalho humano; as infraestruturas; a materialização do trabalho humano em formas responsáveis pela produção de bens, serviços, ideias; e as instituições encarregadas de produzir normas, ordens e legitimações. Desse modo, a identificação e localização dos objetos, seus usos pela população e sua importância para os fluxos das pessoas e de matérias, são de grande

relevância para o conhecimento da dinâmica social, hábitos e costumes e para a determinação de vulnerabilidades de saúde, originadas nas interações de grupos humanos em determinados espaços geográficos (Monken, 2003).

É importante salientar que as situações geográficas estão diretamente relacionadas às desigualdades regionais que têm como consequência a centralização ou falta de serviços de saúde, bem como a implementação das políticas de saúde (Albuquerque; Ribeiro, 2020). Ainda hoje é bastante comum, ao realizar diagnósticos de condições de vida, a dissociação entre qualidade de vida e território. Entretanto, se é no próprio território que, de fato, a vida social acontece, é neste lugar que surgem as necessidades sociais e os problemas de saúde, sendo importante que esse conceito seja integrado nas análises (Monken, 2008).

Para Haesbaert (2004), falar sobre territorialidade no Brasil só é possível se considerarmos como esse conceito é atravessado por diversos fatores que fizeram parte do processo histórico do país. O território deve ter como base esse reconhecimento de historicidade, composto por procedimentos da territorialidade de certo um grupo social, pois envolve um todo, que são “*suas formas de dominação político-econômica e suas apropriações mais subjetivas e/ou simbólico – culturais*” (Haesbaert apud Carvalho; Lima, 2013, p.332). Assim, a territorialidade quilombola envolve não apenas a posse física da terra, mas também a conexão histórica, cultural e espiritual que essas comunidades têm com seus territórios. Esses espaços são considerados fundamentais para a identidade e a sobrevivência das comunidades quilombolas, pois neles são preservadas suas tradições, práticas culturais, modos de vida e sistemas de conhecimento.

Gadelha et al (2011) sugere que a saúde, por ser central para a organização das redes urbanas, influenciando a delimitação de escalas e limites territoriais, é estruturante da ocupação territorial. Ademais, tem o potencial de definir novos fluxos de investimentos e, portanto, de reverter tendências tradicionais de concentração da produção e renda no espaço. A saúde constitui-se, assim, como um campo de particular relevância para a coesão social e econômica nos diferentes territórios.

Como vimos os autores aqui mencionados trazem conceitos sobre território e territorialidade e identificam a identidade quilombola traçando diversos significados dependendo das relações que são estabelecidas por esse grupo e seu território. Essa territorialidade quilombola é acompanhada pela legislação e políticas brasileiras desde o período colonial.

Ao não reconhecer as terras ocupadas por esses povos tradicionais legalmente como

propriedade, o Estado brasileiro possibilitou que houvesse uma expropriação dos locais de moradia destas populações e um difícil acesso a direitos básicos como água potável, saneamento básico, educação e saúde. Perpetua-se assim uma escravidão de outra natureza, mas igualmente desumana: o descaso.

As terras de uso comum em comunidades quilombolas, são demarcadas pela forma de utilização dos recursos naturais, onde existe um controle sobre a terra, mas não uma lógica de propriedade privada e individual. As terras de uso comum têm a "unidade familiar como elemento essencial, suportando um sistema de produção mais autônomo, baseado no trabalho familiar, mas que incorpora formas de cooperação entre as diferentes famílias." (Carvalho; Lima, 2013, p.334). Percebe-se, a partir disso, como a territorialidade quilombola é constituída nas relações familiares e em seus vínculos comuns com os recursos.

Entretanto, nem sempre foi assim. Durante décadas, esses territórios quilombolas tiveram que enfrentar diversas situações, como arbitrárias designações que lhes foram impostas pelas instâncias de poder e pela invisibilidade jurídica no reconhecimento de sua territorialidade. Antropólogos, historiadores e cientistas em geral têm desenvolvido trabalhos que incluem na caracterização dessas comunidades quilombolas não apenas a ideia de fuga/isolamento/resistência com a ocupação de terras livres, mas também as heranças, doações, recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, a permanência nas grandes propriedades e, ainda, a compra de terras durante o regime de escravidão e após sua suposta extinção formal. Essas novas perspectivas têm acompanhado a lógica proposta pela história brasileira nas últimas duas décadas.

Para além de uma compreensão territorial voltada ao espaço geográfico, predominante na geografia, ou a concepção de propriedade, mais trabalhada quando o assunto se relaciona aos conflitos ambientais e injustiças sociais, estes são relevantes quando o assunto é saúde, já que:

Desse modo, a identificação e localização dos objetos, seus usos pela população e sua importância para o fluxo de pessoas e de matérias, são de grande relevância para o conhecimento da dinâmica social, hábitos e costumes e para a determinação de vulnerabilidade de saúde, originada nas interações de grupos humanos em determinados espaços geográficos (Monken et al, 2008, p. 3).

No que tange à gestão dos serviços e equipamentos públicos de saúde, a dinâmica territorial se apresenta enquanto um importante ponto a ser analisado, uma vez que é ela que

definirá todas as estratégias de saúde a partir de determinado recorte geográfico. Segundo Haesbaert (2004), a relação entre saúde e território envolve dois aspectos interligados e cruciais. O primeiro aspecto refere-se à dimensão política, que se desdobra no jogo dos "macros e micropoderes". Nessa perspectiva, o território não é apenas um espaço físico, mas também um espaço de disputas, poder e controle. Nele, atuam diferentes atores, desde governos, instituições e corporações até comunidades locais, cada um com suas agendas, interesses e capacidades de influência. Nesse sentido, a política de saúde-território não é apenas uma questão técnica ou administrativa, mas envolve lutas políticas para determinar como os recursos, serviços de saúde e políticas públicas serão distribuídos e implementados em um território específico. O acesso à saúde e aos serviços de saúde, portanto, é frequentemente moldado por relações de poder, interesses econômicos e disputas políticas no âmbito territorial.

O segundo aspecto destacado por Haesbaert é o papel do Estado como agente gestor-redistributivo no âmbito da saúde-território. O Estado é o principal responsável por formular e implementar políticas públicas de saúde e garantir que os recursos e serviços de saúde sejam distribuídos de forma equitativa para toda a população. O Estado, por meio de suas políticas, tem o papel de promover a equidade, buscando reduzir as desigualdades e as disparidades de acesso à saúde e aos serviços de saúde em diferentes regiões e territórios. Essa função redistributiva implica em direcionar recursos e investimentos para áreas mais vulneráveis e com maior carência de serviços de saúde, garantindo uma distribuição mais justa e igualitária dos recursos públicos.

Em suma, o acesso à saúde é influenciado por dinâmicas de poder e disputas no âmbito territorial, bem como pela capacidade do Estado em promover políticas que garantam uma distribuição mais equitativa e justa dos recursos e serviços de saúde. Sendo assim, quando uma comunidade quilombola obtém a titulação de suas terras, isso lhes confere segurança jurídica sobre o território, protegendo-o contra possíveis desapropriações e invasões. A titulação também assegura o reconhecimento de sua cultura, tradições e modos de vida, promovendo a identidade cultural e a coesão social da comunidade. Essa segurança territorial tem implicações diretas na saúde quilombola. Quando as comunidades têm o controle sobre suas terras, elas podem desenvolver práticas agrícolas tradicionais e sustentáveis, garantindo a segurança alimentar e a preservação de seus conhecimentos tradicionais sobre o uso da terra e dos recursos naturais.

Almeida e Nascimento (2022) pontuam que quando falamos em titulação de terras, não estamos nos referindo à sobrevivência de um único indivíduo ou de uma única família, mas a

todo um núcleo comunitário étnico. Os dispositivos constitucionais que versam sobre o tema buscam preservar, além da terra, a cultura e o meio ambiente. A posse da terra está intimamente relacionada com a manutenção dos ritos, das manifestações culturais e até mesmo com a proteção da ecologia local.

A relação do território com o ambiente também se apresenta enquanto importante recorte, uma vez que as novas relações territoriais impostas pelos grandes empreendimentos têm impactado de forma significativa as relações territoriais.

Em finais da década de 1965, o Brasil, seguindo a tendência mundial das *commodities* rurais, voltadas à produção de alimentos em larga escala sob a justificativa de aumento da produção de alimentos em larga escala, iniciou o que foi denominado de “Revolução Verde”. A revolução verde foi um conjunto de políticas e tecnologias agrícolas introduzidas na década de 1960, que visavam aumentar a produção de alimentos em países em desenvolvimento, por meio do uso intensivo de agrotóxicos, fertilizantes químicos, sementes melhoradas geneticamente e máquinas agrícolas modernas. Sob concessões estatais (via terras devolutas), diversas regiões tiveram sua biodiversidade e o seu modelo socioeconômico - baseado até então na agricultura familiar - drasticamente modificados, sobretudo, pela monocultura de eucalipto, sob a justificativa do reflorestamento dessas áreas.

A afetação do ambiente rural, marcada pela expulsão de centenas de pequenos agricultores e pelo desmatamento do cerrado para a implantação da monocultura de eucalipto, sobretudo nas cabeceiras de rios, contribuiu para uma modificação radical do ambiente e do contexto social das famílias rurais da região. Muitos, foram expulsos de suas terras por não terem título, outros, pelos impactos ambientais e a consequente improdutividade de suas terras, sobretudo pelos impactos nos recursos hídricos da região. Vale ressaltar que várias áreas pertencentes aos territórios quilombolas foram ocupados por estas empresas, sendo os relatos de adentramentos das fronteiras bastante presentes nas narrativas da população local.

A questão agrária e as políticas de reconhecimento do território quilombola estão intrinsecamente relacionadas. Diversas são as críticas à Revolução Verde, a dependência de insumos químicos, que causa danos ambientais, como poluição do solo e da água, a erosão do solo e perda de biodiversidade, o deslocamento de comunidades rurais, e a questão da concentração de terras e poder econômico, uma vez que a adoção de tecnologias modernas e o uso intensivo de insumos agrícolas exigiram grandes extensões de terras e investimentos financeiros significativos, o que resultou em um processo de exclusão e marginalização das comunidades locais. As comunidades quilombolas, por exemplo, muitas vezes tiveram suas

terras expropriadas como já citado acima para dar lugar a grandes propriedades agrícolas, o que levou à perda de suas terras e recursos naturais e à desestruturação de suas formas de vida e cultura. Além disso, a Revolução Verde também teve um impacto negativo no meio ambiente, devido ao uso excessivo de agrotóxicos e fertilizantes químicos, que afetaram a qualidade do solo e da água e causaram danos à biodiversidade e à saúde humana.

Dessa forma, a questão territorial quilombola impactada pela Revolução Verde se tornou ainda mais relevante, uma vez que as comunidades quilombolas lutam pelo reconhecimento e titulação de suas terras, em um contexto em que a concentração de terras e a exploração predatória dos recursos naturais são cada vez mais intensas. Assim, o acesso à terra, via política de regularização das terras quilombolas, tem sido um processo marcado por lutas, reivindicações, violência e poucas conquistas. Ao mesmo tempo, a conquista da terra pelas famílias residentes nas comunidades, nem sempre significa a conquista de qualidade de vida. É preciso que a política de regularização das terras quilombolas possa extrapolar os limites do acesso à terra e prever o acesso às condições de produzir, gerar renda e garantir os demais direitos como saúde, educação e saneamento básico, considerando ainda a realidade ambiental em que estão inseridos, visando o pleno desenvolvimento social. Para tal, precisamos ir além da conquista e luta pelo território enquanto espaço geográfico (Rodrigues, Bicalho, Macedo 2022).

Outro fato é que, a maioria das comunidades remanescentes quilombolas dispõe de poucos mecanismos ou meios para comprovar a propriedade das terras ocupadas sendo que não se apropriam de tais instrumentos por falta de acesso a esse tipo de conhecimento ou porque na prática eles não funcionam. Tal tarefa deveria ser incumbência do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), no entanto devido a burocracias e falta de investimento público, pouco é feito em relação à questão há um tempo considerável.

O Decreto Presidencial nº 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta parte do artigo 68, no que se refere às comunidades quilombolas, estabelece que o então Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do INCRA, deverá ficar responsável pelos processos administrativos vivenciados pelas comunidades, sendo exposto em seu art. 1º

Os procedimentos administrativos para a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação da propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, serão procedidos de acordo com o estabelecido neste Decreto. (BRASIL, 2003)

Para o acesso legal e a regularização fundiária, o reconhecimento e a identificação do Estado Brasileiro sobre a existência das comunidades quilombolas oferecem subsídios para que o cadastro feito pela Fundação Cultural Palmares, em relação ao processo de regularização territorial das comunidades quilombolas, possa ser iniciado (Ferreira, 2009). Entretanto, o reconhecimento e demarcação territorial se constituem em um processo demorado e burocrático. Assim, todo o processo de demarcação e titulação das terras quilombolas enfrenta desafios, como a burocracia, a falta de recursos financeiros e a resistência por parte de interesses contrários às comunidades quilombolas, como grandes empresas e setores que buscam explorar economicamente essas áreas.

Atualmente, para empreenderem a abertura do processo, as comunidades devem possuir uma certidão de registro no Cadastro Geral de Comunidades Remanescentes de Quilombos da Fundação Cultural Palmares. Inicialmente, o Incra realiza um estudo do território para elaboração do Relatório Técnico De Informação e Delimitação (RTID), o qual vai dar base para todas as fases seguintes, já que identifica os limites da propriedade que deverá ser titulada. Para tanto, o RTID aborda fatores geográficos, cartográficos, agronômicos, ecológicos, fundiários, antropológicos, históricos, socioeconômicos, formado pelo relatório antropológico, pelo levantamento fundiário, pela elaboração de mapa territorial e pelo cadastramento das famílias. Após isso, o documento passa por uma fase em que são analisadas e julgadas contestações que podem ter sido feitas. O RTID também é encaminhado para diferentes órgãos – Fundação Cultural Palmares, IPHAN, SPU, FUNAI, Conselho de Defesa Nacional, Serviço Florestal Brasileiro, IBAMA, Instituto Chico Mendes de conservação da Biodiversidade ICMBIO e os órgãos ambientais estaduais – para avaliação dos dados levantados. Com a aprovação definitiva dos estudos realizados, o presidente do Incra publica uma portaria no Diário Oficial da União e do estado, encerrando o processo com a titulação do território quilombola.

Essas terras podem passar por outros processos entre emissão e análise do RTID até chegar à titulação, já que o procedimento também depende do local onde as comunidades estão localizadas, podendo ser necessárias outras ações no âmbito estadual e municipal. Há ainda o Decreto Presidencial que autoriza a desapropriação privada ou encaminhamento a entes públicos que porventura tenham a posse das terras reconhecidas. Por fim, a almejada emissão do título, a qual ocorre após o devido pagamento das indenizações. O título possui a nomeação da comunidade e é não divisível, o que inviabiliza a comercialização de lotes. Apesar do avanço no âmbito legislativo, a aplicação dos direitos conquistados tardou a acontecer. Somente após

sete anos da Constituição de 1988 foi emitido o primeiro título de propriedade a uma comunidade quilombola. Ainda hoje 2023 o processo segue o mesmo permeado por burocracias e muitos reveses¹.

Figura 1 - Passo a passo da titulação quilombola.



Fonte: Incra (2020)

No que concerne, ao acesso à terra, via política de regularização das terras quilombolas, conforme já elucidado o processo tem sido marcado por burocracias, lutas, violências e poucas

¹ O passo a passo necessário para que as comunidades quilombolas obtenham certificação legal está disponível para consulta em: https://cpisp.org.br/wp-content/uploads/2017/01/CPISP_pdf_CaminhoTitulacao.pdf. Acesso em: 25 de janeiro de 2023

conquistas, a nível institucional o número de famílias que ainda não foram contempladas pela política é superior ao número dos que alcançaram este direito. Ao mesmo tempo, a conquista da terra pelas famílias nem sempre significa a conquista de uma vida digna com qualidade e acesso a bens e serviços essenciais. É preciso que a política de regularização das terras quilombolas possa extrapolar os limites do acesso à terra e prever o acesso às condições de produzir, gerar renda e garantir os demais direitos como saúde, educação, saneamento básico, dentre outros, considerando ainda a realidade ambiental em que estão inseridos, visando o pleno desenvolvimento social e a qualidade de vida dessas famílias.

Para os quilombolas, mais importante do que compreender as legislações e políticas públicas que os favoreçam, é conhecer os meios de efetivá-las. Se no Brasil colônia, uma das principais estratégias dos quilombolas em prol da liberdade era a resistência física, hoje em dia é a luta pela concretização de direitos. Mesmo com a legislação vigente garantindo a titulação de suas terras as comunidades enfrentam conflitos e dificuldades para implementarem esses dispositivos legais. Nessa luta, as comunidades quilombolas possuem aliados e opositores, sendo os aliados os movimentos sociais, ONGs e partidos progressistas e democráticos. Importante registrar também a presença de pesquisadores/as de universidades públicas e institutos de pesquisa que têm colocado as suas investigações a serviço da luta das comunidades.

3.4 Políticas públicas voltadas para a população quilombola

“(...) minha inconformidade eu tenho registrado também através da poesia. Com a arma do verso tento expressar desencantos, as minhas angústias e fazer minhas denúncias contra o estado de coisas que eu vejo e constato.” (LIMEIRA, apud, Costa, 1982, p. 74)

Ao pensar em políticas públicas para as comunidades quilombolas, é essencial considerar suas necessidades específicas, seus direitos históricos e sua cultura única. Dada a história de discriminação e exclusão que essas comunidades enfrentaram, é fundamental implementar políticas que promovam a igualdade, a justiça social e o desenvolvimento sustentável em suas terras ancestrais. É importante que as políticas públicas sejam desenvolvidas em parceria com as comunidades, respeitando suas identidades culturais e reconhecendo suas histórias e lutas. Somente dessa forma será possível promover uma verdadeira inclusão social e alcançar a equidade para as comunidades quilombolas.

As políticas públicas são fundamentais para o funcionamento de uma sociedade democrática, pois têm o propósito de promover o interesse coletivo, corrigir desigualdades e

injustiças sociais, além de buscar soluções para os desafios enfrentados por uma nação. Elas também são uma maneira de estabelecer prioridades e direcionar os recursos disponíveis para atender às necessidades da população de forma eficiente e equitativa.

Celina Souza (2006) coloca que pode-se resumir o termo política pública como um campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações. A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças sociais.

Ao percebermos que existe uma conexão entre o movimento abolicionista brasileiro e as políticas públicas, uma vez que foi por meio da pressão exercida pelo movimento para a mudança das leis e políticas governamentais em relação à escravidão começamos a refletir sobre a necessidade de políticas específicas para a população negra. A seguir, faremos uma breve descrição do que foi tal movimento.

O movimento abolicionista, em fins do século XIX, mobilizou vastos setores da sociedade brasileira. No entanto, passado o 13 de maio de 1888, os negros foram abandonados à própria sorte, sem a realização de reformas que os incluíssem e integrassem socialmente. Por trás deste fato, havia um projeto conservacionista que não admitiu mudanças no regime do latifúndio e exacerbou o racismo como forma de discriminação e como obstáculo ao acesso da população negra aos mais diversos bens e serviços.

A primeira política pública estatal destinada aos quilombolas no Brasil foi repressiva, de perseguição e destruição das comunidades quilombolas, executada durante o período escravocrata. Ressalta-se que, para a efetivação dessa política, inclusive, criou-se um cargo público, o Capitão-do-Mato, que tinha como finalidade precípua perseguir negros escravizados fugidos e destruir ou desmantelar quilombos (Reis, 1996). Tal política era colonial e não se configurava de fato como uma política pública aceitável nos moldes democráticos atuais. A ausência de acesso aos direitos de saúde, educação, transporte público de qualidade, bem como a instabilidade jurídica com relação ao direito ao próprio território, revelam como o racismo institucional limitou, desde o Brasil colônia, a sobrevivência digna dessa população.

Após a abolição da escravidão, houve um período de cerca de cem anos em que não houve legislação específica sobre as comunidades quilombolas. Com o fim da escravidão e a abolição do status jurídico de escravo, as comunidades anteriormente denominadas de quilombos deixaram de ser consideradas como tal, uma vez que seus membros não eram mais

escravos fugidos, e esse era a definição colonial de quilombo. Esse vazio legislativo gerou uma situação de falta de reconhecimento e proteção para essas comunidades, que enfrentam ainda hoje desafios significativos na busca por seus direitos e identidade cultural. Consequentemente, não houve qualquer política pública destinada especificamente para essas comunidades que, apesar de existirem de fato, não necessariamente se reconheciam ou eram reconhecidas como comunidades quilombolas (Dalosto, 2016).

Diante do exposto, o quilombo está para além do refúgio de escravizados. A formação das comunidades quilombolas faz referência “*a formação de grupos familiares que, buscando uma produção autônoma e livre, baseada na cooperação, faziam frente ao sistema escravocrata*” (Carvalho; Lima, 2013, p.331). Aqui cabe também refletirmos na ótica masculinista que rege o imaginário quilombola. As mulheres quilombolas foram e são essenciais para a sobrevivência dos quilombos. Elas são as responsáveis por transmitir as tradições, preservar os recursos naturais e cuidar do lar e da terra, e tanto historicamente como na atualidade representam importantes lideranças na busca contínua pelos direitos e reconhecimento de seu povo e suas famílias, como veremos ao retornar ao assunto adiante no texto.

Entre os anos de 1970 e 1988, o conceito ressignificado de quilombo foi apresentado na Assembleia Nacional Constituinte por meio do discurso dos militantes do Movimento Negro Unificado e de parlamentares como Abdias do Nascimento. Eles buscavam transformar esse conceito em um dispositivo jurídico capaz de defender e garantir a inclusão dos descendentes dos africanos na nova ordem jurídica da Nação. A primeira senadora negra, Benedita da Silva, foi responsável por incorporar o artigo 68, que, posteriormente, enfrentou diversos projetos que visavam regulamentá-lo. O artigo 68 foi inserido nas Disposições Constitucionais Transitórias, porém enfrentou forte oposição na Câmara Federal e no Senado, o que resultou em quase 20 anos para sua regulamentação. Somente após a promulgação da Constituição Federal de 1988, as comunidades quilombolas foram oficialmente reconhecidas. Contudo, foi somente a partir de 2004 que passaram a ser consideradas como público-alvo de programas e ações da Assistência Social. Esse processo demonstra a luta e a trajetória de busca por reconhecimento e inclusão dessas comunidades dentro do arcabouço jurídico e político do país.

O Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) desencadeou um movimento crescente de comunidades rurais (e mais tarde, também urbanas) que passaram a buscar o reconhecimento como "quilombolas" e a se organizar politicamente em torno dos direitos fundamentados a partir desse momento. Antes da promulgação do dispositivo

constitucional em 1988, a grande maioria dos grupos sociais que tinham vestígios de ancestralidade negra ainda não havia organizado suas reivindicações. O elemento complicador surge da redação imprecisa do Artigo 68, especialmente quando comparado ao primeiro inciso do artigo 231 da Constituição Federal, que estabelece os direitos dos povos indígenas em relação ao território. Enquanto o artigo 231 define claramente as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e seus usos, costumes e tradições, o Artigo 68 do ADCT não possui essa mesma precisão. Essa imprecisão no Artigo 68 tem resultado em um intenso debate sobre os limites e possibilidades de implementação do dispositivo constitucional para as comunidades quilombolas (Jorge, Brandão 2016).

A Constituição Federal de 1888 constituiu um marco para as políticas públicas relacionadas aos direitos sociais e à cidadania ao reconhecer os direitos etno-raciais e territoriais da população negra. Os remanescentes de quilombos foram lidos como sujeitos de direitos, quando o estado brasileiro reconheceu esta nova categoria social.

Contudo, o maior destaque está na questão territorial, uma vez que sem o território, nenhuma outra característica que define estas comunidades é passível de manutenção. Com tal reconhecimento as populações remanescentes de quilombos puderam então buscar de uma forma mais efetiva seus direitos e políticas públicas que as favorecessem.

Do ponto de vista das políticas públicas para as comunidades quilombolas, no primeiro governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003) foi lançado o Programa Brasil Quilombola, que definiu marcos estatais de políticas públicas para essa população. Entretanto, ainda são muito poucos os serviços e acessos realmente disponibilizados à essas populações, ou seja, as políticas não chegam a ser efetivadas na prática. O Programa Brasil Quilombola surge como uma ação governamental em prol do desenvolvimento sustentável e da inclusão social desses indivíduos, garantindo ao mesmo tempo a unidade conquistada pelas comunidades ao longo do tempo.

Lançado em 12 de março de 2004, o programa faz parte de um programa maior denominado Promoção da Igualdade Racial, e envolveu a participação de 23 Ministérios, caracterizando uma ação interministerial voltada para o atendimento de quatro eixos temáticos: (i) Acesso à terra; (ii) Infraestrutura e qualidade de vida; (iii) Desenvolvimento Local e Inclusão Produtiva; e (iv) Direitos e Cidadania. O programa foi a primeira política pública real e fora dos moldes coloniais voltada aos remanescentes de comunidades quilombolas, os quais viveram apagados e sem acesso aos serviços básicos providos pelo governo. O mesmo previa a coordenação de ações governamentais para as comunidades remanescentes de quilombo por

meio de articulações transversais, setoriais e interinstitucionais, gerenciadas pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR).

Em fevereiro de 2007 é então lançada a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais instituída pelo Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que teve como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições. Tal política se configura (como todas as conquistas quilombolas até aqui) em algo positivo e fundamental para a luta dessas comunidades para o reconhecimento de sua existência e de sua permanência em seus territórios.

Também em 2007 foi criada pelo Decreto Federal nº 6.261 a Agenda Social Quilombola, que se configurava num plano de atuação do governo federal, articulando diversas políticas públicas com o objetivo de alcançar as comunidades quilombolas brasileiras que, conforme já demonstrado, viviam, e ainda vivem, em situação de insegurança social. Nesse sentido, a garantia do acesso à terra foi dada aos quilombolas pela Constituição de 1988, mas ali também se reconhecia todos os cidadãos como detentores dos mesmos direitos que qualquer outro cidadão. O Estado deveria então lhes garantir acesso aos serviços essenciais: saúde, educação, tratamento e abastecimento de água, produção e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis, conforme garantido pela Constituição. Mas essas demandas permaneceram insaciadas mesmo com a criação do Programa Brasil Quilombola (Barbosa et al 2016).

Os programas descritos acima, embora importantes, não contemplaram em sua integralidade a saúde da população quilombola de maneira abrangente. Essa população deveria estar melhor contemplada no que concerne à saúde por meio da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) da Portaria nº 992/2009 de 13 de maio de 2009. Por definição, tal política define os princípios, a marca, os objetivos, as diretrizes, as estratégias e as responsabilidades de gestão voltados para a melhoria das condições de saúde desse segmento da população. Inclui ações de cuidado, atenção, promoção à saúde e prevenção de doenças, bem como de gestão participativa, participação popular e controle social, produção de conhecimento, formação e educação permanente para trabalhadores de saúde, visando à promoção da equidade em saúde da população negra. Tem por objetivo principal promover a saúde integral da população negra, priorizando a redução das desigualdades étnico-raciais, o combate ao racismo e à discriminação nas instituições e nos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS).

Em seu texto, consta de modo literal que:

Seu propósito é garantir maior grau de equidade no que tange à efetivação do direito humano à saúde, em seus aspectos de promoção, prevenção, atenção, tratamento e recuperação de doenças e agravos transmissíveis e não transmissíveis, incluindo aqueles de maior prevalência nesse segmento populacional. Ela se insere na dinâmica do Sistema Único de Saúde (SUS), por meio de estratégias de gestão solidária e participativa, que incluem: utilização do quesito cor na produção de informações epidemiológicas para a definição de prioridades e tomada de decisão; ampliação e fortalecimento do controle social; desenvolvimento de ações e estratégias de identificação, abordagem, combate e prevenção do racismo institucional no ambiente de trabalho, nos processos de formação e educação permanente de profissionais; implementação de ações afirmativas para alcançar a equidade em saúde e promover a igualdade racial. (Política nacional de saúde integral da população negra, 2009)².

A política como citado acima busca alcançar seus objetivos por meio de gestão solidária e participativa, utilizando informações epidemiológicas que priorizam questões raciais na tomada de decisões, fortalecendo o controle social, combatendo o racismo institucional e implementando ações afirmativas para promover a equidade em saúde e igualdade racial. Entre as décadas de 1930 e 1980, diversos movimentos sociais surgiram ao redor do mundo, representando a insatisfação dos negros em relação à qualidade de vida. Essas lutas também ocorreram no Brasil e continuam até hoje, buscando superar desigualdades e promover a inclusão e valorização da população negra.

Lívia Arrelias pontua que, no âmbito da saúde, o movimento negro, em especial o movimento quilombola, tem contribuído para dar visibilidade às comunidades. No entanto, por mais que a luta tenha avançado nos últimos anos, ainda há uma ausência quanto à presença das comunidades nos serviços públicos de saúde. Esta falta de reconhecimento da presença destes grupos dificulta a construção de uma política pública de saúde que dê conta das especificidades, bem como impossibilita a busca dos recursos públicos para a construção desta política.

Percebemos que, as ações governamentais ainda não dão conta de responder às necessidades das comunidades quilombolas, embora existam iniciativas capazes de alterar esse padrão. Em geral, as ações governamentais são marcadas pela ação da extensão da cobertura das políticas universalistas já existentes.

Outro grande desafio a ser superado quando se trata do serviço público de saúde em relação às comunidades quilombolas é a necessidade de troca de saberes entre os profissionais que atendem essas comunidades e os saberes e as práticas tradicionais das mesmas, que

² Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_integral_populacao.pdf
Acesso em 25 de janeiro de 2023

precisam ser conhecidas e reconhecidas para o planejamento dos serviços, com o devido cuidado para não incorrer no equívoco da espetacularização de seus modos de vida. É preciso que os agravos à saúde desta população também levem em consideração as condições de desigualdade às quais foram submetidas. Além da necessidade de construir ações que promovam a educação para a saúde, a diversidade tanto racial (enquanto fenômeno social, e não biológico) como cultural destas comunidades devem ser elementos considerados para o planejamento das ações de prevenção e de cuidado.

Dessa forma, as comunidades quilombolas são apontadas por processos históricos de discriminação e exclusão, vivenciam uma realidade socioeconômica excludente em relação à população brasileira em geral (Ferreira, 2011). Nos serviços de saúde, como vimos, as comunidades quilombolas ainda enfrentam inúmeros desafios, agravados pelo descaso político, pelo racismo estrutural e pela ausência deste grupo nos espaços de tomadas de decisões. É preciso ampliar a discussão do direito à saúde, que é uma das premissas básicas do SUS, levando-se em conta que o acesso ao mesmo, passa ainda pelas condições sociais e econômicas da população e não apenas de sua condição étnica. Mas sem perdermos de vista que a universalidade do SUS, que seria o pleno acesso aos serviços públicos de saúde e de qualidade para toda a população brasileira, ainda não se efetivou na prática. (OLIVEIRA Junior, G. B. 2021).

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a saúde é um direito humano fundamental. Como tal, a saúde se encontra em pé de igualdade com outros direitos garantidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948: liberdade, alimentação, educação, segurança, nacionalidade etc. Como salienta Paulo M Buss em entrevista ao portal Fiocruz, a saúde é amplamente reconhecida como o maior e o melhor recurso para o desenvolvimento social, econômico e pessoal, assim como uma das mais importantes dimensões da qualidade de vida.

É notável que os direitos quilombolas nunca foram seguramente garantidos pelo Estado. O pleno acesso à saúde e promoção da saúde para comunidades remanescentes quilombolas não se fez de fato efetiva, assim como não se fez efetiva as políticas de garantia territorial das comunidades. A mera criação de programas estratégicos como o Brasil Quilombola, por exemplo, não tem sido suficiente na busca pela promoção da saúde e qualidade de vida dessa população. A plena efetivação de tais garantias é indispensável para tal, e requer a participação não apenas do governo, mas da sociedade em geral. Sabe-se que atualmente, mesmo frente a tantos avanços históricos obtidos na luta pela igualdade dos direitos, pouco ainda se avançou

para que seja garantido o acesso a serviços básicos como abastecimento de água em diversas comunidades, muitas das quais lutam ainda para terem seus territórios certificados e reconhecidos pelo Estado. As comunidades quilombolas ainda persistem na luta por igualdade de direitos, pela posse e regularização fundiária de suas terras pela equidade na saúde pública em nosso país.

Em entrevista à revista *Radis*, Givânia Silva (2020) pontuou que o racismo estrutural está presente na dificuldade que os quilombolas têm para acessar as políticas públicas. “Quando a Covid chega e acha os quilombos tão vulneráveis, é porque historicamente as comunidades foram abandonadas e deixadas para trás”, reflete. Já para Jurema Werneck, diretora da Anistia Internacional Brasil, o silêncio das autoridades frente às mortes de quilombolas pelo novo coronavírus “não é incompetência e sim negligência”. A Covid-19 está nas favelas e comunidades tradicionais. Está nas aldeias e nos quilombos. Essas pessoas não são invisíveis, são ativamente negligenciadas”.

Mesmo reconhecendo as comunidades remanescentes quilombolas, o governo brasileiro aparentemente não tem a dimensão da abrangência dessa população em todo o território nacional, o que poderia explicar a súbita ruptura que esses grupos enfrentam na promoção de direitos, principalmente os direitos relativos à promoção da saúde.

Por fim, é necessário que as comunidades quilombolas tenham acesso às políticas públicas de saúde que levem em consideração suas adequações culturais. A saúde, do ponto de vista das comunidades tradicionais, compreende outros modos de existência que não são abrangidos pelo conhecimento técnico-científico. Nesse sentido, por exemplo, que o lugar da saúde nas comunidades quilombolas implica várias práticas de cuidado que se utilizam de plantas, chás, simpatias, etc. e um intenso diálogo entre o conhecimento tido como tradicional e o conhecimento científico, tido como complementar e interdependente.

3.5 Comunicação, oralidade, divulgação e saúde no contexto quilombola

Se cada cabeça e história é um quilombo, aquilombar-se é o movimento de buscar o quilombo, formar o quilombo, tornar-se quilombo. Ou seja, aquilombar-se é o ato de assumir uma posição de resistência contra-hegemônica a partir de um corpo político.
(Beatriz Nascimento 1989)

Neste tópico, discutiremos sobre como a comunicação desempenha um papel fundamental na promoção da saúde das populações quilombolas. E a importância da comunicação culturalmente adequada e sensível a essa população específica.

A comunicação é um processo em que um agente específico (emissor) codifica sua mensagem, que é aquilo que deseja comunicar, através de um determinado meio ou instrumento de conexão. Na outra extremidade, um segundo agente (receptor) recebe, decodifica e compreende a informação, resultando em uma comunicação completa (Bordenave, 1982). A oralidade representa um dos meios mais primitivos da comunicação humana, evidentemente precedido por várias outras tentativas de expressão e interação.

A comunicação e a divulgação em saúde desempenham um papel fundamental no contexto quilombola, contribuindo para promover a conscientização, a prevenção e a melhoria da saúde nas comunidades. A divulgação em saúde em comunidades quilombolas é uma questão crucial para garantir o acesso a informações relevantes e adequadas, considerando as particularidades culturais e sociais dessas comunidades. A importância de uma comunicação culturalmente adequada, que leve em conta a cosmovisão, tradições e valores das comunidades quilombolas, a fim de estabelecer uma conexão significativa com os membros e promover a compreensão dos temas relacionados à saúde é fundamental. Além disso, a comunicação em saúde nessas comunidades deve levar em consideração a preservação dos saberes tradicionais e práticas medicinais ancestrais, valorizando a importância desses conhecimentos na promoção da saúde e no bem-estar dos quilombolas (Silva et al., 2020).

A divulgação em saúde em comunidades quilombolas também deve considerar a utilização de meios de comunicação acessíveis e relevantes para essas comunidades, como rádios comunitárias e agentes de saúde comunitários, que desempenham um papel fundamental na disseminação de informações confiáveis e adaptadas à realidade local (Paim et al., 2019). Essa abordagem culturalmente sensível na divulgação em saúde é essencial para fortalecer o vínculo de confiança entre os profissionais de saúde e os quilombolas, bem como para promover a conscientização e o empoderamento das comunidades para a promoção de uma saúde integral e coletiva.

Assim, a divulgação e comunicação são ferramentas que se fizeram e fazem indispensáveis no contexto da COVID- 19 e no pós pandemia. Quando pensamos a comunicação, no contexto da saúde culturalmente adequada para as comunidades quilombolas, nos referimos à forma como informações e conhecimentos são transmitidos e compartilhados entre a mídia, profissionais de saúde e membros dessas comunidades, levando em consideração

sua cultura, valores e tradições. Uma saúde culturalmente adequada reconhece e respeita a diversidade cultural das comunidades quilombolas, promovendo uma abordagem mais sensível, inclusiva e efetiva no atendimento de saúde. Isso envolve a capacidade de comunicar-se de maneira clara e compreensível, garantindo que as informações sejam acessíveis e culturalmente relevantes para os membros dessas comunidades.

Ricardo Ventura Santos (1996) destaca em seus textos a necessidade de uma comunicação mais empática e horizontal, em que os profissionais de saúde e divulgadores científicos, valorizem e compreendam a visão de mundo das comunidades quilombolas para promover uma assistência mais eficaz e um acesso mais equânime. A comunicação intercultural é um elemento crucial na promoção da saúde em comunidades quilombolas.

A comunicação quilombola é uma forma de expressão e interação específica das comunidades quilombolas, que se baseia nas suas vivências, culturas, tradições e valores. Ela desempenha um papel importante na preservação e transmissão dos conhecimentos ancestrais, na valorização da identidade quilombola e na luta pelos direitos dessas comunidades. A principal forma de comunicação dos remanescentes quilombolas varia de acordo com o contexto específico de cada comunidade, mas em geral, eles mantêm uma tradição oral muito forte. A oralidade é uma parte essencial da cultura quilombola, transmitindo conhecimentos, histórias, lendas, tradições e valores de geração em geração. De acordo com Bastos (2009), ao transmitirem esta memória de geração em geração pela oralidade, os mais velhos se constituem como os guardiões da tradição, entendida como uma construção do passado de forma a orientar o presente e o futuro.

É importante ressaltar que, apesar da valorização da oralidade, muitas comunidades quilombolas também têm buscado meios de preservar e registrar suas histórias e culturas por meio da escrita, da gravação de áudios e vídeos, e da participação em projetos de pesquisa e documentação das suas tradições. Pacheco (2006) pontua que a tradição oral tem sua própria pedagogia é uma importante ferramenta de comunicação e que esta se desenvolve através de uma vivência afetiva e cultural que facilita o diálogo entre as idades, entre a escola e a comunidade, entre grupos étnico-raciais, interagindo saberes ancestrais de tradição oral e as ciências formais para a elaboração do conhecimento e de um projeto de vida.

A relação entre comunicação e saúde é fundamental para entender os problemas enfrentados pelos remanescentes quilombolas no contexto brasileiro. As comunidades quilombolas têm histórias ricas e culturas diversas, mas também enfrentam desafios específicos

relacionados ao acesso à saúde e ao bem-estar. A comunicação desempenha um papel crucial na abordagem desses problemas.

A comunicação, como já pautada anteriormente, sustenta as relações sociais, seja por meio de gestos, desenhos rupestres, textos escritos ou frases naturalmente proferidas pela oralidade. No entanto, o advento das novas tecnologias da informação e comunicação, e especialmente a internet como um fenômeno social, tem provocado mudanças estruturais significativas, afetando profundamente a forma de comunicar, o modo de vida e a sociedade humana e tais mudanças não têm impactado na forma de comunicação de diversas populações entre elas as comunidades quilombolas.

Negligenciado durante séculos, o tema quilombola tem repercussões em outros campos, inclusive no meio acadêmico, pois parte considerável das pesquisas que vêm sendo desenvolvidas com este tema concentra-se em campos como a antropologia e a educação, como já mencionado, centrais em seus aspectos socioculturais. É neste momento que a opção de realizar uma pesquisa no campo da saúde coletiva, onde se busca para além de tais questões refletir sobre os processos comunicacionais que resultam das lutas por acesso à saúde e demais direitos básicos se faz necessária, e em diálogo com as diretrizes atuais do movimento quilombola.

Como questão de saúde pública, a dificuldade de acesso à saúde, do ponto de vista ético, significa discutir e revelar a responsabilidade pública, quanto ao direito à saúde e a fragilidade de grupos populacionais, especialmente os considerados mais vulneráveis, incluindo populações rurais, negros, índios, pessoas com necessidades especiais etc. Quanto aos negros, principalmente quando falamos das comunidades remanescentes quilombolas rurais, precisamos ter em mente suas trajetórias de injustiça e exclusão ao longo da história em solo brasileiro, levando em consideração as iniquidades a que essa população foi, e continua sendo, exposta (Alencastro, 2000).

As Determinantes Sociais da Saúde (DSS), têm sido acionadas nas discussões sobre os processos de saúde e doença. De acordo com definição da Organização Mundial de Saúde (OMS), os determinantes sociais da saúde estão relacionados às condições em que uma pessoa vive e trabalha. Também podem ser considerados os fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e fatores de risco à população.

Enquanto os fatores individuais são importantes para identificar que indivíduos no interior de um grupo estão submetidos a maior risco, as diferenças nos níveis de saúde entre

grupos, comunidades e países estão mais relacionadas com outros fatores, principalmente o grau de equidade na distribuição de renda (Buss, Paulo Marchiori e Pellegrini Filho, 2007). Portanto é inegável, que populações que foram historicamente perseguidas e/ou excluídas, enfrentem horizontes nebulosos quanto ao acesso à saúde (Guimarães 2004).

A integração da Promoção da Saúde e dos Determinantes Sociais da Saúde, contribui para a compreensão e o enfrentamento das disparidades em saúde, beneficiando o bem-estar social, pois essa integração se centra no papel da política de redução da desigualdade e se distancia do discurso tradicional da saúde pautado no indivíduo. Para debater saúde em comunidades quilombolas, é necessário pautar os conflitos étnico-raciais e a luta pela terra, uma vez que tais questões são de fundamental importância para essas populações. Ou seja, são marcadores de base para as desigualdades históricas vividas pelos quilombolas no Brasil (Rezende, 2015).

Assim, seguindo esta linha de pensamento para discutir saúde quilombola, é imprescindível contextualizar todas as análises e ações ao território em que cada uma destas comunidades estão inseridas. Isso porque mesmo se tratando de um grupo étnico-identitário semelhante, cada comunidade tem demandas e questões de saúde distintas, que são, em grande parte, definidas pelo aspecto territorial, quer seja em relação à sustentabilidade ou aos conflitos que ali estão imbricados, e seu modo de comunicação está intrinsecamente ligado a ações de promoção de saúde. A comunicação é essencial para garantir que os remanescentes quilombolas tenham acesso a informações relevantes sobre saúde, prevenção de doenças, programas de saúde pública e direitos de atendimento médico. Muitas vezes, essas comunidades estão em áreas remotas ou isoladas, tornando o acesso à informação uma questão crítica.

Outra pauta que podemos levantar - brevemente - enfatizando o que refletimos até o momento sobre os determinantes sociais da saúde é que países como o Brasil, que fazem parte das Organização das Nações Unidas (ONU), assinaram, durante a Rio+20, um termo de compromisso chamado de Agenda 2030. Essa agenda contém 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que compõem metas e ações para serem alcançadas por todos os países até o ano de 2030. Metas essas que vão de encontro aos determinantes sociais da saúde, no entanto se pensarmos brevemente nos 17 ODS(s) e suas metas veremos que, ainda hoje em 2023,

A agenda 2030 e seus objetivos fazem pouco sentido para os povos e comunidades tradicionais no mundo. A falta de participação efetiva e representação das comunidades quilombolas nas decisões e políticas relacionadas ao desenvolvimento sustentável prova essa

questão. É essencial que as comunidades sejam envolvidas de forma significativa em processos de tomada de decisão e políticas públicas que afetam diretamente suas realidades. Para superar esses desafios e garantir que a agenda 2030 e os ODS façam a diferença para as comunidades quilombolas, é fundamental considerar as necessidades e demandas específicas dessas comunidades, promover a participação ativa, garantir a segurança fundiária, fortalecer as capacidades locais e investir em políticas públicas efetivas e recursos adequados. Além disso, é necessário combater as desigualdades estruturais e a discriminação racial, promovendo a inclusão social e a igualdade de oportunidades.

De modo geral, a saúde é determinada por fatores sociais uma vez que as condições e as estruturas sociais nas quais as pessoas vivem têm um impacto significativo na sua saúde e no seu bem-estar. Abordar as questões sociais que afetam a saúde é fundamental para alcançar a equidade em saúde e garantir que todas as pessoas tenham a oportunidade de viver vidas saudáveis e produtivas. Ao refletirmos que a saúde é determinada socialmente, devemos levar em consideração o contexto das comunidades quilombolas rurais: falta de saneamento básico, acesso insuficiente aos serviços de saúde, insegurança alimentar, insegurança territorial, adoecimento mental, os entraves e despreparo ao oferecer saúde integral combinada com a manutenção das crenças e tradições destes grupos dentre outras questões. Cabe aqui ressaltar que, muitos povos quilombolas, ainda se utilizam de práticas alternativas e do uso de plantas consideradas por eles como medicinais (Freitas, et al, 2011).

A CONAQ pautou ainda no início do período pandêmico que a invisibilidade da gravidade da pandemia da COVID- 19 em territórios quilombolas revela uma situação dramática, que não recebeu ou tem recebido a atenção devida das autoridades públicas e dos meios de comunicação dominantes. Dados da transmissão da doença em territórios quilombolas são subnotificados, pois muitas secretarias municipais deixam de informar quando a transmissão da doença e a morte ocorrem entre pessoas quilombolas. Tanto as secretarias de saúde como o próprio Ministério da Saúde têm negligenciado uma atenção específica em relação às comunidades negras. Parte do problema é a ausência de dados epidemiológicos para populações quilombolas. Além da grande subnotificação de casos, situações de dificuldades no acesso a exames e denegação de exames a pessoas com sintomas têm sido relatadas pelas pessoas dos quilombos.

Atualmente, os meios de comunicação como televisão, rádio e internet assumem um papel centralizador na divulgação de questões relevantes em saúde pública, como ocorreu durante o período pandêmico. Esses meios de comunicação podem influenciar o

estabelecimento de crenças, opiniões e comportamentos, além de representar uma centralidade para a busca por informações de diversas populações.

O modelo atual de comunicação em saúde, em especial nas comunicações relacionadas às emergências em saúde pública, como na pandemia da COVID-19, aponta para a necessidade de mudanças que incorporem novas estratégias e práticas que levem em conta os diversificados territórios, cenários, contextos e os processos sociais existentes.

Diante de uma pandemia, os divulgadores de ciência e comunicadores precisam agir com responsabilidade, para disseminar informação clara e fundamentada, sem promover insegurança e pânico. Os meios de comunicação de massa são importantes veículos de informação, principalmente, em situações de risco e emergências, pelo seu grande alcance. Entretanto, cada vez mais, a atuação das equipes de comunicação de organizações de pesquisa e até a ação individual de cientistas e divulgadores podem ganhar grandes proporções na internet, em especial, nas mídias sociais.

Da Silva (2020) e Galindo-Neto et al. (2020) destacam que o contexto pandêmico, especificamente na área da saúde, exigiu o uso do conhecimento, de habilidades de ferramentas tecnológicas capazes de atender às necessidades das diferentes populações. Além disso, pontuam que os aplicativos móveis se configuram como tecnologias digitais inovadoras no cenário mundial ao oferecer comodidade e benefício para a população no acesso ao conhecimento.

Dessa forma, outra fonte importante de veiculação de informações durante a pandemia foram os grupos e redes formadas no aplicativo de mensagens WhatsApp. Na comunidade quilombola de Córrego Narciso, local de estudo desta pesquisa, os grupos de WhatsApp se configuraram como uma ferramenta importante na disseminação de informações relativas ao cotidiano da comunidade, especialmente no repasse de informações relativas à saúde. Nem toda a comunidade tem acesso a aparelhos celulares e internet, porém a comunicação ocorria de forma geral por meio de uma rede formada pela própria comunidade. Toda pessoa da comunidade que recebia alguma informação via internet ou por outro meio de comunicação se responsabilizava por informar os demais e fazer com que questões importantes, como por exemplo, a disponibilidade de vacinas para as populações quilombolas, pudessem chegar em todos os ouvidos do quilombo, numa comunicação que eles denominaram como comunicação do grito. Assim como são veiculadas notícias importantes sobre os protocolos pandêmicos, como forma de prevenção da doença e demais questões de utilidade social, infelizmente também notamos que é por meio do WhatsApp que surgem e surgiram na pandemia

principalmente, sendo facilmente disseminadas muitas *fake news*, notícias falsas e mitos que incitavam o medo na comunidade.

Em Córrego do Narciso do Meio a comunicação oral é uma forma poderosa de expressão e conexão intracomunitária, podemos explorar uma analogia entre o conceito de "grito" como uma forma de comunicação oral tradicional em comunidades quilombolas. O "grito" é um elemento cultural dentro da comunicação dessa população, é utilizado cotidianamente, conforme mencionado nas entrevistas, pelas mulheres da comunidade. O "grito" pode ter diferentes significados e propósitos, desde ser uma forma de chamar a atenção de outros membros da comunidade, sobre fatos, eventos sociais, informações importantes que devem ser do conhecimento de toda a comunidade, até ser uma forma de manifestar emoções ou expressar alguma necessidade urgente. É importante ressaltar que, como a cultura quilombola é diversa e multifacetada, a forma como a comunicação oral é empregada, pode variar entre diferentes comunidades e tradições. A analogia entre a "tecnologia do grito", utilizada na comunidade de Córrego Narciso do Meio e as *fake news* pode nos ajudar a compreender como formas diferentes de comunicação podem influenciar a percepção e a transmissão de informações, mas também é importante lembrar que esses são fenômenos distintos, com motivações e características próprias. O "grito" pode influenciar a percepção da realidade nas comunidades quilombolas, assim como as *fake news* têm o potencial de afetar a percepção das pessoas sobre eventos e questões na sociedade em geral.

Uma pesquisa desenvolvida pela Fundação Oswaldo Cruz (2021) mostra que 73,7% das informações e notícias falsas sobre o novo coronavírus circularam pelo aplicativo de troca de mensagens WhatsApp. Outros 10,5% foram publicados no Instagram e 15,8% no Facebook. De acordo com as pesquisadoras responsáveis pela pesquisa Claudia Galhardi e Maria Cecília de Souza Minayo, o aplicativo Eu Fiscalizo - próprio para receber denúncias de *fake news*, registrou em um período entre março e abril de 2020 um aumento significativo de denúncias de *fake news* relacionadas à área de saúde.

Percebemos que a elaboração das *fake news* demanda dedicação e tempo para disseminá-las, com o objetivo de iludir e imprimir na população uma falsa visão sobre a realidade. A população, por sua vez, muitas vezes as aceita como tal e compartilha com seus contatos, sem, contudo, perceber a gravidade dos impactos que mensagens com esse teor podem causar à saúde física e psíquica de quem recebe, acredita e segue alguma das orientações falsas, a exemplo de usar uma "receita milagrosa". Um exemplo grave e recente das *fake news* na saúde e que já é um resultado da análise das entrevistas com os residentes pois foi relatada pela

comunidade do quilombo de Córrego do Narciso do Meio conforme veremos nos resultados a frente nesse texto.

De acordo com Dantas e Deccache-Maia (2020) uma das possibilidades de se combater as *fakes news* e deixar a população menos vulnerável é estimular um maior diálogo entre a ciência e a população. Podemos atingir esse objetivo com atividades de Divulgação Científica, cujo propósito é estender o acesso aos conhecimentos científicos produzidos, estimulando o senso crítico e a democratização do conhecimento. Mas para além disso, precisamos também compreender que essa população também produz ciência e um exemplo forte desse fazer ciência é sua vinculação no uso das plantas medicinais, que acordo com a OMS conta com 80% da população mundial em sua utilização enquanto cultura medicinal.

Pesquisadores colaboram por meio de investigações científicas com o conhecimento medicamentoso da flora mundial através da análise da efetividade dos princípios ativos presentes nos compostos químicos das plantas utilizadas por esses povos, mas as práticas medicinais em sua raiz mais profunda parte do conhecimento ancestral quilombola (Maciel et al., 2002). Deste modo, o conhecimento tradicional, associado aos estudos nas áreas afins contribuem para uma grande produção de medicamentos sintéticos derivados das plantas (Schiavon, 2015), além da produção e articulação da conservação da biodiversidade.

Figura 2 - Plantio de muda na recém-construída lagoa da comunidade



Fonte: Projeto Inova 2022

A comunicação da emergência sanitária da COVID- 19 nas comunidades quilombolas durante a pandemia enfrentou diversos desafios e precisou de diferentes iniciativas para alcançar essas comunidades. Alguns dos aspectos relevantes incluíram:

1) Barreiras linguísticas: Em algumas comunidades quilombolas, há uma diversidade de línguas e dialetos locais, o que dificultou a comunicação efetiva sobre a emergência sanitária. Foi e ainda é importante disponibilizar informações em linguagem acessível e em diferentes linguagens utilizadas nessas comunidades, garantindo que todas as pessoas entendam as medidas de prevenção e os cuidados necessários.

2) O acesso limitado à tecnologia e internet, muitas comunidades quilombolas têm acesso limitado à tecnologia e à internet, o que dificulta a disseminação de informações relevantes sobre a COVID-19 e outros temas importantes de saúde. Nesses casos, foi importante buscar alternativas de comunicação, como a utilização de rádios comunitárias, mensagens de áudio ou impressão de materiais informativos para distribuição física para suprir essa desvantagem no acesso a informações rápidas e confiáveis que poderiam ser obtidas pela internet.

3)Parcerias com organizações locais e lideranças quilombolas: Para alcançar as comunidades quilombolas, é fundamental estabelecer parcerias com organizações locais, associações e lideranças quilombolas. Essas parcerias ajudaram e ajudam na disseminação de informações, no engajamento da comunidade e na promoção de ações de prevenção e cuidados de saúde.

4)Visitas e mobilização de profissionais de saúde: A presença dessas equipes nas comunidades pode fortalecer a comunicação e a confiança entre os quilombolas e os serviços de saúde.

5)Valorização da comunicação oral e cultural: Nas comunidades quilombolas, a comunicação oral e a transmissão de informações por meio de lideranças comunitárias e anciãos têm grande importância. É essencial valorizar esses canais de comunicação, respeitando as tradições culturais e reconhecendo os conhecimentos locais na disseminação das informações sobre os mais diversos temas incluindo saúde.

6)Capacitação e educação em saúde: É necessário capacitar lideranças comunitárias e agentes de saúde locais para fortalecer a comunicação e garantir que as informações cheguem de forma adequada e confiável às comunidades.

É importante que as estratégias de comunicação sejam adaptadas à realidade específica de cada comunidade quilombola, levando em consideração suas necessidades, linguagens, tradições e formas de organização. A escuta ativa e o envolvimento da comunidade são elementos essenciais para garantir uma comunicação efetiva durante a emergência sanitária e no atual período pós pandêmico.

A democratização do conhecimento científico e a construção de espaços dialógicos entre a academia e a sociedade podem contribuir para o desenvolvimento de uma cultura científica, mas, sobretudo, possibilitar o exercício da cidadania. Outro aspecto relevante das ações de democratização do conhecimento da ciência é contribuir na redução das desigualdades sociais, favorecendo o empoderamento e a igualdade, como ressaltado por Oliveira (2008) e Thiago (2010). Assim é possível viabilizar o desenvolvimento de uma consciência cidadã sobre questões socioeconômicas, ambientais e de saúde e fomentar a criação de espaços e possibilidades de participação da sociedade na formulação de políticas públicas, estimulando, assim, a participação coletiva em diferentes contextos.

Um dos desafios da comunicação e divulgação da ciência nesses contextos é aproximar os conceitos e informações científicas do cotidiano das pessoas e incluir diversas tecnologias de informação e comunicação como ferramentas na busca pela divulgação e promoção da saúde e da ciência. Recursos tecnológicos, como podcasts, pílulas para envio via WhatsApp, mídias audiovisuais, cartilhas e oficinas apresentam-se como instrumentos didáticos e tecnológicos, constituindo-se em uma ferramenta que proporciona conhecimento, encantamento, entretenimento, além de favorecer uma consciência crítica e um diálogo verdadeiro.

Um conceito importante de ser levantado, principalmente frente ao enfrentamento e às consequências da COVID-19, é o conceito de comunicação de risco. O Conselho Nacional de Pesquisa (National Research Council), dos Estados Unidos, elaborou, em 1989, a seguinte definição de comunicação de riscos: “A comunicação de riscos é um processo interativo de troca de informação e de opiniões entre pessoas, grupos e instituições. É um diálogo no qual são discutidas múltiplas mensagens que expressam preocupações, opiniões ou reações às próprias mensagens ou arranjos legais e institucionais da gestão de riscos.” A comunicação de riscos envolve múltiplas mensagens: sobre a natureza do risco; e outras, não estritamente relacionadas ao risco, que expressam preocupações, opiniões e reações às mensagens sobre o risco ou aos arranjos legais e institucionais para sua gestão. A interação e a troca de informações relativas às ameaças à saúde, à segurança e ao meio ambiente têm o propósito de assegurar que todos conheçam os riscos aos quais estão expostos e participem de sua minimização e

prevenção, porém é importante ressaltar que existe uma disputa de narrativas quando falamos de pandemia, mas não só. No contexto dos movimentos de mães e familiares de crianças com Zika no Brasil, a comunicação de risco e das emergências em saúde pública ocorreu, tal como a COVID-19, em um tempo e espaço de atores que competiam por atenção (Valente, Antunes, Pimenta 2022).

A comunicação de risco parte da premissa de que toda emergência de saúde pública enfrenta desafios de comunicação e pode se beneficiar das lições aprendidas anteriormente. O fato da existência de discursos distintos entre os entes da federação implica na desorganização das informações, desentendimentos e maior grau de incerteza da população sobre a doença e como se prevenir (Silva et al, 2021).

O intercâmbio de informações permite alcançar um melhor entendimento do risco e das decisões e aspectos a ele relacionados. Uma vez que a comunicação de riscos tem relação com a saúde pública, ela também é parte integrante da área de saúde ambiental e é intrinsecamente ligada à comunicação pública da ciência.

É importante que a comunicação pública da ciência permita que os saberes acadêmicos cheguem até as comunidades quilombolas de forma clara, rápida e em linguagem adequada e que os saberes tradicionais sejam de fatos difundidos e ensinados para além das comunidades. Se faz necessário também que a divulgação da ciência e da saúde no contexto quilombola seja um esforço contínuo, levando em consideração as particularidades e necessidades específicas dessas comunidades, buscando sempre fortalecer a equidade e o acesso universal à informação e aos cuidados de saúde. Isso contribui com a manutenção de toda uma cultura e ancestralidade que é um verdadeiro bem nacional.

Para que a população quilombola e demais públicos vulneráveis se apropriem de fato da comunicação da ciência e da democratização do conhecimento é preciso que reconheçamos os lugares de fala e os mecanismos que permitem que tais pessoas possam legitimar suas narrativas (Santos, 1999).

Martinez (1997) aponta que o papel ativo que as ações comunicacionais desempenham na circulação do conhecimento, e da cultura favorecendo a integração da ciência e da saúde na cultura e contribuindo para que diferentes comunidades possam refletir e transformar o mundo onde vivem e atuam é essencial.

É Lélia Gonzalez que comenta, que ao contrário do conhecimento hegemônico acadêmico que procura se desvencilhar de seu pertencimento geopolítico, o projeto da teoria de

colonial assume sua localização geopolítica como estratégia de criação e invenção da produção de conhecimento a partir da experiência do sujeito que a produz (Gonzalez 1988).

Parte dessa reflexão é fundamental para se pensar a comunicação científica de maneira localizada no quilombo Córrego do Narciso do Meio, tomando como referencial suas maneiras próprias de difundir conhecimento. Não objetiva-se, no entanto, reproduzir seu modo de comunicar, algo impossível de se fazer por alguém de fora da comunidade, mas sim alcançar pontos de interseção em que seja possível estabelecer diálogos efetivos e afetivos, em movimentos de troca e não de uma comunicação unilateral. Assim, para o desenvolvimento do campo dessa pesquisa, de todo pensamento e de todos os objetivos que a permeiam, faço minhas as palavras de Conceição Evaristo em sua obra *Becos da memória* (2018) quando diz: “*busco a primeira narração, a que veio antes da escrita. Busco a voz, a fala de quem conta para se misturar a minha.*”

Acredito e vou de encontro ao pensamento de Conceição quando a mesma pontua que: *Essa história silenciada, aquilo que não podia ser dito, aquilo que não podia ser escrito, são aquelas histórias que incomodam, desde o nível da questão pessoal, quanto da questão coletiva. A escrevivência quer justamente provocar essa fala, provocar essa escrita e provocar essa denúncia.*” É sobre essa escrevivência que compactuo também a minha história, minha trajetória até aqui e todos os aprendizados obtidos na construção dessa pesquisa.

Por meio do desenvolvimento do projeto “Comunidades quilombolas e COVID-19: desenvolvimento de tecnologias sociais para promoção de saúde no Médio Jequitinhonha, Minas Gerais” foi possível estabelecer em aspectos práticos uma certa relação com os moradores da comunidade Quilombola do Córrego do Narciso do Meio, buscando cumprir os objetivos do projeto mencionado.

Ocorreram três viagens a campo, que me permitiram a observação da dinâmica comunicacional da comunidade, desde ao ter que tomar decisões em conjunto acerca de qual tecnologia social seria implementada no local, e a forma de repasse das informações entre si e seu processo de consenso. Esse foi um dos principais problemas observados além dos processos comunicacionais no contexto da COVID-19. falar não é apenas pronunciar, provocar e também *estuciar*.

A comunidade quilombola de Córrego do Narciso se mostra como um exemplo vivo cuja língua falada se reflete fortemente na vida cotidiana, onde o conhecimento é transmitido pela tradição oral e não vinculado ao conhecimento formal. Na comunicação intercomunitária, se percebe uma interação entre o contador de histórias e o(s) ouvinte(s), que são, também,

interlocutores e passam a interagir com as histórias e ações. Às emoções presentes fortalecem os laços familiares e grupais, além de dar sentido às ações.

3.6 A comunicação dos conhecimentos tradicionais quilombolas

“na África, cada ancião que morre é uma biblioteca que se queima”

Amadou Hampâté Bâ

Os saberes e conhecimentos das comunidades tradicionais quilombolas têm por base a transmissão geracional por meio da oralidade. Os saberes, práticas de cultivo, as formas de fazer e plantar as roças, e, sobretudo, as práticas de cultura, são compartilhadas por meio das memórias, tradições e costumes.

Segundo Antônio Bispo Santos, em seu texto “Somos da terra”:

Quando provooco um debate sobre a colonização, os quilombos, os seus modos e as suas significações, não quero me posicionar como um pensador. Em vez disso, estou me posicionando como um tradutor. Minhas mais velhas e meus mais velhos me formaram pela oralidade, mas eles mesmos me colocaram na escola para aprender, pela linguagem escrita, a traduzir os contratos que fomos forçados a assumir. (Santos, Antônio Bispo, pg. 44, 2018).

A comunicação quilombola engloba diversas formas e práticas comunicativas, que incluem a oralidade, uma vez que a tradição oral é uma das principais formas de comunicação nas comunidades quilombolas. A transmissão de conhecimentos, histórias, lendas e saberes ocorre por meio da oralidade, em que os mais velhos compartilham suas experiências com as gerações mais jovens. A música e a dança também têm um papel central na comunicação quilombola. Por meio dessas expressões artísticas, as comunidades compartilham suas histórias, celebrações, lutas e resistências. As letras das músicas e as coreografias transmitidas pelas danças contam as experiências e os valores das comunidades.

Figura 3 - Mulheres da comunidade dançando.



Fonte: Flora R.G (2023)

O artesanato, que inclui trançados na palha de milho, quitandas e etc, também se configura em uma forma de comunicação uma vez que permite a preservação das técnicas tradicionais, a representação de símbolos e a criação de objetos que carregam significados culturais. Pinturas, bordados, esculturas e outras formas de expressão visual também desempenham um papel importante na comunicação quilombola. Os rituais e celebrações de fé são momentos de encontro e comunicação nas comunidades quilombolas, é por meio dessas práticas, que os quilombolas reafirmam e atualizam sua identidade, fortalecendo os laços comunitários e expressando seus valores espirituais e culturais. Por fim a comunicação comunitária que é outra forma de expressão importante nas comunidades quilombolas. Ela pode envolver rádios comunitárias, murais, boletins informativos e outros meios de comunicação voltados para a difusão de informações relevantes para a comunidade, como eventos, iniciativas locais, notícias e demandas.

De acordo com Nunes (2006), o vínculo entre educar e aprender são ancestrais, e não são atributos exclusivos da escola. Entendemos que a ancestralidade é tudo que antecede ao que somos, por isso ela nos forma e nos sustenta. A ancestralidade dos grupos étnicos é transmitida em sua maioria por meio da oralidade, mas também pode ser transmitida por práticas cotidianas, nas roças, danças, festejos e nos ritos religiosos. Ao trazer o tema da ancestralidade, Nunes (2006) nos leva a refletir a respeito desta oralidade nos quilombos, que se configura como outro valor civilizatório africano e afro brasileiro presente na realidade cotidiana das comunidades quilombolas no Brasil.

Sobre a oralidade, Hampaté Bâ (2010), pontua que tudo que movimenta as sociedades tradicionais é permeado pela tradição oral. Em todos os segmentos da sociedade, a palavra falada se impõe pela força da tradição e pela forte relação que o homem estabelece com a palavra. Falar é transmitir dentre muitas coisas, conhecimento.

Para que o conhecimento e cultura dessas comunidades sejam, de fato, compartilhados, é importante observar a relação entre ciência, sociedade e saúde em seu sentido pleno, considerando o meio ambiente, a territorialização, a natureza e as relações estabelecidas dentro das comunidades.

O processo de comunicação, nesse sentido, não está isento dos condicionamentos socioculturais e territoriais. A especificidade das comunidades quilombolas precisa ser compreendida porque são grupos diversos; eles têm seu próprio conhecimento cultural, desde seu modo de vida à sua resistência e compreensão de mundo. Ao longo dos séculos, os quilombolas foram construindo, por meio do falar a arte da existência, ainda que em meio a diversos tipos de opressões. Pacheco (2006) acrescenta que a tradição oral tem sua própria pedagogia desenvolvida através de uma vivência afetiva e cultural que facilita o diálogo entre as diferentes idades, entre a escola e a comunidade, entre grupos étnico-raciais, interagindo saberes ancestrais de tradição oral e as ciências formais para a elaboração do conhecimento e de um projeto de vida.

Para estabelecer e manter suas formas específicas de relações socioespaciais e socioculturais, as comunidades quilombolas se voltam para um conjunto de saberes - fazeres sobre os elementos e dinâmicas espaço-temporais de seu ambiente e de sua cultura, sendo que tais relações são transmitidas oralmente entre gerações: mães para filhos e filhas, avós para netos, tias e tios para sobrinhos, etc.

É importante ressaltar que estão implicadas na transmissão oral dos conhecimentos dessas comunidades, algumas particularidades da territorialidade quilombola local como por

exemplo: os elementos linguísticos, a prosódia das palavras, os sons, a sensibilidade de afetação dos agentes envolvidos, a competência da transmissão oral, os colocando em um campus de narração oral que compartilha as suas experiências vividas das epistemologias nativas de um “ser” quilombola.

As tentativas de invisibilização de seus saberes e as fragilidades impostas pelas disputas territoriais em vigência não têm sido suficientes para a eliminação das práticas culturais dessa população. As comunidades quilombolas continuam mantendo vivas suas tradições por meio da oralidade e preservando seus territórios por meio de inúmeras estratégias, tendo na ressignificação um fator de destaque. Se nos antigos quilombos, toda uma gama de saberes e informações foram se consolidando e fortalecendo a luta dos escravos em prol da liberdade, nos quilombos contemporâneos essas estratégias permanecem vivas. Portanto, visibilizar e potencializar a luta desses grupos na luta pelo território e na produção de conhecimento são formas de fortalecer a luta e manter suas memórias coletivas e reproduções socioculturais vivas.

A comunicação intracomunitária dos quilombolas ocorre de diversas formas, levando em consideração a realidade e as características de cada comunidade. De modo pessoal, ao estar em campo para a execução do projeto, pude observar que diversas são as ações externas que possibilitam visualizarmos os vínculos comunitários, exemplos dessas ações são a própria recepção dos moradores a equipe da Fiocruz, inserida no projeto, a liderança das mulheres quilombolas como figuras centrais da comunidade, a importância dos laços intergeracionais, além de toda uma coletividade construída a partir das vivências ancestrais e atemporais, que evocam saberes importantes na mobilização das memórias antigas, e no aceite e compreensão das atualizações que vão surgindo e de certa forma ressignificando a comunidade. Tais ações reconstroem e revivem, em sua originalidade, suas expressões culturais e sua identidade negra.

A partir da vivência nos quilombos, se estabelece uma relação entre a transmissão de saberes e a salvaguarda do patrimônio cultural das comunidades, valorizando o que vem de casa, das famílias quilombolas (Araújo, 2019). Nos quilombos, a construção da memória e da identidade social são marco para se compreender a memória como um patrimônio e um direito existente.

Uma comunidade onde a história é transmitida entre gerações pela oralidade, a sua sistematização pela escrita, feita pelo interesse de outros, neste caso, pelo governo do Estado, forjou como nos aponta grande parte das abordagens coloniais uma parcela da história de uma comunidade, ao tempo que legitima a tradição inventada, ou traduzida segundo seus

transcritores. Tais versões tidas como oficiais são difíceis de serem reescritas ou questionadas, a não ser aquelas que legitimem o interesse de seus criadores (Melo, 2017, p. 65).

A produção de conhecimento escrito é considerada de suma importância no mundo, no entanto, ignorar o conhecimento produzido oralmente pode tornar invisíveis práticas derivadas de tradições orais, como as que ocorrem nas comunidades quilombolas, onde relações práticas de ensino-aprendizagem não consiste apenas e como primeiro plano em instrumentos de escrita. É de acordo com a tradição oral que esses grupos produzem e difundem o conhecimento e garantem a sua existência.

Atualmente, nós nos configuramos enquanto uma sociedade centrada na escrita em detrimento da oralidade, gerando hierarquias e desigualdades advindas das diversas questões e déficits educacionais. Diante desse fato, faz-se necessário propor reflexões que superem preconceitos narrativos e simbólicos e nos permitam compreender a importância dos saberes culturais presentes nas comunidades tradicionais, pois o saber produzido no interior dessas comunidades é transmitido oralmente de geração em geração, constituindo uma tradição oral.

É importante não perdermos de vista que a tradição oral, mantém e atualiza as culturas de um povo, dessa forma preservando também a sua identidade e história. É a forma como a memória pode ser compartilhada, é o modo como a história do lugar e das pessoas que lá vivem são registradas, sendo a fala um dos elementos centrais que compõem as relações humanas, e em especial as relações de transmissão de saberes entre os membros de comunidades quilombolas.

A tradição oral preserva a cultura, os costumes e o modo de viver de uma população, preservando assim a sua identidade e história, principalmente quando falamos dos povos tradicionais. Ao manter suas tradições orais, as comunidades quilombolas estão preservando-as e garantindo a manutenção de sua identidade, além de maior participação na sociedade e melhores condições de entender e exigir seus direitos.

É plausível, então, que se perceba uma preocupação em manter vivas essas tradições em territórios quilombolas, uma vez que são eles que detém o conhecimento sobre as práticas orais que contemplam diversos saberes, como por exemplo, a medicina, os hábitos de saúde, culinária, bem viver, dentre outros. São os mais velhos que transmitem de forma oral um vasto conhecimento e, por isso, tais tradições correm o risco de serem perdidas, diante do que afirma Hampaté Ba (1978, apud Calvet, 2011:55) “*cada ancião que morre é uma biblioteca que se queima*”. Surge daí a importância dos idosos para essas comunidades e a séria preocupação de

conservação das tradições e, conseqüentemente, a preocupação de preservar a memória ancestral.

Os processos comunicativos dentro das comunidades quilombolas são formas de acolhimento, de educação social, visibilização e principalmente de caráter mobilizador de pessoas e espaços. Isso se dá de algumas maneiras, por exemplo quando os cidadãos conseguem participar da produção dos meios de comunicação expressando suas opiniões sobre a produção dos conteúdos – seja essa participação através de reuniões, rodas de conversas, debates etc. Isso facilita a interação entre os moradores e aqueles que detém o meio de comunicação, estimulando para que mais vozes sejam ouvidas e, com isso, a comunidade passa a sentir-se parte da informação e não apenas um ouvinte de massa.

3.7 Os quilombolas em Minas Gerais e no Vale do Jequitinhonha

*“Conta, conta contador,
Conta a história que eu pedi
Dizem que o Jequi tem onha,
Conta as onhas do jequi”
(Rubinho do Vale)*

Minas Gerais foi um dos estados brasileiros com a maior parcela da população negra escravizada do país sendo o estado que mais utilizou mão de obra na forma da escravidão. A expropriação da dignidade negra teve suas origens na escravização de africanos, que foram arrancados de seu lugar de origem e transformados em mercadorias de um lucrativo comércio voltado ao abastecimento de mão de obra às terras colonizadas pelas potências europeias a partir dos séculos XV e XVI (Ferreira, 2009, p.5).

O intenso trabalho escravo nas minas de ouro e na produção agrícola fizeram com que o estado detivesse a maior população escrava do Brasil ao longo de quase todo o século XIX, de acordo com Guimarães (1988). Esse contexto histórico é marcado pela conquista de territórios e de um grande movimento econômico, político e social, com a descoberta de ouro, diamantes e outros minerais. Isso levou a um fluxo de escravos negros da África e de outras partes da América portuguesa.

A escravidão é nosso momento de dor e o processo mais importante de nossa história. Quando digo “nossa”, me refiro a minha identidade enquanto mulher negra. Alberto da Costa e Silva (1996) escreveu que as pessoas escravizadas permanecem em nós, independentemente

da nossa origem. Por mais de três séculos, africanos de diversas regiões como Angola, Benguelas, Cabindas, Congo, Fulas, Yorubas, Moçambique dentre outros viveram nesta terra. A cultura e o conhecimento carregados por essas populações da África ainda são pouco compreendidos entre nós, no entanto é sabido que foram os africanos que trouxeram as técnicas de metalurgia e mineração de ouro para as minas.

As comunidades quilombolas em Minas Gerais resistiram e lutaram pela sobrevivência, ocupando seus territórios e buscando uma vida digna, respeitando e valorizando sua identidade naturalizada. Todo o movimento migratório da população negra organizou diferentes grupos afro-brasileiros em torno do território, em busca de estabelecer e encontrar trabalho, religião, cultura e acima de tudo um modo de vida.

Atualmente, de acordo com pesquisa inédita do Censo 2022, Minas Gerais tem a terceira maior população quilombola do Brasil. Os primeiros resultados divulgados em 27 de julho de 2023, contam 135.310 quilombolas vivendo em território mineiro, o que representa 10% da população quilombola brasileira.

Segundo a Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais N'Golo, o estado possui 1.027 quilombos e é o segundo estado que mais tem comunidades quilombolas. Desse número, menos da metade são certificados pela Fundação Cultural de Palmares (FCP). Diante da desintegração das políticas, principalmente do INCRA, que não tem uma equipe responsável pela carteira quilombola, nem os recursos para realizar a reforma em seu território, o cenário segue sendo precário.

Os povos e comunidades tradicionais localizados em Minas Gerais, não raro, sofrem uma condição de invisibilidade em decorrência de um conjunto de problemas marcados por questões econômicas, fundiárias, processos de discriminação, racismo e exclusão sociopolítica. Dessa forma o seu reconhecimento formal constitui um dos primeiros passos para a promoção dos seus direitos e, conseqüentemente, para a redução da desigualdade e a promoção da saúde Diegues et al. (2000).

Minas possui diversas regiões de grande concentração de comunidades quilombolas, como no Médio Jequitinhonha, no Vale do São Francisco e nas antigas regiões mineradoras do estado. Outras concentrações de comunidades quilombolas foram formadas à medida que a população migrava para os centros urbanos. A distribuição das comunidades quilombolas mostra grande concentração nas regiões Norte de Minas, Jequitinhonha e na região Metropolitana de Belo Horizonte, onde se encontram mais de 70% do seu total.

Com o objetivo de agregar e organizar as comunidades quilombolas para o

enfrentamento de seus problemas sociais, econômicos e culturais, foi criada entre 2003 e 2004 a Federação Quilombola de Minas Gerais – N`Golo. O Órgão executou diversas atividades que proporcionaram a discussão e mobilização dessas comunidades por entidades sociais e lideranças quilombolas. A partir dessa mobilização, acompanhada de uma discussão sobre a identidade quilombola e seus direitos, ocorreu, em novembro de 2004, o I Encontro de Comunidades Negras e Quilombolas de Minas Gerais, como territórios culturais, e o Seminário de Identificação e Diagnóstico para o Etnodesenvolvimento, em novembro de 2004, em Belo Horizonte. Esse evento reuniu representantes de 78 comunidades quilombolas do Estado, e proporcionou o encontro das lideranças com autoridades governamentais da esfera federal, estadual e municipal.

Os encontros de comunidades quilombolas têm um papel importante na união dessas comunidades, na troca de experiências e na discussão de questões relevantes para a realidade quilombola. Esses eventos costumam abordar temas como a luta pela terra, a preservação cultural, o acesso a serviços básicos, o desenvolvimento sustentável e outras questões que afetam diretamente a vida dessas comunidades.

A realidade das comunidades quilombolas em Minas Gerais não é diferente da de outros estados do Brasil. A invisibilidade da população quilombola nas políticas de saúde nos revelam problemas estruturais – inclusive de cunho racista – que reverberam na exclusão destes povos aos direitos mais básicos. A invisibilidade da população quilombola nas políticas de saúde nos revelam problemas estruturais – inclusive de cunho racista – que reverberam na exclusão destes povos aos direitos mais básicos. A falta de advocacia de políticas públicas ou a falta de conhecimento sobre programas governamentais que poderiam beneficiá-los dificultou e dificulta a sustentabilidade desses grupos em seus locais tradicionais. A violência relacionada às disputas de terra é um grande problema para as comunidades quilombolas no estado. A maioria dessas comunidades perdeu seu território histórico devido à grilagem de terras por volta das décadas de 1960, 1970 e 1980. Esses fatores colocam em risco a sobrevivência de quilombolas e outros grupos. A ausência de uma legislação estadual específica sobre terras quilombolas em Minas Gerais pode, de fato, dificultar a resolução de problemas enfrentados por essas comunidades. O reconhecimento e a regularização de territórios quilombolas são cruciais para garantir a segurança jurídica dessas comunidades e a preservação de suas tradições culturais. A ausência de uma legislação estadual pode levar à morosidade no processo de regularização, pois as comunidades quilombolas podem enfrentar dificuldades burocráticas, falta de apoio institucional e barreiras legais para garantir seus direitos territoriais.

Por outro lado, é importante destacar que, embora enfrentem desafios, as comunidades quilombolas em Minas Gerais têm uma rica diversidade cultural. Essas comunidades preservam tradições, conhecimentos ancestrais, práticas culturais, religiosas e outras manifestações que são fundamentais para a identidade e o patrimônio cultural brasileiro.

O Nordeste de Minas Gerais onde se localiza o Vale do Jequitinhonha é conhecido por abrigar uma multiplicidade de lugares com uma enorme riqueza cultural, incluindo comunidades quilombolas que desempenham um papel significativo na manutenção dessa herança histórica. A diversidade cultural presente nessas comunidades é valiosa e merece ser conhecida, estudada e valorizada tanto para a promoção da cultura local quanto para a compreensão da história e diversidade do Brasil.

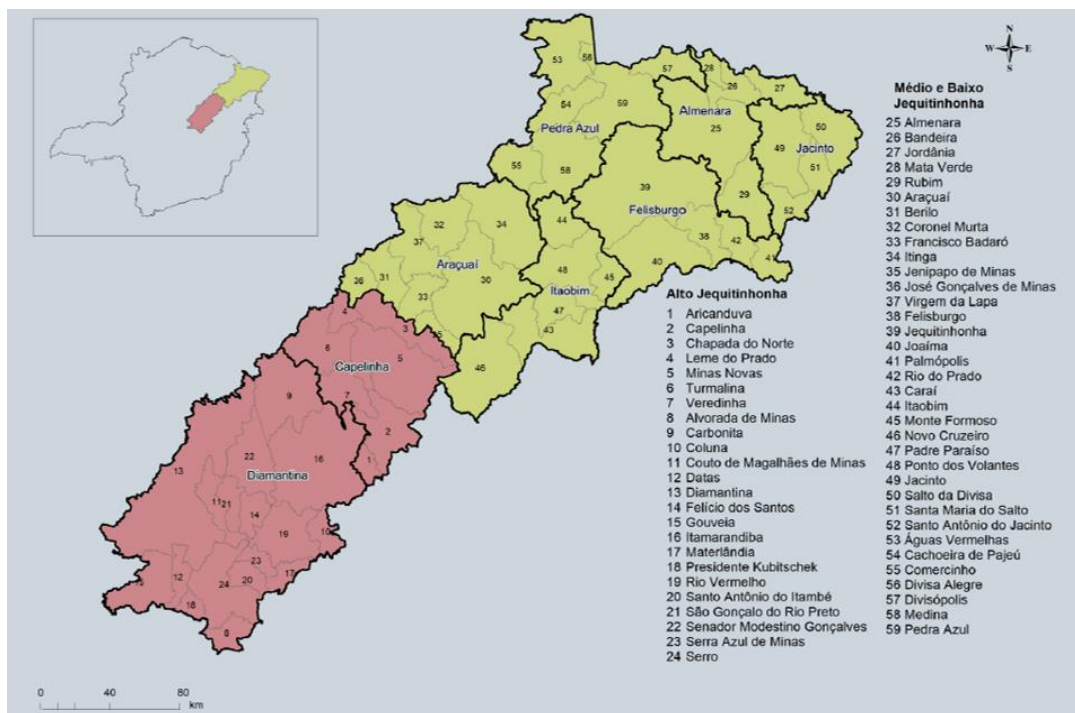
O Vale do Jequitinhonha é uma região cheia de histórias e muitos contrastes. A diversidade regional remonta às origens históricas e evidencia-se nas manifestações culturais. Além de resgatar a identidade local e revelar os traços, fazeres e cultura do povo local. A região hoje conhecida como Vale do Jequitinhonha é uma das doze mesorregiões do estado de Minas Gerais, formada pela união de 51 municípios, distribuídos em 5 microrregiões, que são: Almenara, Araçuaí, Capelinha, Diamantina e Pedra Azul.

Inicialmente, essa região pertencia ao estado da Bahia até o final do século XVIII e, posteriormente, foi incorporada ao estado de Minas Gerais após a descoberta de diamantes ao redor da região de Diamantina. Em razão da descoberta desse mineral valioso, o antigo Arraial do Tijuco passou a ser denominado Diamantina, por causa de sua localização estar sobre reservas de diamantes. Infelizmente, essas pedras foram extraídas em grandes quantidades e de uma forma tão agressiva pela Coroa Portuguesa durante o século XVII, que não ficaram em terras brasileiras e conseqüentemente não contribuíram com nenhuma riqueza monetária para a região. Uma exceção são as igrejas, uma vez que a participação da Igreja Católica no processo de implantação e manutenção da escravidão negra africana no Brasil, e em especial em Minas Gerais, se deu de diversas formas. Isso foi possibilitado pela instituição de uma união entre o Estado português e a Igreja, chamado de “padroado real” e as belas igrejas que hoje são referência e destino turístico em Minas Gerais foram em sua maioria construídas em cima do trabalho de povos escravizados.

A mesorregião geográfica do Vale do Jequitinhonha tem se destacado pela existência de uma expressiva quantidade de comunidades quilombolas que estão se organizando e reivindicando políticas públicas de regularização fundiária, inclusão social, reconhecimento e valorização de suas culturas, conforme demonstrado em estudos realizados por Tubaldini

et al. (2011), Miné (2012) e Diniz (2013).

Figura 4 - Reprodução/Plano de Desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha



Fonte: Fundação João Pinheiro - sem data.

Figura 5 - Localização dos principais municípios do Vale.



Fonte: Polo Jequitinhonha UFMG

Mesmo no passado, sendo uma região que teve seu alicerce em uma rica base mineral, o Vale do Jequitinhonha recebe um destaque negativo amplamente reconhecido, em razão dos seus baixos indicadores sociais, o Vale é rico em diversidade cultural. Práticas religiosas, música, dança, dialetos afrodescendentes, artesanato, festas tradicionais, trabalho coletivo, conhecimento medicinal e outras formas de expressão fundamentam a existência de grupos racialmente diversos.

Segundo o IBGE (2010), o Vale abriga aproximadamente um milhão de moradores, mais de dois terços dos quais vivem na zona rural da macro região. Notavelmente, a região foi diagnosticada com restrições hídricas devido a fortes secas cíclicas, grandes responsáveis pelo fraco desempenho da agricultura, que, no entanto, responde por 30% do PIB da região.

Banhado pelo rio Jequitinhonha, e seus afluentes, reza a lenda que o nome da região vem dos povos originários que habitavam o Vale. “Jequi” era um tipo de armadilha para pegar peixes, que também eram conhecidos como “onhas”. Segundo essa lenda local, se armava o jequi no rio pelo entardecer e, na manhã seguinte, falava-se para o filho: “Vai menino, vai ver se no jequi tem onha”. E tinha.

Localizado na região Nordeste do estado de Minas Gerais, o Jequitinhonha se divide entre Baixo, Médio e Alto Jequitinhonha. Historicamente a região sempre foi marcada por intensos movimentos migratórios. No século XVIII, a riqueza decorrente da mineração de ouro e diamante atraiu grandes fluxos de população para as áreas mineradoras do Alto Jequitinhonha. Em meados do século XIX, o desenvolvimento da pecuária extensiva e da agricultura no Baixo e Médio Jequitinhonha iniciou um novo ciclo migratório e atraiu um número considerável de imigrantes vindos de outras regiões de Minas Gerais ou do Nordeste brasileiro. Vamos nos concentrar aqui na região do Médio Jequitinhonha, onde está localizada a comunidade onde esta pesquisa foi realizada.

O Médio Jequitinhonha, por sua vez, é formado por 19 municípios e está localizado numa região cujo bioma transita entre o Cerrado e a Caatinga, tendo por principais rios que cortam e abastecem a região o Rio Jequitinhonha e o Rio Araçuaí. A região é diversa em muitos sentidos, por seu bioma e por suas culturas. Grande parte dessa diversidade se dá pelo fato de o local ter sido destino de muitos escravos que ali se estabeleceram, uma vez que eram eles que faziam o trabalho pesado da mineração e serviam aos colonizadores na época da exploração do ouro.

A crise hídrica na região merece destaque para compreendermos a dinâmica sociocultural das comunidades quilombolas e sua reconfiguração causada por estes impactos,

inclusive no campo da saúde, uma vez que o acesso à água potável torna-se indispensável na prevenção de doenças e para a segurança alimentar das famílias quilombolas. A escassez de água ultrapassou os limites comunitários e adentrou o cenário político, sendo pauta de reivindicação e mobilização que envolve diversos segmentos e entidades.

Interlúdio n°3*Dandara do meu quilombo**Me faz livre voar**Rainha do meu congo**Me dá forças pra lutar**Bota a cangalha de roupa pra lavar**Bota a mandinga no seu patuá**Você vai pra guerra, nego**Eu espero você voltar**Vai, meu guerreiro**Leva a libertação**Leva a coragem no peito**E na mão o meu coração**E toda vez que ele vai**Não vai com ele a aflição**Espero ver-te de novo**Voltando em seu alazão**Dandara do meu quilombo**Me faz livre voar**Rainha do meu congo**Me dá forças pra lutar**O vento avisou**O vento avisou**Lá vai o rei novamente**Corajosamente, amargamente**Segura as mãos de Dandara**Promete mais uma volta**E Dandara chora**Dandara chora**Pois seu guerreiro não volta**Anunciam os ventos a emboscada**Sinto no peito essa encruzilhada**Ela mandou dizer**Mamãe mandou dizer**Iansã anunciou**A morte chegou**Dandara do meu quilombo**Me faz livre voar**Rainha do meu congo**Me dá forças pra lutar**Ê, Dandara.**Canção interpretada por Nina Oliveira**Para mim uma reza bonita, um respiro*

3.8 Comunidades Quilombolas no Vale do Jequitinhonha, o protagonismo e as lideranças femininas

“Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E eu não sou uma mulher?”

Sojourner Truth

De acordo com Nascimento (2009), as origens da formação econômico-social do Vale do Jequitinhonha foram similares às do estado de Minas Gerais como um todo. O seu povoamento iniciou-se juntamente com o ciclo do ouro, no século XVII, consolidando-se no século XVIII, durante o ciclo do diamante.

Por ter sido um dos principais refúgios dos escravos que fugiam das senzalas, como coloca o site IEPHA (<http://www.iepha.mg.gov.br/>) o território do Médio Jequitinhonha possui hoje uma exuberante diversidade cultural, e de forma significativa, as manifestações da cultura afrodescendente permanecem na região. Muitos quilombos se formaram ao longo do Vale do Jequitinhonha com a união de pessoas negras escravizadas e que mantinham suas culturas próprias, sua agricultura, sua culinária e resistiram pelo sonho de viverem e resistirem em liberdade.

Os quilombos se formaram nas regiões de difícil acesso, em grotas e chapadas, distantes dos arraiais ocupados pelos colonizadores. Ali as pessoas se uniram para se protegerem e trocaram conhecimentos, tirando seu sustento lavrando a terra. Diniz (2019) aponta que para instituir e manter suas formas particulares de relação socioespacial e sociocultural inclusive de cultivo e subsistência os grupos quilombolas recorrem a um conjunto de saberes e saberes-fazeres a respeito dos elementos e dinâmicas espaço-temporais de seu meio, assim como de mundos sobrenaturais, os quais são transmitidos intergeracionalmente por meio da oralidade.

A Região do vale do Jequitinhonha tem Índices de Desenvolvimento Humano do Estado (IDH)³, abaixo da média, conforme visto na figura a seguir. Vale ressaltar que, segundo critérios do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o município de Araçuai está

³ O Índice de Desenvolvimento Humano varia de 0 até 1, e nesta lista é dividido em cinco categorias: IDH muito alto (0,800 – 1,000), IDH alto (0,700 – 0,799), IDH médio (0,600 0,699), IDH baixo (0,500 – 0,599) e IDH muito baixo (0,000 – 0,499).

na posição de nº 469, com IDH considerado médio (0,663) no ranking estadual. Abaixo, apresentamos os indicadores socioeconômicos da região, ao qual vale destacar os índices do município de Araçuaí, em que nossa pesquisa foi desenvolvida.

Figura 6 - Indicador Socioeconômico Médio Jequitinhonha.

Município	Renda per capita - 2010 (em R\$)	IDEB	% de extremamente pobres	% vulneráveis à pobreza
Águas Vermelhas	389.57	4.90	11.41	79.82
Angelândia	534.68	6.20	10.41	60.47
Araçuaí	351.60	5.30	13.63	65.38
Berilo	524.03	5.60	14.57	61.74
Cachoeira de Pajeú	527.44	5.60	20.34	50.16
Chapada do Norte	418.80	5.20	18.60	56.67
Comercinho	635.20	4.80	21.44	54.31
Coronel Murta	685.48	5.30	14.16	42.64
Francisco Badaró	459.52	6.30	14.05	63.75
Itaobim	474.77	5.30	9.48	72.18
Itinga	363.06	5.70	19.56	81.57
Jenipapo de Minas	401.99	5.30	12.32	63.94
José Gonçalves de Minas	362.77	5.70	9.11	81.80
Medina	715.52	5.30	16.49	32.52
Novo Cruzeiro	387.68	6.10	22.06	67.44
Padre Paraíso	286.32	5.10	23.91	66.91
Pedra Azul	404.21	5.30	12.62	76.65
Ponto dos Volantes	269.28	5.00	24.15	83.14
Virgem da Lapa	386.39	5.90	17.76	60.17

Fonte: INEP/MEC; IBGE, Censo Demográfico (2010).

De acordo com o Polo Jequitinhonha da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), existem 30 municípios em situação de extrema pobreza no estado, todos eles localizados no Vale do Jequitinhonha, em Mucuri e na região Norte, na divisa com a Bahia. Não se trata exclusivamente de ausência de recursos monetários, mas de problemas na área de saúde, educação, saneamento, habitação, entre outros, que escancaram as disparidades regionais ainda não superadas.

É comum percebermos na região que são as mulheres que estão na liderança e assumem um protagonismo nas demandas territoriais. Devido à migração dos maridos para as grandes cidades, elas são chamadas de “viúvas da seca” ou “viúvas de marido vivo”. De todo modo, ainda é perceptível que a elas cabe gerar o sustento através da agricultura de subsistência,

artesanato e, desde há pouco tempo, do turismo de base comunitária, que contribui para o desenvolvimento das comunidades. Tal questão de gênero é observada nas comunidades quilombolas rurais, como é o caso da comunidade quilombola do Córrego Narciso do Meio, onde essa pesquisa se desenvolve.

De acordo com Luiza Bairros (1995), "*sexismo e racismo seriam variações de um mesmo tema mais geral que tem nas diferenças biológicas (reais ou imaginadas) o ponto de partida para o estabelecimento de ideologias de dominação*". A autora destaca a interseccionalidade das opressões e como o sexismo e o racismo estão entrelaçados.

Lélia Gonzalez, à luz das ideias de Simone de Beauvoir, considerando o assunto, comenta que:

[...] quando esta [Simone de Beauvoir] afirma que a gente não nasce mulher, mas que a gente se torna (a gente nasce preta, mulata, parda, marrom, roxinha, etc., mas tornar-se negra é uma conquista). Se a gente não nasce mulher, é porque a gente nasce fêmea, de acordo com a tradição ideológica supracitada: afinal, essa tradição tem muito a ver com os valores ocidentais. (Gonzalez p. 223-244, 1983.)

O "tornar-se negra" anuncia um processo social de construção de identidades, de resistência política, pois reside na recusa de se deixar definir pelo olhar do outro e no rompimento com o embranquecimento; significa a autodefinição, a valorização e a recuperação da história e do legado cultural negro, traduzindo um posicionamento político de estar no mundo para exercer o papel de protagonista de um devir histórico comprometido com o enfrentamento do racismo. Tais pensamentos enfatizam que as hierarquias sociais são fundamentadas em ideologias de dominação, que têm suas raízes em concepções construídas socialmente sobre diferenças biológicas. Essas reflexões também destacam a importância de analisar as estruturas sociais em que sexismo e racismo são construídos e perpetuados. Ao entender que as diferenças biológicas são usadas como justificativas para a dominação, torna-se essencial questionar e desconstruir essas ideologias para alcançar uma sociedade mais justa e igualitária, que valorize a diversidade e promova a igualdade de oportunidades para todas as pessoas, independentemente de seu gênero, raça ou outras características.

A questão de gênero, com recorte nas mulheres, merece destaque quando realizamos uma pesquisa em saúde e comunicação quilombola. Embora tais mulheres ainda não tenham de fato se apropriado do discurso acima, existe hoje um Fórum das Mulheres Quilombolas do Vale do Jequitinhonha no combate à violência contra a mulher que mobiliza, ainda que de forma pouco articulada, às demandas das mulheres quilombolas da região. Durante os trabalhos de campo

realizados nos projetos que deram start a esta pesquisa, identificamos a ausência de serviços e políticas públicas que atendam mulheres vítimas de violência doméstica, sobretudo da zona rural. Muitos dos municípios pequenos não possuem sequer delegacia, tendo um baixo contingente policial para atender os casos de violência contra mulheres, além do despreparo desses profissionais, vale destacar, que acabam constringendo a vítima com falas e atitudes que reforçam o machismo.

Quando tratamos das mulheres quilombolas, temos que primeiramente refletir sobre o grupo de pertencimento dessas mulheres, ou seja, as comunidades quilombolas, para posteriormente adentrarmos na sobreposição tríplice que se afigura para elas: gênero, raça e pertencimento a uma população tradicional. As categorias de gênero e raça-etnia incidem nas vivências das mulheres quilombolas, que, por vezes, invisibilizando suas experiências de opressão, naturalizam os papéis exercidos por elas socialmente no seio de suas comunidades, papéis como o de ser mãe, esposa, de trabalhar nos afazeres domésticos, nos roçados, na criação de animais, nos cuidados à saúde de seus familiares, entre outros. Esta multiplicidade de atividades sociais não é vislumbrada como trabalho realizado pelas mulheres, mas enquanto obrigações socializadas desde a infância na sua condição social de ser mulher no quilombo (Fernandes & Santos, 2016).

A saúde com recorte nas mulheres é uma pauta necessária, conforme podemos observar em trecho da carta Manifesto da Marcha das Mulheres Negras (MMN), contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver⁴, que diz:

Estamos em Marcha para exigir o fim do racismo em todos os seus modos de incidência, a exemplo da saúde, onde a mortalidade materna entre mulheres negras estão relacionadas à dificuldade do acesso aos serviços de saúde, à baixa qualidade do atendimento recebido aliada à falta de ações e de capacitação de profissionais de saúde voltadas especificamente para os riscos a que as mulheres negras estão expostas; da segurança pública cujos operadores e operadoras decidem quem deve viver e quem.

Ser mulher e negra no Brasil envolve enfrentar diversas dificuldades e desafios decorrentes da interseção das opressões de gênero e raça. De acordo com Lélia Gonzalez, nas comunidades quilombolas ou fora delas, é a mulher negra anônima, sustentáculo econômico, afetivo e moral de sua família, quem, ao nosso ver, desempenha o papel mais importante.

⁴ Disponível em:

<https://www.geledes.org.br/manifesto-da-marcha-das-mulheres-negras-2015-contr-o-racismo-e-violencia-e-pelo-bem-viver/>. Acesso em 23 de fevereiro 2023

Exatamente porque sua força e corajosa capacidade de luta pela sobrevivência transmitem-nos a nós, suas irmãs mais afortunadas, o ímpeto de não nos recusarmos à luta pelo povo (Gonzalez, 1982). Dessa forma, a saúde é uma pauta de interesse para as mulheres negras e logo para as mulheres quilombolas por diversos motivos, grande parte deles pautados nas vulnerabilidades e desigualdades enfrentadas pelas mesmas e não só, uma vez que a saúde da mulher preta deve ser pauta de política pública defendida por todos. As mulheres quilombolas enfrentam uma série de desafios e desigualdades sociais, econômicas e de acesso a serviços básicos, incluindo saúde. Essas condições podem levar a disparidades em termos de acesso a cuidados de saúde adequados e de qualidade.

Como já mencionado, muitas comunidades quilombolas vivem em áreas rurais ou remotas, com acesso limitado a serviços de saúde. As condições de vida e trabalho, como falta de água potável, saneamento básico precário e exposição a ambientes insalubres, podem afetar negativamente a saúde das mulheres quilombolas e de suas famílias. As mulheres nas comunidades enfrentam também desafios específicos relacionados à saúde materna e infantil. Taxas mais altas de mortalidade materna, falta de acesso a cuidados pré-natais adequados e limitada assistência ao parto podem afetar negativamente a saúde das mulheres e dos bebês. Além do acesso a informações e serviços de saúde sexual e reprodutiva. Isso inclui também, o acesso a métodos contraceptivos, planejamento familiar, prevenção e tratamento de doenças sexualmente transmissíveis, além do direito ao aborto seguro e legal.

As mulheres quilombolas são portadoras de um vasto conhecimento tradicional e de práticas de medicina popular que são valorizadas em suas comunidades. Elas promovem a valorização e preservação desse conhecimento, além de promover o diálogo entre a medicina “tradicional” e a medicina “ocidental” para garantir o acesso a cuidados de saúde culturalmente adequados. Dessa forma, a saúde se torna uma pauta de interesse para as mulheres quilombolas, pois está intrinsecamente ligada à garantia de seus direitos, ao bem-estar de suas famílias e ao fortalecimento de suas comunidades.

De acordo com Souza e Araújo (2014), no campo político as mulheres quilombolas apresentam-se como lideranças comunitárias e chefes de família; quanto à manutenção econômica elas produzem nos roçados, na criação de animais e nos trabalhos fora da comunidade; é por meio delas que se perpetua a cultura e os conhecimentos locais ao transmitirem a outros membros da comunidades estes saberes adquiridos no dia a dia da vida comunitária; e ainda, elas garantem o cuidado da saúde dos seus familiares e vizinhos, por meio das práticas tradicionais de saúde passadas de geração à geração.

Em entrevista a ONU Mulheres (2020) lideranças femininas quilombolas, incluindo lideranças mineiras relataram que a realidade já precária de suas comunidades foi alterada pela pandemia. Tal fato provocou um maior diálogo entre as mulheres e juventude quilombolas, além do uso das novas tecnologias, redes sociais e celulares para a comunicação. Falta de água e falhas na conexão com a internet em áreas remotas, onde estão localizadas as mais de 5 mil comunidades quilombolas no Brasil em mais de 1.600 municípios, são alguns dos obstáculos que foram enfrentados por essas mulheres e por todas as comunidades no contexto pandêmico. As mulheres quilombolas estão cada vez mais expostas a variadas formas de violência, e falta de acesso a serviços básicos além de serem cada vez mais afetadas por conflitos territoriais, empreendimentos desenvolvimentistas e pela supressão de direitos. No entanto, mesmo nesse cenário, essas mulheres resistem e mantêm a dinâmica em seus quilombos.

Para que possamos compreender as formas de uso dos recursos naturais pelas comunidades tradicionais, precisamos buscar conhecer todo um sistema de saberes e ritos que conformam o modo de vida de tais populações, a partir da percepção e aproveitamento dos recursos, visto que essas formas de significação estão, intimamente, relacionadas com a organização cultural e com a relação de tais comunidades com suas terras e territórios.

Para as mulheres quilombolas, a terra não é apenas o chão, mas possui significado e tem uma dimensão ancestral. Elas mantêm uma relação de respeito e harmonia com o território: as mulheres estão na frente no processo educacional, na gestão do quilombo, são agricultoras, artesãs, e compartilham a organização da vida da comunidade.

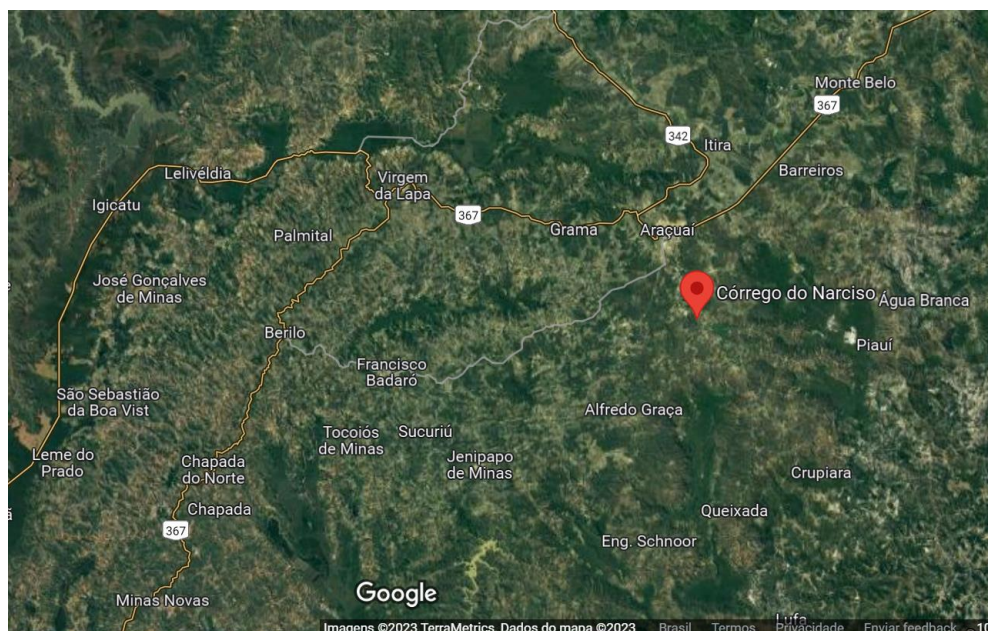
4 Metodologia

4.1 Local do estudo - Comunidade Quilombola do Córrego Narciso do Meio

Córrego do Narciso do Meio é uma comunidade quilombola rural localizada a aproximadamente 25km do município de Araçuaí. Este território não se limita ao conceito geográfico, mas também a um conjunto de práticas culturais e sociais, memórias, relações com o sagrado de cada comunidade, que promovem ligações entre as pessoas e o local onde vivem (N'GOLO, 2020).

O município de Araçuaí, no qual a comunidade se localiza tem população total de 36.715 habitantes, sendo que 12.578 (34,9%) estão na zona rural (IBGE CENSO, 2010). Segundo o site da prefeitura de Araçuaí, existem reconhecidas 7 comunidades quilombolas pertencentes ao município sendo elas Arraial dos Crioulos, Comunidade dos Bambus, Comunidade do Baú, Comunidade Pé de Serra, Comunidade do Sapé Comunidade Tesoura , Comunidade Córrego do Narciso do Meio.

Figura 7 - Comunidade Córrego do Narciso do Meio.



Fonte: Google Maps (2022)

A comunidade quilombola de Córrego do Narciso do Meio leva o nome do córrego que a atravessa e que atualmente se encontra assoreado em diversos pontos. O Córrego Narciso, no município de Araçuaí, situa-se na bacia do Rio Calhauzinho, que deságua no Rio Araçuaí e que,

por sua vez, deságua no Rio Jequitinhonha. O Córrego tem suas nascentes na Chapada do Lagoão, passando pelas comunidades de São Pedro de Córrego Narciso, Córrego Narciso do Meio e Barra de Córrego Narciso, onde deságua na barragem do Calhauzinho. O Córrego é intermitente, pois corre água apenas em época de chuvas, sendo na maior parte do ano seco.

Atualmente, residem na comunidade aproximadamente 72 famílias e cerca de 400 pessoas. A maioria das famílias ficam fora do território nas estações secas, trabalhando na agricultura externa, geralmente no Sul de Minas ou no interior de São Paulo. Existem ainda algumas casas, que são de pessoas que se mudaram permanentemente ou agora vivem em Araçuaí, e visitam a comunidade constantemente, para trabalhar nos seus roçados participar de festejos e assembleias, como é o caso de Maria Aparecida, conhecida como Nenga, que é vice-presidente da associação de moradores de Córrego do Narciso.

A comunidade conta com uma escola que atende da primeira à quarta série do ensino fundamental, tem duas professoras que são quilombolas, e enfatizam a cultura e as tradições locais, a escola oferece merenda aos alunos e tem dependências adequadas às demandas das crianças. Por outro lado, as estradas e acessos ao quilombo são todos por vias de difícil acesso sem pavimentação ou qualquer outra iniciativa municipal para que o ir e vir na comunidade seja menos custoso aos seus habitantes. O local não possui sede para que sejam realizadas as reuniões da associação de moradores, assim a maioria das reuniões e eventos da comunidade são realizados na igreja que não possui sanitários e nem acesso à internet, necessários para o efetivo trabalho das lideranças locais.

Figura 8 - Escola da comunidade e trabalho sobre identidade quilombola desenvolvido na escola.



Crédito: Flora Gonçalves

Sobre festividades, em conversas durante o trabalho de campo, Nenga e outras mulheres residentes do quilombo relataram que uma manifestação cultural importante na comunidade é a festa de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e o Reisado, com levantamento de mastro e batuque, que caracterizam as principais expressões religiosas da comunidade. Há ainda novenas de Natal e rezas de terço. Os moradores/as de Córrego Narciso estão envolvidos em uma diversidade de atividades, abrangendo principalmente o cultivo de roças com mandioca, feijão catador, andu, milho, abóbora, e fumo, além de manter quintais e hortas. A criação de bovinos e suínos é realizada para abate local, e a criação de galinhas também é uma prática comum. Além dessas atividades rurais, alguns moradores também trabalham em troca de salário no cultivo de banana para exportação, em uma propriedade de uma família em Córrego Narciso, que detém maior influência ou poder econômico. Essas diversas atividades demonstram a pluralidade das formas de subsistência e a adaptabilidade da comunidade em relação às suas necessidades e ao contexto econômico local.

Ao longo da comunidade muitas são as terras de uso comum. Na parte baixa da comunidade, está localizada a escola, em frente ao local conhecido como Lagoa do Boi Morto, pois conta-se que há muito tempo um boi teria atolado e morrido na lagoa. Há energia elétrica

em algumas casas da região. Porém, não há acesso à direitos básicos tais como: água encanada, saneamento básico, coleta de lixo e acesso facilitado à saúde e à educação. O acesso à água muitas vezes acontece por meio da solicitação de caminhões pipas fornecidos pela prefeitura, e nem todas as casas possuem algum tipo de tecnologia para captação de água da chuva, como cisternas, por exemplo, e nem mesmo banheiros.

No que tange a saúde, no momento em que escrevo esse texto, a comunidade não tem um Agente Comunitário de Saúde (ACS)⁵, responsável por facilitar o acesso a serviços básicos de saúde como consultas de rotina, emergências, informes sobre vacinas, acompanhamento de gestantes e crianças. A comunidade está há ao menos seis meses sem ACS.

A possibilidade de reconhecimento enquanto comunidade quilombola foi apresentada aos residentes de Córrego Narciso em 2009, por meio do Seminário da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Pastoral do Imigrantes. Antes de 2009, em Córrego Narciso, o termo quilombola ou termos semelhantes não eram conhecidos, nem tão pouco utilizados. A comunidade só foi certificada em 2016 pela Fundação Palmares.

Após a certificação quilombola concedida pela Fundação Cultural Palmares em 2016, surge a reflexão sobre o significado dessa reidentificação quilombola para os moradores de Córrego Narciso e se isso resultaria em mudanças nas condições de vida na comunidade. Um exemplo seria a garantia do acesso a direitos básicos, como água potável que hoje ainda é o maior problema relatado pela comunidade. Na comunidade, desde a certificação formal, as mudanças e/ou ganhos percebidos foram poucos e não fazem referência a questões de suma importância para a comunidade como, como acesso a água, violências, e falta de subsistência conforme relatos dos moradores.

⁵ Em 14 de fevereiro de 2023 a nova ACS foi contratada, e atende satisfatoriamente, segundo uma moradora, toda a comunidade.

Figura 9 - Processo de certificação do Quilombo Córrego do Narciso Do Meio

O Quilombo Córrego do Narciso do Meio, em Araçuaí-MG, foi certificado como remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

FCP – Fundação Cultural Palmares

Nome Atribuído: Quilombo Córrego do Narciso do Meio

Localização: Araçuaí-MG

Processo FCP: Processo nº 01420.010889/2014-69

Certificado FCP: Portaria nº 42/2015, de 42189

Crédito: Fundação Palmares

As famílias residentes hoje na comunidade se organizam através da Associação Comunitária dos Moradores do Córrego do Narciso, composta em sua maioria por mulheres, sendo essas as principais lideranças no local. A comunidade se mostra essencialmente matriarcal. Segundo Monteiro (2013), ser liderança comunitária significa muito mais que administrar as associações, significa estar disposta a lutar por terra, por saúde, por educação, por melhores condições de vida e direitos que lhes foram negados historicamente. Essas mulheres negras, que assumem o papel de lideranças comunitárias são legitimadas por suas comunidades e suas lutas baseiam-se na busca de condições de permanência nas terras tradicionalmente ocupadas.

São perceptíveis as situações de opressão e exploração no trabalho aos quais as mulheres desta comunidade em especial, são submetidas, como por exemplo, a sobrecarga com as tarefas agrícolas, além de todas as ocupações domésticas, os cuidados com os filhos e os idosos. A organização das comunidades quilombolas pelas lideranças femininas se faz na luta pelo território, sendo está uma luta cotidiana, baseada em suas vivências, nas trocas intercomunitárias e na memória coletiva ancorada na resistência vivida por seus antepassados.

A principal demanda relacionada à saúde da comunidade atualmente é por acesso à água tratada para uso doméstico e para a produção associada à agricultura familiar, distribuída para toda a comunidade, os moradores relatam que a comunidade necessita de água não apenas para questões relativas à saúde, mas para que tenham qualidade de vida e executem suas atividades, como alimentar os animais, irrigar as plantações para produzir alimentos, como verduras e frutas, e para obter retorno da estabilidade ambiental e dos processos ecológicos do local.

Na comunidade quilombola de Córrego Narciso do Meio, há muitos anos, os moradores têm lutado junto aos órgãos da Prefeitura pela disponibilidade de água. Desde o início dos anos 1990, quando a associação da comunidade foi criada, a falta de água tem sido uma das principais

reivindicações e pautas discutidas. A barragem de Calhauzinho, construída pela Cemig no final dos anos 1980, foi apresentada como uma solução para garantir água de qualidade à comunidade. Uma vez que a mesma se localiza a poucos metros da entrada da comunidade, irrigando inclusive uma plantação de banana que em tese prospera no que já é considerado como território quilombola pertencente a comunidade. No entanto, os moradores solicitam o encanamento e bombeamento da água da barragem para a comunidade, enquanto a Prefeitura insiste em soluções paliativas, como caminhões-pipa e poços artesianos, que são rejeitados pelos moradores, por não serem soluções de fato resolutivas e permanentes. Mais de 20 anos após a construção de uma barragem tão próxima a comunidade a demanda por água persiste. Em nível institucional, essa política da água reflete relações de dominação e controle sobre a população local, perpetuando a dependência dos moradores em relação a políticos e empresários no que tange a essa questão comunitária tão importante.

Diversas são as demandas para além, porém, com alguma relação com a falta de água que podemos observar e que nos são relatadas no local, como exemplo: ausência de serviços de saúde presentes na comunidade, escola para os demais níveis de ensino e/ou transporte adequado e que de fato atenda as famílias que possuem crianças que já concluíram o ensino fundamental 1, ausência de saneamento básico local, ausência de coleta de lixo na comunidade, dentre outras.

Pensando na pandemia da COVID-19, as situações e demandas pertinentes à saúde e seu acesso tomaram dimensões ainda maiores, como refletem Lima, Buss e Paes-Souza (2020), ao dizerem que a pandemia escancara as tensões dilacerantes da organização social do nosso tempo: globalizada nas trocas econômicas, mas enfraquecida como projeto político global, interconectada digitalmente porém impregnada de desinformação, à beira de colapso ambiental, mas predominantemente não sustentável, carente de ideais políticos, mas tão avessa à política e a projetos comuns.

Ou seja, a pandemia nos coloca diante de um espelho, que nos revela um mundo atravessado por muitas crises e carente de mudanças, em especial na área da saúde. Nesse sentido, retomo a entrevista da educadora e quilombola Givânia da Silva a revista Radis (2020) indagando sobre "problemas reais de quem?", que pude observar ao visitar a comunidade. Givânia nos convida a refletir uma questão fundamental: *“Como pedir para uma pessoa ficar em casa e lavar as mãos se ela não tem água e o que comer?”*.

Esta reflexão aponta para a realidade que a COVID-19 encontrou nos quilombos. A falta de saneamento e a ausência do Estado na garantia do direito à saúde reflete, segundo ela, um

cenário de racismo estrutural, que agrava os impactos do novo coronavírus nessas comunidades. A falta de estrutura e de serviços públicos e o abandono do Estado são problemas estruturais dos trabalhadores do campo, em particular das comunidades quilombolas e indígenas”.

Atualmente na comunidade quilombola do Córrego do Narciso do Meio não há conflitos explícitos de terra ou ameaças de fazendeiros no entorno da comunidade. No entanto, a entrada na comunidade se dá através de um imenso bananal, o que gera estranheza e inquietação a quem chega de fora, por se tratar de um local sem problemas de acesso à água, enquanto na comunidade logo ao lado, aproximadamente 5km, as pessoas têm acesso ao abastecimento de água. A Comunidade poderia visivelmente, assim como a comunidade rural que antecede a barragem de Calhauzinho ter abastecimento de água de forma a mudar radicalmente a qualidade de vida dos residentes, porém o descaso do poder público em relação a tal questão é explícito. No final de 2014, de acordo com Macedo (2019) foi instalada no meio da comunidade, em um entroncamento da estrada, uma placa amarela bem visível com os dizeres “Comunidade quilombola Córrego Narciso do Meio” e uma seta com a indicação ou direção de apenas uma parte das casas da comunidade. O uso da placa é apenas simbólico.

Figura 10 - Não titulação Quilombo Córrego do Narciso.

Comunidade(s)	Córrego do Narciso do Meio
Município	Araçuaí
Unidade da federação	Minas Gerais
População	Sem informação
Situação fundiária	Não titulada
Data da última atualização	20.08.2021

Fonte: Fundação Palmares

Figura 11 - Mapa aéreo em relevo da bacia do Córrego do Narciso.



Fonte: Google Maps (2023)

Figura 12 - Barragem do Calhauzinho.



Crédito: Equipe Projeto Inova (2022)

Figura 13 - Entrada da comunidade.



Figura 14- Entrada da comunidade.



Figura 15 - Entrada da comunidade.



Fonte: Equipe Projeto Inova (2023)

Figura 16 - Bananal.



Fonte: Acervo pessoal (2023)

Figura 17 - Bananal.



4.2 Metodologia qualitativa

Considerando o pensamento de pesquisa de Minayo (2010) e Hungler et al. (2004) onde reforçam algumas características do delineamento qualitativo, enfatizando características como a flexibilidade e a elasticidade; a busca pela “compreensão do todo”; o envolvimento intenso do pesquisador no campo de estudo; a “análise contínua dos dados”, a fim de formular estratégias no decorrer da pesquisa e a complexidade do tema proposto adotaremos a metodologia qualitativa para coleta e análise dos dados, por meio de um estudo exploratório. Essa se aplica para compreensão da história de vida dos sujeitos, suas relações sociais, percepções e opiniões pessoais, visando interpretar os significados atribuídos a um fenômeno (Fontanela et al, 2008).

Minayo afirma que a metodologia qualitativa “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização

de variáveis.” (Minayo, 1994, p. 21).

Ainda de acordo com Minayo (2001) a abordagem qualitativa busca privilegiar os sujeitos sociais que detêm os atributos que se pretende conhecer, considera-os suficientes em número quando ocorre certa reincidência das informações, porém, valorizando as informações ímpares; entender que, mesmo na sua homogeneidade fundamental relativa aos atributos, possa o conjunto de informantes ser diversificado, o que permite apreensão de semelhanças e diferenças; escolher o locus e o grupo de observação e informação que contenham, dentro do possível, o conjunto das experiências e expressões que se objetiva com o estudo.

A metodologia qualitativa tem sido amplamente aplicada em estudos realizados em comunidades tradicionais devido à sua capacidade de capturar as nuances culturais, experiências e percepções dos participantes de forma aprofundada e contextualizada. Autores como Denzin e Lincoln (2018) destacam que a abordagem qualitativa permite explorar a complexidade das interações sociais e culturais, oferecendo uma compreensão mais rica e holística da realidade vivenciada pelas comunidades tradicionais. Além disso, autores como Flick (2019) apontam que a metodologia qualitativa possibilita uma maior proximidade com os sujeitos da pesquisa, promovendo a empatia e o envolvimento, fatores essenciais ao investigar temas sensíveis em contextos comunitários. Ao empregar a metodologia qualitativa em estudos com comunidades quilombolas, os pesquisadores têm a oportunidade de valorizar a cultura local, ouvindo as vozes dos participantes e contribuindo para uma pesquisa mais inclusiva e sensível à diversidade cultural e social dessas comunidades.

Além de tudo que foi pautado, a metodologia qualitativa permite também a incorporação de diversos contextos e perspectivas, possibilitando uma apreciação mais holística das experiências humanas. A riqueza dos dados qualitativos oferece insights profundos que não podem ser totalmente capturados por abordagens puramente quantitativas, enriquecendo nossa compreensão das complexidades e nuances presentes nas narrativas dos participantes.

Assim a metodologia qualitativa se faz importante uma vez que busca realizar, por meio do emprego de instrumentos de coleta de dados e processos de análise desses, uma reflexão teórica e prática em profundidade sobre os fatos vivenciados.

Enquanto metodologia qualitativa, utilizamos:

- Entrevistas semiestruturadas,
- Análises de Conteúdo,
- Observação participante.

4.3 Entrevista semiestruturada

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com lideranças locais e demais residentes no território do quilombo Córrego do Narciso. O número de entrevistados foi definido pelo critério de saturação teórica (Fontanella et al, 2008), sendo que a escolha dos mesmos se deu por meio do método de bola de neve. Considera-se saturada a coleta de dados quando nenhum novo elemento é encontrado e o acréscimo de novas informações deixa de ser necessário, pois não altera a compreensão e ou busca do tema estudado.

As entrevistas foram um importante instrumento, visto que, a memória construída pela fala não se atenta para exatidões informativas, diferindo-se das finalidades e usos de dados quantitativos Seawright e Meihy (2020). Assim, os produtos das entrevistas são sempre subjetivos e correspondem a uma narrativa constituída pela memória individual e coletiva. A aplicação de entrevistas semiestruturadas em pesquisa qualitativa pode ser compreendida como uma conversa dirigida. De acordo com Minayo, Deslandes e Gomes (2007) a entrevista semiestruturada combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se perder a indagação formulada. Minayo (2004) também considera a entrevista um sentido amplo de comunicação verbal, e no sentido restrito de coleta de informações sobre determinado tema. Por fim compreendemos que a entrevista é um instrumento privilegiado para a coleta de dados, pois acessa o interlocutor de forma pessoal e dirigida, dando margem para se construir um vínculo importante entre pesquisador e comunidade.

A constituição de vínculo é de extrema importância ao se realizar entrevistas semiestruturadas em comunidades tradicionais, como as comunidades quilombolas. Essa importância se deve a diversos fatores que impactam diretamente a qualidade da pesquisa e o respeito à cultura e identidade dessas comunidades. A construção de vínculos com os membros das comunidades tradicionais é essencial para estabelecer um ambiente de confiança e cooperação. Quando os entrevistados se sentem à vontade com o pesquisador, são mais propensos a compartilhar suas experiências e conhecimentos de forma aberta e honesta. Ao estabelecer um vínculo com os entrevistados, o pesquisador tem a oportunidade de compreender melhor a cultura local, evitando interpretações equivocadas e estereotipadas e essa foi uma grande preocupação para mim enquanto pesquisadora.

4.4 Observação participante

Através da imersão em campo foram aplicadas as técnicas de observação participante e, posteriormente, a organização e análise dos dados obtidos durante o trabalho. A observação participante é uma das diversas metodologias utilizadas pelos pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa. A metodologia consiste na inserção do pesquisador no interior do grupo ou contexto observado, tornando-se parte dele, interagindo com os sujeitos, de forma que partilhe o seu cotidiano buscando aproximar-se do que significa estar/ser ou passar por determinada situação. Desse modo, ocorre uma interação pesquisador - pesquisado, pois o pesquisador precisa perceber e agir de acordo com as suas interpretações daquele mundo no qual está inserido em dado momento, procurando entender as ações no contexto da situação observada.

A observação participante busca produzir uma descrição da interação social em ambientes ditos naturais. Ao mesmo tempo, os participantes são incentivados a usar sua própria linguagem e conceitos diários para descrever o que está acontecendo em suas vidas esperando-se que, no processo, emerja uma imagem mais adequada do contexto de investigação como um sistema social descrito a partir de uma série de perspectivas dos sujeitos (Marietto & Sanches, 2013).

A observação participante foi aplicada principalmente durante reuniões da comunidade para discussão do projeto no qual essa pesquisa está inserida. Essas reuniões ocorreram sempre que a equipe do projeto foi a campo, sendo variável o número de participantes da comunidade. Além disso, foram feitas anotações acerca das interações espontâneas que ocorreram ao longo do desenvolvimento do projeto, de acordo com a percepção da relevância dessas interações para o tema da pesquisa. Malinowski (1922) nos apresenta a observação participante como movimento do etnógrafo visando uma interação efetiva e profunda com o nativo de maneira a melhor reconstruir a sua realidade. Nestes termos, este autor recomenda aos seus leitores que, vez ou outra, deixando de lado caderno, lápis e máquina fotográfica – objetos que caracterizariam uma clara separação entre o universo do pesquisador e aquele dos povos estudados –, tomassem parte como qualquer outro integrante local nas dinâmicas, brincadeiras, jogos ou conversas comunitárias.

Em conclusão, a observação participante é uma poderosa ferramenta de pesquisa que permite ao pesquisador mergulhar profundamente no contexto social e cultural dos participantes estudados. Contudo, é importante reconhecer que a observação participante requer sensibilidade ética, reflexividade e respeito à cultura e identidade dos participantes.

Considerando tal questão metodológica, ao se tornar parte do ambiente e interagir ativamente com os sujeitos da pesquisa, o observador tem a oportunidade de capturar nuances, valores e comportamentos que seriam difíceis de serem acessados por meio de outras técnicas. Através desse método, é possível compreender de forma mais holística as dinâmicas sociais, os significados atribuídos e as complexidades inerentes à vida cotidiana das pessoas.

4.5 Análise de conteúdo

O presente estudo adotou o método de análise de conteúdo para atribuir significado a tudo o que foi expresso nas entrevistas, concordando com Gil (2008) em relação à linguagem não ser um meio neutro de reflexão ou descrição do mundo. Pelo contrário, a linguagem carrega consigo uma perspectiva crítica, moldada pelas culturas, histórias e circunstâncias individuais de cada participante.

O método de análise utilizado foi a análise de conteúdo segundo Laurence Bardin (2011). Para a autora, o termo análise de conteúdo designa um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 2011, p. 47).

Corroborando Bardin (1994), Dallagnelo e Silva (2005) afirmam que a análise de conteúdo visa o conhecimento de ordem psicológica, sociológica e ou histórica, deduzindo com base em indicadores reconstruídos a partir de uma amostra de mensagens específicas. Enfim, a análise de conteúdo vai além do texto. Ela busca entender a mensagem, o significado transmitido pela mensagem e aquilo que pode estar implícito.

De acordo com Godoy (1995), a análise de conteúdo, segundo a perspectiva de Bardin, é uma técnica metodológica versátil que pode ser aplicada em diversos tipos de discursos e formas de comunicação, independentemente de sua natureza. Nessa abordagem, o pesquisador busca compreender as características, estruturas ou modelos subjacentes aos fragmentos de mensagens considerados. Esse processo de análise envolve um esforço duplo do analista: por um lado, ele busca compreender o sentido da comunicação como se fosse o receptor normal, e, por outro, procura desviar o olhar, buscando outra significação ou mensagem alternativa, que possa ser identificada ao lado ou em meio à primeira interpretação. Dessa forma, a análise de conteúdo permite uma exploração profunda das mensagens e a descoberta de possíveis significados ocultos ou subjacentes presentes no material analisado.

A análise de conteúdo é organizada em três etapas: a pré-análise e exploração do material, o tratamento dos resultados, a inferência e interpretação dos mesmos. A pré-análise, por sua vez, possui três momentos: a escolha dos documentos, a formulação das hipóteses e objetivos e a elaboração das informações que fundamentam a interpretação final. Esta etapa tem por objetivo a organização da exploração sistemática de documentos.

Em conclusão, a análise de conteúdo, conforme desenvolvida por Bardin, e executada de acordo com o descrito acima, é uma abordagem valiosa e versátil na pesquisa qualitativa. Essa metodologia oferece uma estrutura sólida para a interpretação e compreensão de dados complexos, permitindo aos pesquisadores explorar profundamente os significados e padrões presentes nos materiais analisados. Ao adotar uma abordagem sistemática, a análise de conteúdo proporciona uma base confiável para a produção de conhecimento sólido e fundamentado.

Interlúdio n° 4

Pelos caminhos das memórias e da lida,

Sou uma mulher, Preta, forte, destemida?

Não me curvo à vitimização que tenta me envolver,

Mas abraço minha história, com força a percorrer.

A solidão, ah, ela tem cor e gênero, é verdade,

Entendo suas nuances, suas sombras no ar,

Mas não deixo as circunstâncias minha alma aprisionar...

Me ergo, com raízes profundas,

Sou a soma das batalhas que me fizeram superar.

Mas também dos sorrisos que jamais deixarei de dar

Olho Arruda e Lavanda brincando, são denço, são lar.

Vou vivendo meu poema, uma narrativa a tecer,

Rejeitando rótulos, deixando o que é bom florescer.

Das tristezas e alegrias da vida, sou testemunha e guardiã,

Das lutas que marcaram, da história que é só minha.

Assim, transcendo as amarras, deixo meu eu ecoar,

Mulher, Preta é sou eu e hei de conseguir prosperar.

No palco da vida, reafirmo com fervor,

Que sou a protagonista, a autora, com amor.

Dos textos que saem de mim em meio a sorrisos e esperanças

5 Resultados

Minha primeira visita a comunidade aconteceu nos dias 09, 10 e 11 de março de 2022, juntamente com a equipe da Fiocruz do Projeto de Pesquisa: “Comunidades quilombolas e COVID-19: desenvolvimento de tecnologias sociais para promoção de saúde no Médio Jequitinhonha, Minas Gerais”.

O objetivo foi mapear e escolher a tecnologia social que seria implementada na comunidade. Porém, no tocante à minha pesquisa, foi feito o reconhecimento da comunidade, do território das pessoas que ali residem e do breve cotidiano compartilhado por eles.

Meu primeiro contato com a comunidade ocorreu por meio da minha inserção na equipe do projeto citado acima. Fui recebida com muito carinho, respeito e alegria pelos quilombolas na comunidade. Por meio da convivência e diálogos descompromissados e valendo-me dos princípios da observação participante pude fazer diversas anotações em meu caderno de campo, além de registros fotográficos feitos a partir do meu olhar e das dinâmicas comunicacionais e vivências que tanto me fascinavam.

Nesta visita foi possível, através da participação e voz ativa dos atores, perceber e assim confirmar quais são os principais desafios no que concerne à saúde e a comunicação deste grupo. Por meio de dinâmicas simples em meio a primeira reunião com a comunidade, pude perceber o interesse da comunidade em relação a saúde, seu vínculo com o território, a preocupação com o bem estar da comunidade e desde a alimentação, que depende da chuva e do roçado que possibilitam as colheitas, até o fato de a comunidade ser um lugar de ar puro, distanciando os quilombolas de problemas cotidianos a pessoas que vivem em grandes centros urbanos.

Figura 18 - Mandioca sendo preparada no moinho para fazer farinha.



Crédito: Equipe Projeto Inova (2023)

De início tive a oportunidade de realizar três entrevistas semiestruturadas com foco no tema trabalhado neste estudo, buscando responder nossas inquietações e definir de forma mais assertiva nossos objetivos, testando também nosso instrumento norteador que foi um questionário semiestruturado.

O questionário semiestruturado que consta na seção anexos, foi elaborado anteriormente, juntamente com minhas orientadoras. Com aplicação do mesmo, pudemos verificar que embora o questionário estivesse bem adequado, algumas perguntas ainda poderiam ser inseridas e ou modificadas, de forma a direcionar melhor a entrevista e facilitar o decorrimento da mesma. O questionário também foi repassado com Jesus Rosário Araújo, quilombola da comunidade de Indaiá, no município de Antônio Dias, e diretor da Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais (N'Golo) que estava compondo a equipe em uma das nossas visitas a comunidade de Córrego Narciso. As perguntas foram incluídas no próprio campo conforme as entrevistas iam sendo aplicadas e posteriormente o questionário foi revisado e reorganizado. Todas as entrevistas foram realizadas mediante apresentação e assinatura dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLEs) aprovado anteriormente pelo comitê de ética [Parecer 4.702.705]. Até o momento da última visita a comunidade que ocorreu em julho de 2023 novas questões foram surgindo não só respondendo

minhas inquietações iniciais, mas também provocando novos questionamentos. Todas as visitas à comunidade foram imensamente ricas do ponto de vista metodológico e pessoal, proporcionando uma grande reflexão através dos registros feitos em cadernos de campo e por meio da observação e convivência com os residentes no local.

Em meados de Agosto de 2022, tivemos a oportunidade de realizar mais 9 entrevistas, e posteriormente mais 3 foram realizadas, totalizando 12 entrevistas que estavam um pouco mais em consonância com o objetivo central desta pesquisa, o que nos gerou resultados preliminares importantes e fundamentais para a continuação da mesma.

A comunicação dentro da comunidade revelou-se como um elemento vital durante o período pandêmico, evidenciando diversas facetas e desafios enfrentados pelos quilombolas. A prática do "grito" como forma de comunicação intracomunitária se destacou, revelando uma tradição peculiar e eficaz. Este método tradicional de transmitir informações, por meio de anúncios orais proclamados em locais específicos da comunidade, demonstra a resiliência e a adaptabilidade das práticas de comunicação quilombolas. No decorrer das entrevistas, emergiram temas relevantes, como a propagação de notícias falsas que causaram apreensão na comunidade. A busca por maior acessibilidade aos serviços de saúde também foi um ponto recorrente, destacando as lacunas no sistema de suporte durante a pandemia. A cultura do rádio surgiu como um pilar importante, desempenhando um papel significativo na disseminação de informações confiáveis e na promoção da solidariedade comunitária. A participação ativa dos jovens, a transmissão dos saberes tradicionais de geração a geração e outras questões comunitárias enriqueceram as entrevistas, fornecendo um panorama abrangente das dinâmicas sociais, culturais e de comunicação durante um período desafiador na história quilombola. Este conjunto de informações não apenas contribui para o entendimento das complexidades enfrentadas pela comunidade, mas também destaca a importância de abordagens inclusivas e culturalmente sensíveis ao planejar intervenções e políticas públicas.

As entrevistas realizadas, aliadas às anotações provenientes da observação e imersão na comunidade, desempenharam um papel fundamental na compreensão do intrincado fluxo de informações sobre a COVID-19 dentro do contexto quilombola. Estas ferramentas proporcionaram insights valiosos sobre as dinâmicas de comunicação que regem o território, destacando não apenas a disseminação de informações de saúde, mas também as complexas relações entre os membros da comunidade no que diz respeito aos processos de saúde e doença. A inserção desses dados no presente estudo representa um passo significativo para a compreensão mais ampla dos desafios enfrentados por comunidades quilombolas durante a

pandemia. No entanto, mesmo com o cuidado e a profundidade aplicados na coleta e análise dessas informações, é crucial reconhecer que o material coletado é dinâmico e fluido, permitindo constante reflexão e análise. À medida que a situação evolui e novas experiências surgem, as entrevistas e observações de campo continuam a oferecer um rico substrato para a investigação, sugerindo a necessidade de um olhar atento e em constante atualização para compreender integralmente as complexas interações entre a pandemia, a comunicação comunitária e as dinâmicas de saúde nas comunidades quilombolas.

5.1 Primeiras impressões - causas da comunidade

Gostaria de começar por algo que Macedo (2019) já coloca em seu trabalho o que eu pensei que demoraria para perceber, uma vez que tive muito menos tempo em campo na comunidade que o autor, porém ficou claro logo de início. Enquanto alguns moradores/as da comunidade do quilombo do Córrego Narciso do Meio hoje demonstrem orgulho em se identificarem como quilombolas, outros relatos revelam a presença de uma "memória envergonhada" e uma restrição no discurso quando a descendência dos moradores/as; sendo associada, de alguma forma, a um passado de escravidão ou a pessoas que viviam no mato. Essas narrativas cotidianas e que logo chegaram a mim evidenciaram a existência de um sentimento ambíguo e confuso em relação à história de suas origens quilombolas, o que pode ser resultado de estigmas sociais ou de uma história marcada por opressão e discriminação (Macedo 2019).

Ter sido tão bem recebida pela comunidade me proporcionou, logo no primeiro dia de campo, entrevistar 2 residentes da comunidade - uma jovem e um senhor-, além de realizar uma entrevista coletiva com as mulheres pertencentes a uma mesma família que tem importante protagonismo na comunidade.

A primeira entrevista realizada foi iniciada na cozinha de Dona Duca, quilombola e parteira do quilombo do Córrego do Narciso do Meio, que me recebeu com um sorriso largo e um café doce. A entrevista deveria ser realizada com Catilene, quilombola presidente da associação de moradores da comunidade e cantineira da escola do quilombo, porém, no decorrer da conversa, com a presença de muitas pessoas, acabamos por ter uma entrevista coletiva com muitos "causos", risos, expressões e maneirismos que claramente eram comuns entre elas.

Estabelecemos uma conversa entre a equipe das mulheres presentes e o único homem da equipe (que também é quilombola, mas de outra comunidade). As entrevistas seguiram um

roteiro semiestruturado já validado, porém ocorreram de forma bem livre à medida que a conversa ia se desenrolando. A conversa gravada teve duração de 48 minutos e todos os presentes assinaram termos de consentimento (TCLEs), mas continuamos conversando após o gravador ser desligado, o que foi bem interessante e rico para minhas observações e para a construção da pesquisa.

Aos poucos a gente vai fazendo né? Então assim a gente ouve as reuniões lá fora e traz pra comunidade, mas sou eu que sempre represento a comunidade, já tem 2 anos que estou no mandato. E agora com negócio de quilombo então vem as pessoas de fora, igual mesmo, vocês vem e passa as experiências pra nós né? Como deve ser feito quais são nossos direitos, porque antes nós não sabia, ai nois vai falando... (Trecho de entrevista realizada com Catilene, presidente da associação de moradores de Córrego Narciso, 2022).

Catilene, quilombola de Córrego do Narciso do Meio e presidente da associação de moradores, por muitas vezes, relata não ter acesso ou oportunidade de repassar de forma assertiva as informações pautadas e discutidas nas reuniões, além de trazer em suas falas uma preocupação em fazer o repasse das informações de forma correta, uma vez que muitos são os conflitos que surgem por diferentes fatores. Ela levanta pautas que nos induzem a reflexões profundas como o porquê de os saberes tradicionais da oralidade dos povos quilombolas são repassados por meio da fala de uma forma tão orgânica em contraponto às novas informações e noções de direito que chegam à comunidade por diversos meios e acabam por gerar desentendimentos e dúvidas.

Do parto dos filhos de Catilene, passando por uma verdadeira aula da medicina natural e ancestral utilizada pelas mulheres do quilombo, às fofocas locais atualizadas, perguntas do roteiro como por exemplo “Como acontece o fluxo de informações dentro da comunidade?” eram respondidas por Catilene com as opiniões e falas bem colocadas de todas as presentes: Dona Duca, Lúcia sua irmã, Sebastiana e Aline, filhas de Duca. Elas pontuavam com alegria e satisfação, se interrompendo num fluxo de ideias, mantendo uma conversa tão agradável e informal que parecia que por vezes se esqueciam que na verdade eu estava entrevistando Catilene.

A comunicação é no grito, nós grita se tiver que avisar alguma coisa assim, igual vocês vir aqui, a gente grita um pro outro, olha manda avisar que o pessoal da Fiocruz chegou, circula na comunidade toda....O que funciona é grito, ô fulano cê num vai não? Então eu vou, eu faço é no grito eu chego ali ó... Precisou, eu grito, hoje mesmo eu gritei, eu vi a filha de seu Zé do Amaral e gritei lá do outro lado, avisa seu pai que amanhã o pessoal da Fiocruz vai reunir lá na igreja, ta no grupo [do WhatsApp] mas não deixa de falar não... (Dona Duca, trecho da entrevista coletiva, 2022)

Figura 18 - Cozinha de Dona Duca entrevista coletiva.



Crédito: Equipe Projeto Inova (2022).

Figura 20 Entrevista com Catilene - Presidente da associação de moradores.



Crédito: Equipe Projeto Inova (2022)

Embora a comunidade tenha um grupo de WhatsApp, nem todos da comunidade têm acesso à internet ou smartphones, o que colabora para que continuem com a “cultura do grito”, que é utilizada tanto para que consigam se comunicar avisando uns aos outros sobre os acontecimentos na comunidade, quanto para a dinâmica do dia a dia, transmissão de saberes tradicionais e hábitos e maneirismos peculiares. Além das entrevistas e conversas, que frequentemente começavam de forma inesperada, testemunhei várias situações de interação com moradores/as que considerei como oportunidades para adquirir novos conhecimentos.

O grito pode ser considerado uma tecnologia de comunicação essencial e eficaz em comunidades tradicionais quilombolas. Em muitas dessas comunidades, e em Córrego do Narciso do Meio, conforme retratado pelas entrevistas e observações em campo, o grito se tornou uma forma tradicional de transmitir informações e estabelecer conexões entre os moradores. Por meio desse meio de comunicação vocal, os residentes conseguem alertar uns aos outros, sobre emergências, compartilhar notícias importantes, convocar reuniões ou eventos comunitários, e até mesmo coordenar atividades cotidianas. O grito é parte intrínseca da cultura e tradição dessa comunidade, sendo transmitido de geração em geração, e representa uma poderosa forma de comunicação que une a comunidade, fortalece a identidade coletiva e possibilita a transmissão de conhecimentos ancestrais. Mesmo em um contexto onde a tecnologia digital é cada vez mais presente, o grito mantém sua relevância como uma ferramenta vital de comunicação, preservando a riqueza cultural e histórica das comunidades quilombolas.

Para minha surpresa, uma vez que ainda percebo em mim um pouco da história engessada da ideia de quilombo como local de refúgio da população negra, mesmo tendo tal questão já esclarecida através de minhas leituras, estudos e vivências recentes, meu segundo entrevistado foi um senhor branco, bem disposto e muito educado, que chegou cedo na reunião que estávamos fazendo na igreja no dia seguinte.

Ele foi representar a família, tinha sido avisado pela filha que recebeu a mensagem de Catilene tanto no grupo da comunidade quanto na beira da estrada, quando voltava da cidade. “O grito havia funcionado”, logo pensei. Seu Zé do Amaral aceitou ser entrevistado e um pouco tímido, a princípio, foi logo me contando que não nasceu no quilombo, mas sua mulher sim e seus filhos também. Ele nasceu em Araçuaí, mas desde muito moço frequentava as festas da comunidade, famosas por sua folia de reis e pela festa da padroeira, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Seu Zé me contou que mora na comunidade desde antes desses “trem de quilombo”, lá trabalhou, criou os filhos e vive com sua família.

Segundo ele: *“Eles me conhecem, eu tenho muita amizade com todo mundo, sou da comunidade...”*. Ele gosta muito de contar histórias e diz que não é curador, mas de tanto ouvir as receitas, foi aprendendo e assim se curou da última gripe. Quando questionado sobre a comunicação dentro da comunidade, ele exemplifica:

O problema é esse, que às vezes vai comunicar... se vocês vem de lá pra cá, é que a gente não tava sabendo qual a data que ocês ia chegar né, mas os que tem o celular né que sabe que dia que ocês vai chegar vai comunicando pra um vai comunicando pra outro, vai falando é assim é... (Zé do Amaral, 2022);

A terceira entrevista foi realizada com Raquel, um jovem quilombola de 22 anos, nascida no quilombo, que tinha os olhos sempre voltados para a filhinha de dois anos e que, embora muito atenta na reunião e em todas as discussões, pouco falava ou participava, e, com seu jeito tímido, não ficou muito confortável com o gravador. Em nossas conversas não gravadas, Raquel manifestou mais suas opiniões sobre a comunidade e como vê a circulação de informações que lá ocorrem.

Quando questionada sobre a comunicação na comunidade, Raquel fez questão de frisar que essa nem sempre funciona e sobre a participação dos jovens nas reuniões e nas tomadas de decisão da comunidade, ela pontua que é importante a participação jovem porque: *“Porque eles têm mais acesso, a tecnologias né, às vezes eles sabem mais algumas coisas...”*. Porém tal participação não acontece, nos dias que permanecemos em campo apenas Raquel e Sebastiana (que é a bolsista quilombola do projeto), estiveram presentes nas reuniões. Essa falta de participação dos jovens da comunidade chamou minha atenção, e esse foi um dos maiores estímulos para que eu buscasse a conversa com Raquel, uma vez que havia entrevista seu Zé eu queria também a perspectiva de uma jovem acerca dos processos comunicacionais que ocorrem no quilombo.

Com a leitura e transcrição em profundidade das entrevistas e com a leitura atenta das observações feitas em campo, uma imagem muito pessoal da comunidade, seus moradores, a oralidade e as formas únicas de se comunicar foram aos poucos ficando cada vez mais perceptíveis e claras.

5.2 Comunicação comunitária, fluxo de informações e o “jeitinho de fazer e falar”

Macedo (2019) sobre a comunidade já apontava que é necessário considerar e destacar diferentes perspectivas sobre a relação entre as condições materiais de vida, as práticas culturais

e as táticas de resistência ou apropriação de grupos sociais, como os de comunidades como Córrego Narciso. O autor também observa que as práticas cotidianas dos moradores da comunidade, refletem formas de consumo, inversões discretas e táticas de apropriação de materiais descartados ou de baixo custo. Essas práticas são descritas como astúcias e táticas, que desafiam as normas cultas da língua, por exemplo, ao pronunciar palavras de forma não convencional. Tal prática Macedo chama em sua tese de “estuciar”.

Com a presença em campo foi possível notar claramente as colocações do autor, no modo de se comunicar, se colocar e nos afazeres diários dos residentes na comunidade. Por meio do uso de uma linguagem própria a comunidade vai resgatando e reafirmando na oralidade sua identidade, sua cultura e aspectos da cultura afro-brasileira, desafiando estereótipos e narrativas dominantes. Ao reinventar palavras e construir novas expressões, comunidades como Narciso ampliam o repertório linguístico de quem por lá passa e valorizam a diversidade cultural presente nas comunidades quilombolas e na sociedade brasileira, tal como aponta a autora e poeta Conceição Evaristo em suas obras.

Com a realização da transcrição e leitura das entrevistas realizadas, além das observações e imagens registradas em campo, pude perceber que a comunidade quilombola do Córrego do Narciso do Meio, além de todas as demandas já mencionadas, tem desencontros consideráveis em relação a comunicação intracomunitária nos aspectos relacionados ao seu bem viver e à saúde.

Pude ainda perceber como os desencontros comunicacionais impactaram a comunidade na pandemia e que deveria haver protocolos a serem adotados pela gestão pública para dirimir tais descompassos. Os desafios enfrentados, como, por exemplo, a ausência de um interlocutor confiável sobre os protocolos da pandemia, e as demais demandas visíveis na comunidade principalmente no que concerne à saúde, a ausência de um ACS, a dificuldade de deslocamento, a falta de comunicação e etc., demonstram que a resolução desses problemas pode contribuir para um melhor alcance das questões que hoje a associação de moradores enfrenta. Algumas das questões relatadas, e que fragilizam o território, foram a falta de assiduidade no pagamento das mensalidades da associação e a pouca aderência às reuniões e tomadas de decisão comunitárias.

Ouvindo e transcrevendo as entrevistas realizadas em agosto de 2022, pude perceber diversas questões relacionadas à saúde, principalmente das mulheres que em seus relatos contam de seus partos que ocorreram na comunidade, é perceptível também, falas constantes referentes ao uso de práticas medicinais tradicionais, empregadas em sua maioria por meio da

utilização de plantas medicinais, tais práticas são empregadas com constância na comunidade e os relatos dão conta de que elas funcionam e inclusive podem ter ajudado com sintomas gripais, que não chegaram a ser investigados para verificar se estavam relacionados a pandemia.

"Eu tomo esses remédio do mato."

Dida, quilombola da comunidade.

Outra percepção importante foi a de que existiu uma discussão sobre encontros, reuniões e atividades ao ar livre associada a medidas preventivas de saúde em relação e a pandemia, a análise revelou ainda que o rádio desempenha um papel crucial como principal meio de acesso à informação na comunidade, sendo amplamente ouvido por muitos membros com assiduidade. Também foi possível notar que grande parte das informações acerca da pandemia da COVID- 19 foram obtidas por esse meio ou pelo "boca a boca" comunitário, fazendo com que informações incorretas ou desconhecidas fossem seguidas à risca pela comunidade, outro ponto importante a ser mencionado são as falas referentes ao uso de práticas medicinais tradicionais, empregadas em sua maioria por meio da utilização de plantas medicinais.

O crédito dado às *fake news* - notícias falsas - em torno dos protocolos vacinais, métodos de prevenção da doença dentre outras e informações pouco explicativas ainda é grande, e se constitui como uma falha de comunicação num contexto pandêmico, acarretando problemas de saúde pública como o não cumprimento do protocolo vacinal, ou a não adoção de protocolos de isolamento; embora as informações obtidas não sejam suficientes para nos mostrar se de fato houve tal impacto.

Durante a última visita à comunidade em julho de 2023, pude perceber o impacto negativo das *fake news* na dinâmica local. Durante conversas com os moradores, ainda foram compartilhados casos e mitos que, para a comunidade, são considerados verdadeiros e possíveis, como a existência e migração de jacarés nos poucos corpos d'água presentes no local. Infelizmente, de forma muito parecida com as lendas e mitos locais, as *fake news* também foram disseminadas como verdades absolutas durante o período pandêmico. Isso gerou uma confusão generalizada, dificultando a compreensão da comunidade em distinguir o que era fato e o que era apenas boato. O compartilhamento de informações incorretas ou desconhecidas prejudicou a adoção de medidas preventivas adequadas, minando a capacidade da comunidade em lidar de forma eficaz com a pandemia. Diante desse cenário, é fundamental promover a disseminação

de informações confiáveis e a educação para a mídia, a fim de fortalecer a capacidade crítica da comunidade em discernir entre informações verídicas e notícias falsas.

No que concerne às mulheres de Córrego Narciso do Meio, nas entrevistas realizadas, elas compartilhavam suas experiências de vida na comunidade e destacavam a importância da preservação das tradições e da cultura quilombola. Catilene e Nenga apesar de relatarem alguns conflitos, mencionaram também como a comunidade se uniu durante a pandemia de COVID-19, buscando formas de se comunicar e se apoiar mutuamente. Visivelmente a comunidade fortaleceu seus laços e encontrou maneiras criativas de se cuidar e se proteger.

Entendi que a escuta atenta e respeitosa é fundamental para construir pontes entre diferentes culturas e realidades, e que o diálogo intercultural é essencial para avançar na busca por igualdade e reconhecimento dos direitos das comunidades quilombolas.

Ainda considerando o contexto pandêmico que foi o contexto no qual concentrei muito da minha atenção ao analisar as entrevistas e observações, cabe afirmar que durante a pandemia de COVID-19, a comunidade de Córrego Narciso se valeu de diversas ferramentas comunicacionais para a prevenção da doença e promoção da saúde. O rádio, como já pontuado, continua sendo um dos principais meios de comunicação na comunidade. As rádios comunitárias desempenharam um papel crucial ao transmitir informações sobre medidas preventivas, atualizações de saúde pública e orientações para a comunidade. Bem como a comunicação boca a boca, o uso do “grito” e a mobilização comunitária foram fundamentais para Durante a pandemia de COVID-19, a relação dos quilombolas com o rádio se tornou uma ferramenta vital para enfrentar os desafios impostos pela crise sanitária. Em muitas comunidades quilombolas, onde o acesso à internet pode ser limitado, como é o caso de Córrego do Narciso, o rádio emergiu como um meio crucial de comunicação. Essa plataforma tornou-se um veículo essencial para disseminar informações sobre medidas preventivas contra o vírus, atualizações de saúde pública e diretrizes governamentais, compartilhar boas práticas de higiene e prevenção e sensibilizar os moradores sobre a importância de seguir as orientações das autoridades de saúde. O rádio desempenhou um papel fundamental na promoção da solidariedade comunitária, permitindo que líderes e membros compartilhassem experiências, necessidades e estratégias de enfrentamento. As mulheres quilombolas, atuando como comunicadoras e gestoras desses meios, desempenharam um papel central na transmissão de mensagens de esperança, resiliência e mobilização coletiva

Além das questões relacionadas ao acesso à água e informações essenciais para a qualidade de vida dessa população, fica evidente, a partir das entrevistas transcritas e

observações realizadas, que efetivar a interação dos saberes e maneiras de falar que circulam nesse território é de suma importância. Nesse sentido, é relevante fomentar o uso de outros meios de comunicação além do rádio, que ainda é o principal meio de recepção de informações pela comunidade. A introdução de tecnologias e formas de comunicação mais acessíveis e inclusivas pode facilitar o acesso a informações relevantes, promover a troca de conhecimentos entre os membros da comunidade e fortalecer a coesão social. A busca por estratégias que garantam uma comunicação mais efetiva, respeitosa e alinhada com as necessidades e desejos da comunidade é fundamental para o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida nesse território. Não podemos deixar de pontuar que continua sendo importante reconhecer a relevância e o uso dos saberes tradicionais, em especial a medicina tradicional, muito mencionada nas conversas, pois eles são fundamentais para compreensão e reconhecimento da identidade negra desse povo. A diversidade cultural e os conhecimentos tradicionais presentes na comunidade são valiosos e precisam ser valorizados e compartilhados de forma harmoniosa.

Cabe salientar que a comunicação comunitária é um processo essencial para fortalecer os laços dentro de uma comunidade e promover o compartilhamento de informações relevantes. No âmbito local, o fluxo de informações assume uma dinâmica própria, onde a transmissão de notícias e acontecimentos muitas vezes ocorre de forma informal e espontânea, através do "jeitinho de fazer e falar" característico do lugar. Esse estilo peculiar de comunicação inclui expressões linguísticas regionais, gírias, e até mesmo gestos e símbolos próprios da comunidade. Assim a comunicação comunitária se consolida como uma ferramenta valiosa para preservar a cultura local, fomentar o senso de pertencimento e promover a participação ativa dos membros da comunidade em suas questões coletivas.

Figura 21 - Rádio em funcionamento na cozinha de uma das moradoras da comunidade.



Crédito: Acervo pessoal.

5.3 Boletins comunitários - Novas ideias no comunicar

A partir das decisões tomadas em campo conjuntamente com a comunidade em relação às tecnologias sociais que serão implementadas no local pelo projeto “Comunidades quilombolas e COVID-19: desenvolvimento de tecnologias sociais para promoção de saúde no Médio Jequitinhonha, Minas Gerais”, buscando ajudar na circulação das informações, foram propostos e elaborados dois boletins informativos escritos e uma versão em áudio, que foi distribuída via WhatsApp e posteriormente de forma impressa para a comunidade.

Figura 22 - Capa do Boletim Informativo da Comunidade Quilombo Córrego do Narciso.



Elaborado pela aluna em conjunto com a equipe do projeto

Os informativos contêm a descrição do que foi realizado quanto às tecnologias sociais até o momento e o papel das visitas da Fiocruz à comunidade, como os diálogos realizados com a gestão pública, o protocolo de consulta sobre os processos importantes na implementação das tecnologias sociais e o passo a passo explicitando em que momento de execução estávamos.

Os *feedbacks* que obtivemos foram importantes e muito positivos, o que mostra que esse pode ser um meio eficaz para a circulação da informação dentro da comunidade. Os boletins geraram circulação e divulgação dos acordos estabelecidos com a comunidade no âmbito do

projeto, além do mais abriram um novo canal de comunicação com a comunidade, ajudando no engajamento das reuniões. Uma importante colocação é a alegria demonstrada por aqueles que se viram nos boletins, a identificação e a percepção de que estavam sendo de fato colaboradores nos projetos em andamento foi muito especial. Espero que participando enquanto colaboradora em novos projetos que serão desenvolvidos na comunidade, eu possa desenvolver outros boletins levando em consideração todos os aprendizados obtidos até aqui, de forma a divulgar ciência e saúde de forma colaborativa e direcionada a esse público específico.

Figura 23- Apresentação e Distribuição dos Boletins.



Crédito: Equipe Projeto Inova, 2022

6 Considerações Finais

*Ser Quilombo é ter orgulho
e assumir o pouco que tem
assumir o cabelo torrado e a pele negra também.*

Giselle do Rosário, Comunidade Quilombola Jacaré-Quara - Pará

Os quilombos emergiram durante o período colonial em todas as regiões marcadas pela escravidão, representando um fenômeno social e histórico de contestação e resistência ao sistema escravocrata (Moura, 1988). Nestes territórios de liberdade, os negros escravizados encontraram meios de resgatar as dinâmicas de suas terras de origem, frequentemente entrelaçadas com culturas ameríndias. Nos quilombos, assim como em outros redutos de resistência, uma memória afro-diaspórica se consolidou, juntamente com estratégias de sobrevivência, tanto materiais quanto culturais. Isso deu origem a uma identidade singular,

social e histórica, afro-brasileira, quilombola e 'amefricana', na terminologia de Lélia Gonzalez (2020).

Parto do mesmo princípio das autoras (Soares, 2021; Soares, Costa e Alves, 2022) quando pontuam que a identidade quilombola é forjada pelas mulheres, uma vez que são elas as principais agentes na construção de redes de afeto, cuidado, compartilhamento de conhecimentos, práticas culturais, bem como nas resistências e lutas diárias que conferem significado e solidez ao âmbito comunitário. Essa trajetória histórica de luta e resiliência das mulheres quilombolas, remetendo-se aos tempos dos quilombos, é um importante elo que conecta o passado e o presente, conferindo às comunidades quilombolas uma identidade coesa e fortalecida por sua história de resistência e pertencimento. Assim, as mulheres desempenham um papel fundamental na preservação e perpetuação da cultura quilombola, transmitindo conhecimentos ancestrais e contribuindo para a construção de uma identidade afro-brasileira resiliente e enraizada nas raízes históricas da comunidade.

Atualmente, o protagonismo feminino nos quilombos desempenha um papel crucial na preservação e fortalecimento das tradições culturais, bem como na promoção da igualdade de gênero e na busca por justiça social. As mulheres quilombolas assumem papéis de liderança em diversas esferas, desde a gestão comunitária até a participação ativa em iniciativas voltadas para a educação, saúde e sustentabilidade. No contexto da comunicação comunitária, as mulheres quilombolas desempenham um papel essencial, utilizando meios como rádio comunitária, redes sociais e outras formas de comunicação para amplificar suas vozes, compartilhar suas experiências e promover a conscientização sobre as questões que afetam suas comunidades. Essa atuação na comunicação fortalece os laços dentro do quilombo, possibilitando a troca de saberes, a preservação da história e a mobilização coletiva em prol de seus direitos e interesses. Assim, o protagonismo feminino nos quilombos não apenas contribui para a resistência cultural, mas também molda uma narrativa inclusiva e empoderada, inspirando outras comunidades a seguirem esse caminho de transformação e justiça.

Através da compreensão da importância das mulheres como pilares fundamentais da identidade quilombola, pode-se reconhecer que a comunicação e a transmissão de saberes são aspectos essenciais para fortalecer a resistência cultural e promover a preservação de uma memória afro-diaspórica, possibilitando uma identidade coesa e enraizada nas raízes históricas do grupo. Nesse sentido, novos estudos que abordem essas temáticas se tornam imprescindíveis para aprofundar a compreensão desse universo e valorizar ainda mais a riqueza cultural e histórica das comunidades quilombolas.

Ao empregar entrevistas semiestruturadas e observação participante, foi possível me aproximar do objetivo central deste trabalho ao refletir sobre o processo de comunicação acerca da pandemia de COVID-19 entre as mulheres da comunidade quilombola de Córrego do Narciso do Meio. O enfoque nas mulheres se deu pela relevância de seus papéis e posições na comunidade, bem como pela escassez de estudos que abordam a temática da saúde e divulgação científica específica para o contexto quilombola. As entrevistas permitiram compreender suas perspectivas, experiências e desafios ao acessar informações sobre a pandemia e adotar medidas preventivas. A observação participante proporcionou um mergulho na dinâmica da comunidade e na maneira como as informações sobre a COVID-19 foram transmitidas, compartilhadas e interpretadas dentro desse contexto cultural e social específico. Com base nessas abordagens metodológicas, este trabalho buscou contribuir para a valorização do conhecimento local e aprimoramento das estratégias de comunicação direcionadas às comunidades quilombolas em situações de saúde pública e emergências

A pandemia de COVID-19 impôs desafios significativos às comunidades quilombolas em todo o Brasil, exacerbando suas condições socioeconômicas e evidenciando as limitações infraestruturais já existentes. Essas comunidades, marcadas por desigualdades históricas, tornaram-se particularmente vulneráveis ao avanço do vírus devido à falta de acesso a serviços básicos de saúde, condições de moradia precárias e dificuldades no acesso a informações relevantes. A necessidade de distanciamento social colidiu com a realidade complexa dessas comunidades, agravando os riscos de propagação do vírus. Nesse contexto desafiador, líderes quilombolas, em sua maioria mulheres emergiram como figuras fundamentais na mobilização local, implementando medidas preventivas, promovendo a conscientização sobre a doença e buscando apoio para enfrentar os impactos econômicos e sociais da pandemia. A resiliência e a solidariedade demonstradas por essas comunidades quilombolas durante esse período ressaltam a importância de abordagens inclusivas e políticas públicas específicas para enfrentar as desigualdades sistêmicas que as afetam. Esse cenário não foi diferente na comunidade de Córrego Narciso do Meio. A falta de acesso a serviços de saúde adequados, a ausência de água potável e saneamento básico, tornaram as comunidades quilombolas ainda mais suscetíveis à propagação da doença. Além disso, a divulgação de informações precisas e confiáveis sobre a pandemia foi desafiadora nessas regiões, o que dificultou a adoção de medidas preventivas e o acesso a cuidados de saúde adequados. Diante dessas dificuldades, as lideranças comunitárias desempenharam um papel crucial na mobilização e organização das comunidades, buscando soluções para mitigar os impactos da pandemia e garantir a segurança e bem-estar de seus

moradores. A pandemia evidenciou a importância de políticas públicas específicas e abordagens de comunicação culturalmente adequadas para as comunidades quilombolas, a fim de garantir o acesso igualitário a informações e cuidados de saúde, bem como para promover a proteção e valorização dessas populações historicamente marginalizadas.

Os resultados desta pesquisa revelam a importância da comunicação comunitária no território quilombola do Córrego do Narciso, especialmente durante o contexto pandêmico da COVID-19. Além de ser um meio essencial para transmitir informações sobre medidas preventivas, atualizações de saúde pública e orientações para a comunidade, a comunicação comunitária também se mostrou como uma ferramenta valiosa para disseminar conhecimentos tradicionais e promover a coesão social. O uso do rádio, a comunicação boca a boca e a “tecnologia do grito” foram fundamentais para alcançar a comunidade de forma efetiva, mas também ficou evidente a necessidade de diversificar os meios de comunicação para garantir que todas as informações sejam acessíveis e compreendidas por todos os membros da comunidade. A disseminação de *fake news* foi uma preocupação identificada, destacando a importância de promover a educação para a mídia e o acesso a informações confiáveis. Além disso, a pesquisa reforça a relevância de valorizar e compartilhar os saberes tradicionais presentes na comunidade, como a medicina tradicional, e reconhecer a importância da diversidade cultural para a identidade quilombola. A comunicação comunitária é um processo essencial para fortalecer os laços dentro da comunidade, preservar a cultura local e promover a participação ativa dos membros em suas questões coletivas. Por fim, a interlocução entre a produção de conhecimento quilombola e acadêmico foi um passo importante para promover uma pesquisa mais inclusiva, respeitosa e sensível à realidade vivenciada pela comunidade. A valorização dos saberes locais e o diálogo aberto com a academia são fundamentais para o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida nesse território.

Ao longo da minha experiência no quilombo do Córrego Narciso do Meio, pude vivenciar ressignificações e aprofundamentos em relação à minha forma de compreender e abordar a dimensão racial. Essa imersão na comunidade me permitiu enxergar a minha identidade como mulher negra de uma maneira mais clara e profunda. Através das interações com os moradores e da compreensão das suas vivências, histórias e lutas, fui capaz de reconectar-me com minhas raízes culturais e entender o significado de ser uma mulher negra dentro dessa realidade específica. Essa jornada de autoconhecimento e aprendizado me proporcionou um crescimento pessoal significativo, permitindo-me valorizar ainda mais minha identidade e abraçar com orgulho a minha ancestralidade. Pude perceber também que a conexão

com as mulheres do quilombo do Córrego Narciso do Meio vai além das questões de ancestralidade, mas existe a partir de minha vontade genuína enquanto mulher e pesquisadora, de aprender com suas experiências e valorizar suas contribuições para uma sociedade mais diversa, inclusiva e justa.

No geral, a pesquisa pautada em entrevistas com foco no tema em uma comunidade quilombola proporcionou uma visão abrangente e enriquecedora sobre a dinâmica da comunicação em tempos de pandemia. A troca de conhecimentos entre a pesquisa acadêmica e o conhecimento local trouxe benefícios mútuos, enriquecendo a compreensão da realidade vivenciada pela comunidade quilombola e possibilitando a discussão de estratégias mais efetivas para a promoção da saúde e prevenção de doenças em contextos similares. A abordagem colaborativa e inclusiva adotada nesta pesquisa pode servir como um modelo para futuros estudos e ações que busquem fortalecer a comunicação e o acesso à informação em comunidades tradicionais.

Interlúdio 5

No paralelepípedo, trabalhador intrépido

O motor está no ímpeto onde começa tudo

O vento acalma o rápido, pra todo som eclético

Vitrolas cantam clássicos num belo absurdo

Metrópoles sufocam, são necrópoles que não se tocam

Então se chocam com o sonho de alguém

São assassinas de domingo a pausar tudo que é lindo

Essa aqui vem do meu coração

Do mais profundo canto em meu interior, oh oh oh

Pro mundo em decomposição

(Essa aqui também é uma forma de oração)

Escrevo como quem manda cartas de amor

Cananéia, Iguape e Ilha Comprida. Canção de Emicida

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita. Divulgação científica: informação científica para cidadania. *Ciência da informação*, v. 25, n. 3, 1996.

ALBUQUERQUE, Afonso. The fake news discourse and its communicational implication for politics and Science. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*; Vol. 14 No. 1 (2020): Dossiê Fake News e Saúde, v. 24, n. 2.

ALBUQUERQUE, Mariana Vercesi de; RIBEIRO, Luis Henrique Leandro. Desigualdade, situação geográfica e sentidos da ação na pandemia da COVID-19 no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, 2021.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. *Comunicação, memória e cidadania: inserção social na fronteira*. Bagé: UNIPAMPA, 2016.

ALMEIDA, Silvio. Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro. Pólen, 2019.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. Territórios das comunidades remanescentes de Antigos A599 Quilombos no Brasil: primeira configuração espacial. *Humanidades*, Brasília, n. 47, p.87-98, nov. 1999.

ANJOS, Rafael Sânzio Araújo dos. Territórios das comunidades remanescentes de antigos A599 Quilombos no Brasil: primeira configuração espacial. Brasília: Edição do autor, 2004.

ANTUNES, Michele Nacif; COQUEIRO, Jandesson Mendes. Comunicação rizomática: reflexões sobre os movimentos de resistência em tempos da Covid-19. *Saúde em Debate*, v. 46, p. 200-210, 2022.

ARAÚJO, Inesita Soares de; CARDOSO, Janine Miranda. *Comunicação e saúde*. Editora Fiocruz, 2007.

ARRUTI, José Maurício Andion. *Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola*. Edusc, 2006.

ARRUTI, José Maurício. Políticas públicas para quilombos-Um ensaio de conjuntura a partir do exemplo da Saúde. *Tempo de Presença*, Rio de Janeiro, v. 11, p. 6-10, 2008.

ARRUTI, José Maurício. Quilombos. IN: *Raça: Perspectivas antropológicas*. (Org. Osmundo Pinho). ABA. 2008.

ARRUTI, José Maurício. Políticas Públicas para Quilombos: terra, saúde e educação. In: PAULA, Marilene; HERINGER, Rosana. *Caminhos Convergentes: estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll ActionAid, 2009.

ARRUTI, José Maurício et al. O impacto da Covid-19 sobre as comunidades quilombolas. Informativos Desigualdades Raciais e Covid-19, AFRO-CEBRAP, n. 6, 2021.

BARBOSA, Marília Petraglia; BRAGA, Luiza Amara Maciel; RODRIGUES, Cristiana Tristão. Programa Brasil Quilombola: análise do processo de implementação. Anais do I Seminário Desenvolvimento Econômico e Governança de Terras, p. 63, 2016.

BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. Portugal: Editora Lisboa, 1997.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. Bergen, Oslo: Universitetsforlaget, 1969. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da etnicidade. Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras, de Fredrik Barth. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

BASTOS, Priscila da Cunha. Entre o quilombo e a cidade: trajetórias de individuação de jovens mulheres negras. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009.

BENJAMIN, Ruha. Black skin, white masks: Racism, vulnerability & refuting Black pathology. Department of African American Studies. Princeton University, 2020. Disponível em: <<https://aas.princeton.edu/news/black-skin-white-masks-racism-vulnerability-refuting-black-pathology>>. Acesso em: 15 fev. 2021.

BUSS, Paulo Marchiori; PELLEGRINI FILHO, Alberto. A saúde e seus determinantes sociais. Physis: revista de saúde coletiva, v. 17, p. 77-93, 2007.

CALDAS, Graça. Divulgação e relações de poder. In: Inf., Londrina, v.15, n.esp, p.31-42, 2010.

CALVET, Louis-Jean. Tradição oral & tradição escrita. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

CARVALHO, Roberta Monique Amâncio; DA COSTA LIMA, Gustavo Ferreira. Comunidades quilombolas, territorialidade e legislação no Brasil: uma análise histórica. Política & Trabalho, n. 39, 2013.

CASTRO, Rosana. Vacinas contra a Covid-19: o fim da pandemia?. Physis: Revista de Saúde Coletiva, v. 31, p. e310100, 2021.

CUNHA, Manuela Carneiro Populações Tradicionais e a Convenção da Diversidade Biológica. In: Estudos Avançados, USP, v.13, n.36, pp147-164. São Paulo, IEA. 1999.

CUNHA, Wéltima Teixeira. Fake News: As consequências negativas para a saúde da população. Revista Baiana de Saúde Pública, v. 44, n. 1, p. 81-102, 2020.
DA COSTA, José Wilson. Novas linguagens e novas tecnologias: educação e sociabilidade. Editora Vozes, 2004.

DA COSTA, Rogério Haesbaert; HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Bertrand Brasil, 2004.

DA SILVA, Paulo Sergio. Quilombos do Sul do Brasil: movimento social emergente na sociedade contemporânea. *identidade!*, v. 15, n. 1, p. 51-64, 2010.

DA SILVA LOPES, Ivonete; CAETANO, Lindemberg Ribeiro; CARDOSO, Jéssica Suzana Magalhães. Comunicação quilombola, resistência e proximidade na redução das desconexões no enfrentamento à pandemia. *Revista Mídia e Cotidiano*, v. 16, n. 3, p. 28-48, 2022. <https://doi.org/10.22409/rmc.v16i3.54383>

DALOSTO, Cássius Dunck et al. As políticas públicas e o problema da concretização dos direitos quilombolas no Brasil: o exemplo Kalunga. 2016.

DANTAS, Luiz Felipe Santoro; DECCACHE-MAIA, Eline. Divulgação Científica no combate às Fake News em tempos de Covid-19. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 7, p. e797974776-e797974776, 2020.

DE ALENCASTRO, Luiz Felipe. O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. Companhia das letras, 2020.

DE ALMEIDA, Cristóvão Domingos; CÔRREA, Luma Dos Santos. Comunidades quilombolas e as suas práticas comunicacionais. *Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão*, v. 3, n. 2.

DE ARAÚJO, Thaís Fátima Assis. Quilombando: reflexões e transformações a partir de vivências em comunidades quilombolas. *Revista Coletivo SECONBA*, v. 4, n. 1, p. 5-22, 2020.

DE OLIVEIRA, Janaina Minelli. Ciência e divulgação científica: reflexões sobre o processo de produção e socialização do saber. *Periodística: revista acadêmica*, n. 11, p. 111-124, 2008.

DE RAQUEL GERBER, ÔRÍ Direção. Brasil: Estelar Produções Cinematográficas e Culturais Ltda, 1989, vídeo (131 min), colorido. Relançado em, 2009.

DE TRATAMENTO DO NOVO CORONAVÍRUS, Protocolo. Secretaria de Atenção Especializada à Saúde. Departamento de Atenção Hospitalar, Urgência e Domiciliar. Brasília-DF, 2020. 2019.

DEMO, Pedro. A metodologia científica das ciências sociais. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1981.

DEMOGRÁFICO, Censo. Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

DIEGUES, Antônio Carlos. Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil. 2000.

DINIZ, Raphael Fernando; MINÉ, Gisele Oliveira; DOS SANTOS TUBALDINI, Maria Aparecida. (Re) significação e (re) invenção cultural quilombola: as espacialidades afro-brasileiras do Conjunto da Marujada e do Grupo Curiango no Vale do Jequitinhonha/MG. *GeoTextos*, 2014.

DINIZ, Raphael Fernando. Etnosaberes e culturas tradicionais afrobrasileiras: farmacopeia, magia e reprodução material e simbólica de comunidades quilombolas do Vale do

Jequitinhonha-MG. Geografia, v. 21, n. 47, p. 13-28, 2019.

DO BRASIL, Senado Federal. Constituição da república federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 jan. 2019.

DOS SANTOS, Antônio Bispo. Somos da terra. Cicatrizes da escravização, v. 29075, p. 22, 2018.

DOMINGUES, Petrônio. Um "templo de luz": Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. Revista Brasileira de Educação, v. 13, p. 517-534, 2008.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. Tempo, v. 12, p. 100-122, 2007.

EURICO, Márcia Campos. A percepção do assistente social acerca do racismo institucional. Serviço Social & Sociedade, p. 290-310, 2013.

EVARISTO, Conceição. Becos da memória [livro eletrônico]. 2018.

FERREIRA, Simone Raquel Batista. Donos do lugar: a territorialidade quilombola do Sapê do Norte ES. 531 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Geografia, Geografia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009.

FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. Artmed. Porto Alegre, p. 207, 2009. ISBN 978-85-363-1711-3.

FONTANELLA, Bruno José Barcellos; RICAS, Janete; TURATO, Egberto Ribeiro. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. Cadernos de saúde pública, v. 24, p. 17-27, 2008.

FREITAS, Daniel Antunes et al. Saúde e comunidades quilombolas: uma revisão da literatura. Revista Cefac, v. 13, p. 937-943, 2011.

GADELHA, Carlos Augusto Grabois et al. Saúde e territorialização na perspectiva do desenvolvimento. Ciência & Saúde Coletiva, v. 16, n. 6, p. 3003-3016, 2011.

GALINDO NETO, Nelson Miguel et al. Covid-19 e tecnologia digital: aplicativos móveis disponíveis para download em smartphones. Texto & Contexto-Enfermagem, v. 29, 2020.

GALLO, Donato. Clovis Moura, Sociologia do Negro Brasileiro, São Paulo, Editora Atica, 1988, pp. 251. Rassegna iberistica, n. 35, p. 55-57, 1989.

GOMES, Flávio dos Santos. Quilombos do Rio de Janeiro no século XIX. Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, p. 263-290, 1996.

GOMES, Flávio dos Santos. Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil. Editora Companhia das Letras, 2015.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos

- saberes. *Política & Sociedade*, v. 10, n. 18, p. 133, 2011.
- GOMES, Romeu. *Pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa, 2014.
- GONÇALVES Ana Cláudia. *Políticas públicas para quilombolas: a construção da cidadania na comunidade remanescente de quilombo do Baú*. 2017.
- GONZALEZ, Lélia. *A mulher negra na sociedade brasileira. O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual*. Rio de Janeiro: Graal, p. 87-106, 1982.
- GONZALEZ, Lélia. *Mulher negra, essa quilombola*. *Folha de S. Paulo*, v. 22, p. 4, 1981.
- GONZALEZ, Lélia. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. *Revista ciências sociais hoje*, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Preconceito de cor e racismo no Brasil*. *Revista de antropologia*, v. 47, p. 9-43, 1983.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Preconceito de cor e racismo no Brasil*. *Revista de antropologia*, v. 47, p. 9-43, 2004.
- GUIMARÃES, Carlos Magno. *Mineração, quilombos e Palmares. Minas Gerais no século XVIII. Liberdade por um fio*, p. 139-63, 1996.
- GUIMARÃES, Carlos Magno. *Uma negação da ordem escravista: quilombos em Minas Gerais no século XVIII*. (No Title), 1988.
- HAMPATÉ BÁ, A. *A tradição viva*. In: KI-ZERBO, Joseph et al. *História Geral da África– Vol. I–Metodologia e pré-história da África*. Unesco, 2010.
- IEPHA - *Faça uma verdadeira imersão cultural na Rota dos Quilombos, reduto das culturas afro-brasileiras que misturam fé, tradição e traduzem outros lados da nossa história!* 2021. Disponível em <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/noticias>
- KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*. Orfeu Negro, 2019.
- LASWELL, H. D. *Politics: who gets what, when, how*. Cleveland, Meridian Books, v. 1958, 1936.
- LEITE, Ilka Boaventura. *Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas*. 2000. 2005.
- LEITE, Ilka Boaventura. *O legado do testamento: a comunidade de Casca em perícia*. In: *O legado do testamento: a comunidade de casca em perícia*. p. 438-438. 2004.
- LIMA, Nísia Trindade; BUSS, Paulo Marchiori; PAES-SOUSA, Rômulo. *A pandemia de*

COVID-19: uma crise sanitária e humanitária. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, p. e00177020, 2020. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00177020>

MACEDO, Bernardo Vaz de. “Papagaio velho não pega língua mais, não”: estuciando o jeito de falar e de fazer, o jeito de ser, no quilombo Córrego do Narciso do Meio, Vale do Jequitinhonha (MG). 2019.

MACHADO, Joana Carmen do Nascimento et al. " Nem parece que tem quilombola aqui":(in) visibilidade da identidade quilombola no processo formativo da CFR do Território Quilombola de Jambuaçu Pe. Sérgio Tonetto. 2014.

MACHADO, Lucas Antunes. *Mulheres Quilombolas: Avanços e Desafios no Âmbito das Políticas Públicas*. 2016.

MACIEL, Maria Aparecida M. et al. Plantas medicinais: a necessidade de estudos multidisciplinares. *Química nova*, v. 25, p. 429-438, 2002.

MARIETTO, Marcio Luiz; SANCHES, Cida. Estratégia como prática: um estudo das práticas da ação estratégica no cluster de lojas comerciais da rua das noivas em São Paulo. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, v. 7, n. 3, p. 38-58, 2013.

MARIETTO, Marcio Luiz; MACCARI, Emerson Antonio. Estudos da estratégia como prática na perspectiva estruturacionista: exemplo de contribuição metodológica. *Revista Ibero Americana de Estratégia*, v. 14, n. 1, p. 90-107, 2015.

MARQUES, Carlos Eduardo; GOMES, Lílian. A constituição de 1988 e a resignificação dos quilombos contemporâneos limites e potencialidades: limits and potentialities. *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 28, p. 137-153, 2013.

MARTÍNEZ, Eduardo. La pirámide de la popularización de la ciencia y la tecnología. Martínez, E. y Flores, J.(Compiladores.) *La popularización de la ciencia y tecnología. Reflexiones básicas*. México, Fondo de Cultura Económica, p. 9-16, 1997.

BEMBE, Achille. Necropolítica. *Revista Arte & Ensaios*. Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, n 32. dez.2016. pp. 123-151.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; ALONSO, Leandro Seawright. *Memórias e narrativas: história oral aplicada*. Editora Contexto, 2020.

MELLO, Marcelo Moura. *Reminiscências dos quilombos: territórios da memória em uma comunidade negra rural*. Editora Terceiro Nome, 2019.

MELO, Ana Lúcia Aguiar; DAVID, Cesar. *Palmas” para o quilombo: processos de territorialidade e etnicidade negra*. da UFSM, 2011.

MELO, Caio Monteiro. *Das veredas às vitrines: entre o saber-fazer das artesãs e o design do capim-dourado na Comunidade Quilombola Mumbuca do Tocantins*. 2017.

- MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde, v. 14, p. 408, 1993.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde, v. 14, 1994.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. Editora Hucitec, 2001.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 10a. ed. Editora Hucitec, 2007.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. Pesquisa Social Teoria, método e criatividade . Editora Vozes. 2007. ISBN 978-85-326-1145-1.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. Editora Hucitec, 2010.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. Ciência & saúde coletiva, v. 17, p. 621-626, 2012.
- MONKEN, Maurício et al. O território na saúde: construindo referências para análises em saúde e ambiente. Território, ambiente e saúde. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, p. 23-41, 2008.
- MONTEIRO, Anita Maria de Queiroz. Castainho: etnografia de um bairro rural de negros. Recife: Massangana, 2013.
- MONTEIRO, Karoline dos Santos. As mulheres quilombolas na Paraíba: terra, trabalho e território. 2013.
- MOURA, Clóvis. Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas. (de 1959). Rio de Janeiro, Conquista/INL, 1972.
- MOURA, Clóvis. Os quilombos e a rebelião negra. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- MOURA, Clóvis. Brasil: raízes do protesto negro (Vol. 28). Global Editora, 1983.
- MOURA, Clóvis. História do negro brasileiro. 2ª Edição. São Paulo: Editora Ática, 1992.
- MOURA, Clóvis. Quilombos: resistência ao escravismo. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1993.
- MOURA, Glória. Os quilombos contemporâneos e a educação. Humanidades, v. 10, n. 47, p. 99-116, 1999.
- MOURA, Glória; SCIPIONI, Lamberto. Festas dos quilombos. Editora UnB, Universidade de Brasília, 2012.
- MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo na África. Revista usp, n. 28, p. 56-

63, 1996. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i28p56-63>

MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo na África. *Revista usp*, n. 28, p. 56-63, 2001. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i28p56-63>

NASCIMENTO, Abdias. *O Genocídio do negro brasileiro – processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Abdias. *O Quilombismo*. 2. ed. Brasília/Rio de Janeiro: Fundação Palmares/OR Editora, 2002.

NASCIMENTO, Abdias. *Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro*. Edição fac-similar do jornal dirigido por Abdias do Nascimento; apresentação de Abdias do Nascimento e Elisa Larkin Nascimento; introdução de Antonio Sergio Alfredo Guimarães. São Paulo: FAUSP, Editora 34, 2003.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. Selo Negro, 2013.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. *Revista Afrodiáspora*, v. 3, n. 6-7, p. 41-49, 1985.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. Por uma história do homem negro. RATTIS, Alex. *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Instituto Kuanza, p. 93-97, 2006.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. *Quilombos: mudança social ou conservantismo? 1976*. In: Beatriz Nascimento, *Quilombola e Intelectual: Possibilidades nos dias da destruição*. Maria Beatriz Nascimento. *Diáspora Africana: Editora filhos da África*, 2018.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. *Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual. Possibilidades nos dias da destruição*. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.

NUNES, Georgina Helena Lima. *Educação Quilombola*. In: BRAZIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA; ALFABETIZAÇÃO; DIVERSIDADE. *Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais*. Secad, 2006.

NUNES, Sylvia da Silveira. *Racismo no Brasil: tentativas de disfarce de uma violência explícita*. *Psicologia USP*, v. 17, p. 89-98, 2006.

O'DWYER, Eliane Cantarino. *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. *Comunidades quilombolas no Estado do Espírito Santo: Conflitos sociais, consciência étnica e patrimônio cultural*. *Ruris*, Campinas, v. 5, n. 2, p. 141-171, 2011.

OLIVEIRA Junior, G. B. *Antropologia da Saúde: uma contribuição aos programas de assistência à saúde pública nas comunidades quilombolas no Estado do Rio Grande do Norte*

2021

PACHECO, Lillian. *Pedagogia Griô: a reinvenção da roda da vida*. Lençóis: Grãos de luz e Griô, 2006.

PEREIRA, Vera Lúcia Felício. *O artesão da memória no Vale do Jequitinhonha*. Editora Ufmg, 1996.

PETERS, Michael A.; BESLEY, Tina. *Por que Foucault?: novas diretrizes para a pesquisa educacional*. Artmed Editora, 2008.

REIS, João José. *Quilombos e revoltas escravas no Brasil*. Revista usp, n. 28, p. 14-39, 1996.

REZENDE, Lilian Cristina. *O cotidiano de uma comunidade quilombola: a (des) construção da integralidade na visão de moradores e equipe de saúde*. 2015.

RIOS, Aurélio Virgílio Veiga. *Quilombos: raízes, conceitos, perspectivas*. Boletim Informativo NUER, p. 65-78, 1996.

RODRIGUES, Guilherme Goretti; DOS SANTOS, Ramofly Bicalho; MACEDO, Pedro Clei Sanches. *QUESTÃO AGRÁRIA, MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES E A LUTA PELO TERRITÓRIO: DESAFIOS E PROTAGONISMO QUILOMBOLA NO BRASIL*. Terceira Margem Amazônia, v. 7, n. 18, p. 91-109, 2022.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *Colonização, quilombos: modos e significações*. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências*. Revista crítica de ciências sociais, n. 63, p. 237-280, 2002.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. 1988.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record, 2007.

SÃO TIAGO, Simone. *Divulgação científica e sociedade. Salto para o Futuro*, 2010.

SAQUET, Marcos Aurelio. *As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i) materialidade*. Geosul, Florianópolis, v. 22, n. 43, p. 55-76, 2007.

SILVA, Luiz Inácio Lula da et al. Decreto Nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. 2003.. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

SCHIAVON, Helena, VOSGERAU, Dilmeire Sant'Anna Ramos. Aplicação da revisão sistemática nas pesquisas sobre formação de professores: uma discussão metodológica. 95 f. Dissertação de Mestrado em Educação – Escola de Educação e Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba), 2015.

SCHWARTZ, Stuart B. Escravos, roceiros e rebeldes. Edusc, 2001.

SILVA, Givânia Maria da; SOUZA, Bárbara Oliveira. Quilombos e a luta contra o racismo no contexto da pandemia. 2021.

SILVA, Leandro Ribeiro. Os ciclos desenvolvimentistas brasileiros (1930-2010): do nacional desenvolvimentismo ao novo desenvolvimentismo. 261 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, p. 20-45, 2006.

TRECCANI, Girolamo Domenico. Terras de quilombo: caminhos e entraves da titulação. Belém: Secretaria Executiva de Justiça. Programa Raízes, 2006;

VALENTE, Polyana Aparecida.; ANTUNES, Michele Nacif . ; PIMENTA, Denise Nacif . Os movimentos de mães e familiares de crianças com Zika no Brasil: saúde, comunicação e democracia na efetivação do ?Nada sobre nós sem nós?. In: André Luiz Lima Nogueira; Anny Jackeline Torres Silveira; Dilene Raimundo do Nascimento, Patrícia Maria da Silva Merlo; Sebastião Pimentel Franco. (Org.). Uma história brasileira das doenças Volume. 1ed.Belo Horizonte: Fino Traço, 2022, v. 11, p. 1-272.

WOLTON, Dominique. É preciso salvar a comunicação. Paulus, 2006.

APÊNDICES

Apêndice I - Roteiro para entrevistas semiestruturadas

Roteiro para entrevistas semiestruturadas

Projeto Padrão: Comunidades quilombolas e Covid-19: desenvolvimento de tecnologias sociais para promoção de saúde no Médio Jequitinhonha, Minas Gerais

Projeto de mestrado: Saúde e Comunicação Quilombola: Urgências e desafios vivenciados pelas mulheres da comunidade quilombola de Córrego do Narciso - Minas Gerais durante a Pandemia da COVID-19

Entrevistadora:

Comunidade:

Data:

Nome do (s) entrevistado(s):

.Perfil do entrevistado - pessoal

I.

Depoimento livre: fale um pouco sobre você, suas vivências e experiências como membro da comunidade.

II. Oralidade e comunicação e saúde

1. Como acontece o fluxo de informações dentro da comunidade? E as informações referente as demandas de saúde de vocês?
2. Me parece comum que a comunidade passe seus saberes e costumes através da palavra falada né? A oralidade mesmo, as conversas, causos e etc essa forma de comunicação é em sua opinião importante para a manutenção do quilombo?
3. Você considera importante que a informação sobre diferentes ações chegue a todos os membros da comunidade uma vez que é de interesse de todos os residentes?

4. Você(s) acha a comunicação entre vocês importante para o estabelecimento das ações na comunidade que busquem uma melhoria na qualidade de vida e na saúde de vocês?

5. Na sua opinião, quais são os principais problemas e desencontros para o estabelecimento de diálogos entre todos os membros residentes?

6. Considerando a comunidade, e a população que mora por aqui.... Você acha que a população dessa região poderia contribuir para melhorar o ambiente e a saúde nessa região, por meio das discussões e decisões tomadas em conjunto por vocês?

7. Como acontecem as decisões coletivas comunitárias?

8. Como vocês ficavam sabendo dos assuntos referentes à saúde e a prevenção do COVID- 19 durante a pandemia?

Assinatura do (s) participante (s):

Assinatura dos pesquisadores:

Apêndice II - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Prezada Participante,


Você está sendo convidada a participar do projeto de pesquisa intitulado **Saúde e Comunicação Quilombola: Urgências e desafios vivenciados pelas mulheres da comunidade quilombola de Córrego do Narciso - Minas Gerais durante a Pandemia da COVID-19**, coordenado pela Dra. Denise Nacif Pimenta para a Tese de Mestrado da aluna Stephanie dos Santos Cabral do Instituto René Rachou – Fiocruz Minas da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ-MG).

O objetivo principal deste projeto é auxiliar na melhoria das condições de saúde e de qualidade de vida de duas comunidades quilombolas localizadas na região do Médio Jequitinhonha, por meio de implementação de tecnologias sociais de baixo custo e de reaproveitamento de recursos hídricos, no intuito de garantir a sustentabilidade e a autonomia desses territórios. Como objetivo secundário objetiva-se mapear e registrar as práticas de cuidados e os saberes tradicionais voltados à saúde desenvolvidas por cada território beneficiário.

Você está sendo convidada a participar desta pesquisa pela sua proximidade com o tema proposto. Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, sua participação é muito importante para a execução da pesquisa.

Caso aceite este convite, você participará de uma entrevista. Haverá um encontro para realização desta em um espaço público, em sua residência ou outro local de sua escolha, ou à distância, por telefone ou internet. A entrevista terá duração de aproximadamente uma hora. Será gravada em áudio e filmada. Todos os procedimentos de gravação de áudio e vídeo somente serão realizados se houver a sua autorização prévia. Caso queira que grave somente em áudio (sem filmagem), você poderá indicar no momento da entrevista.

De modo geral, o benefício será o de contribuir para o mapeamento, análise e problematização do campo da Saúde Coletiva no Brasil por meio das narrativas das mulheres das comunidades quilombolas do Córrego do Rocha e Córrego do Narciso e que utilizam da Medicina Popular como forma tratativa de saúde em seus lugares de fala e pertencimento social. Os participantes não terão quaisquer despesas decorrentes da pesquisa e todos os cuidados serão tomados para evitar quaisquer danos decorrentes dela.

Rubrica do participante	Rubrica do pesquisador
	

O principal risco de participação nesta pesquisa é de um possível constrangimento durante a entrevista. Entretanto, os pesquisadores se comprometem a deixar o ambiente o mais tranquilo e descontraído para que este tipo de situação não ocorra. Caso seja solicitado pelo participante o material obtido será mantido em sigilo, sendo somente utilizados para fins desta pesquisa, e sua identidade não será revelada. Em qualquer momento você terá plena liberdade de responder ou não às questões levantadas e ou encerrar a sua participação. Os(as) participantes da pesquisa que vierem a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, têm direito à indenização, por parte da pesquisadora, do patrocinador e das instituições envolvidas nas diferentes fases da pesquisa.

Ao fim deste projeto, os resultados serão divulgados por meio de publicação de artigos em revistas científicas, relatórios e material de divulgação tais como manual colaborativo que irá sistematizar os saberes e práticas da medicina popular praticada pelas mulheres dos assentamentos e acampamento percorridos, além da produção de um documentário de curta duração gravado em áudio e vídeo com a anuência das participantes documentada através do termo de direito de cessão de uso de imagem e voz que poderá ter no momento da edição o suprimento da imagem e distorção da voz com intuito de garantir o sigilo da sua participação e identificação se assim desejar. Todos os dados gerados (material impresso e áudio) serão armazenados em local seguro sob a guarda da coordenadora da pesquisa, por pelo menos 05 anos após o término da pesquisa, conforme Resolução 466/12 e orientações do CEP/CPqRR.

Este termo está redigido em duas vias e você ficará com uma. Você deverá assinar o termo e rubricar as outras páginas, assim como o pesquisador responsável.

A qualquer momento você poderá solicitar informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos contatos fornecidos no final deste documento. Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do CPqRR, órgão responsável por defender os interesses dos participantes da pesquisa.

Endereço da Coordenação da Pesquisa

Dra. Denise Nacif Pimenta

Instituto René Rachou

Avenida Augusto de Lima, 1715, Barro Preto, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.190-002

Tel: (31) 3349 7700, E-mail: denise.pimenta@fiocruz.br


Endereço do Comitê de Ética do Instituto René Rachou - CEP/CPqRR

Secretaria: Bernadete Patrícia Santos

Instituto René Rachou

Avenida Augusto de Lima, 1715, Barro Preto, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.190-002

Tel.: (31) 3349 7825, E-mail: bernadet@fiocruz.br

Rubrica do participante	Rubrica do pesquisador
	

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Você autoriza a sua identificação na pesquisa?

Sim Não

Você autoriza a gravação da entrevista?

___ Sim ___ Não

Local e Data: _____

Nome do Participante

Assinatura do Participante



Assinatura Pesquisadora Coordenadora

Dra. Denise Nacif Pimenta

ANEXO**Anexo I – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

INSTITUTO RENÉ RACHOU
FIOCRUZ- MINAS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Comunidades quilombolas e Covid-19: desenvolvimento de tecnologias sociais para promoção de saúde no Médio Jequitinhonha, Minas Gerais

Pesquisador: Denise Nacif Pimenta

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 43259121.3.0000.5091

Instituição Proponente: Instituição Instituto René Rachou/FIOCRUZ Minas

Patrocinador Principal: Fundação Oswaldo Cruz

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.702.705

Apresentação do Projeto:

Trata-se de análise das respostas apresentadas ao Parecer 4.564.482, emitido por este Comitê em 28/02/21. O projeto é coordenado por pesquisadora do Instituto Rene Rachou e será realizado nas comunidades remanescentes de quilombos Córrego do Rocha (Chapada do Norte, MG) e Córrego do Narciso (Araçuaí, MG).

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram obtidas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1701524.pdf de 12/04/2021).

Desenho: Estudo de caráter técnico e social, a ser desenvolvido em duas comunidades do Médio Jequitinhonha/MG, Córrego do Rocha (Chapada do Norte, MG) e Córrego do Narciso (Araçuaí, MG). As comunidades serão observadas de forma etnográfica, com anotações em caderno de campo, e são realizadas dez entrevistas semiestruturadas em cada uma destas comunidades.

Hipótese: Acredita-se que devido a negligência histórica do poder público sobre a questão do acesso à água nas comunidades quilombolas, bem como as dificuldades de acesso aos serviços de saúde e saneamento básico, as comunidades quilombolas, a partir de suas experiências e saberes populares, constroem respostas a esses problemas. Observa-se que nesse contexto de

Endereço: Avenida Augusto de Lima, 1715

Bairro: Barro Preto

CEP: 30.190-002

UF: MG

Município: BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3349-7825

Fax: (31)3349-7825

E-mail: cepsh-cpqr@cpqr.fiocruz.br

INSTITUTO RENÉ RACHOU FIOCRUZ- MINAS



Continuação do Parecer: 4.702.705

precariedades, muitos homens não ficam na comunidade e deslocam-se para outras localidades em busca de trabalho. As mulheres que ficam na comunidade acabam assumindo o protagonismo de ações nas comunidades. Por isso, neste projeto trabalhamos com a hipótese de que as lideranças femininas assumem um papel essencial em acionar saberes tradicionais para resistir aos impactos da pandemia da Covid-19.

Metodologia Proposta: Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo e exploratório, construída de forma colaborativa com a comunidade. Serão seguidas as seguintes etapas: 1ª) levantamento bibliográfico sobre mulheres quilombolas e construção de tecnologias sociais; 2ª) visitas técnicas para prospecção do território, levantamento de demandas e projeção dos planos de ação (em diálogo com lideranças femininas; 3ª) oficinas e elaboração de cartilha; 4ª) implantação e registro das tecnologias sociais; 5ª) proposição de políticas públicas, bem como outras formas de publicização dos resultados da pesquisa. A pesquisa será desenvolvida nas comunidades remanescentes de quilombos de Córrego do Rocha e Córrego do Narciso, Minas Gerais que possui aproximadamente 40 famílias. Prevemos que as ações de pesquisa alcancem as comunidades como um todo. No que diz respeito ao números de pessoas entrevistadas, planejamos cerca de 20 pessoas, sendo 10 de cada comunidade. Pretendemos entrevistar principalmente as mulheres envolvidas na liderança comunitária, na luta pelo acesso à água e que sejam referência em práticas de cuidado e saúde. Entretanto, é possível que sejam incluídos alguns homens que tenham atuação destacada em uma dessas áreas. Por meio da articulação com lideranças das comunidades, estas serão coletivamente informadas sobre a pesquisa, assim como sobre seus direitos. A Federação Das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais (N'Golo) é a instituição que representa essas comunidades, por isso solicitamos a esta uma carta de anuência para realizar a pesquisa. A identidade das pessoas observadas será preservada, caso seja do desejo delas, e a pesquisa será realizada apenas com o consentimento prévio dos participantes e interrompida caso se sintam desconfortáveis. No caso destas entrevistas, será apresentado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). As entrevistas serão marcadas antecipadamente, em concordância com o entrevistado, de modo que não venha desviá-lo de sua rotina. Além disso, serão organizadas oficinas sobre educação ambiental, com a ajuda de bolsistas residentes nos locais, voltadas para mulheres jovens adultas (maiores de idade). Para apoio didático nas oficinas serão elaboradas cartilhas educativas. Pretendemos realizar 10 visitas às comunidades, com duração de cerca de 5 dias. Serão feitas anotações em caderno de campo e poderão ser feitas intervenções pontuais apenas para melhor compreensão das práticas. Ressalta-

Endereço: Avenida Augusto de Lima, 1715

Bairro: Barro Preto

CEP: 30.190-002

UF: MG

Município: BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3349-7825

Fax: (31)3349-7825

E-mail: cepsh-cpqrri@cpqrr.fiocruz.br

INSTITUTO RENÉ RACHOU
FIOCRUZ- MINAS



Continuação do Parecer: 4.702.705

se que no contexto da pandemia serão adotadas medidas de prevenção de contágio do novo coronavírus, como distanciamento social, uso de máscaras e higienização das mãos. Por ser um projeto da Fiocruz, a equipe espera poder contar com o apoio institucional para realizar testes da Covid-19 antes de ir a campo. Serão utilizados também recursos visuais, tais como fotografia e filmagem, se permitido pelos participantes (mediante assinatura de Termo de Uso de Imagem). A finalidade da utilização desses recursos é o de obter material que possa ser utilizado na produção de cartilhas e divulgação do trabalho.

Metodologia de Análise de Dados: Após o levantamento bibliográfico sobre mulheres quilombolas e construção de tecnologias sociais, a equipe de pesquisa produzirá uma reflexão teórica sobre a temática, isso garantirá o embasamento necessário para a segunda fase da pesquisa que diz respeito a realização das visitas técnicas para prospecção do território, levantamento de demandas e projeção dos planos de ação (em diálogo com as lideranças femininas. Nessa fase de visitação, lançaremos mão de duas metodologias: produção de caderno de campo e história oral. A História oral é um recurso moderno, inaugurado depois da Segunda Guerra Mundial, como o avanço das tecnologias dos gravadores e das máquinas em geral e passou a ser um mecanismo utilizado para validar algumas experiências que não estão registradas em documentos escritos ou quando estão presentes em documentos escritos, têm um caráter mais subjetivo. A História oral passa a ser uma narrativa, na qual a entrevista gravada ou filmada, tem fundamento de um registro suporte material, que permite que quase sempre, se tenha variações das possibilidades da documentação escrita (MEIHY; BARBOSA, 2007). Como sugere Bosi (1994), a História oral possui uma amplitude de vibração que falta à informação. A narrativa oral nesse sentido, revela o conjunto das experiências de vida de uma pessoa. Uma narrativa pessoal, profunda e íntima, permite descortinar mais que os fatos em si, mas impressões, visões de mundo, dentre outros. Dentro da História oral existem algumas variações, dessas, destacamos a história oral de vida, a história oral temática, a tradição oral e a história oral testemunhal. Na presente pesquisa, nos apoiamos na História Oral Testemunha, alternativa para quem estuda as comunidades estruturadas pela tradição oral, sendo portanto, muito utilizada em pesquisas que investigam comunidades indígenas e quilombolas. Segundo (Seawright e Meihy, 2020), a memória construída pela fala não se atenta para exatidões informativas, diferindo-se das finalidades e usos de dados qualitativos. Os produtos das entrevistas são sempre subjetivas e correspondem a uma narrativa constituída pela memória individual e coletiva. Por essa característica, ainda segundo os autores a tradição oral é uma das mais complexas e raras manifestações da História Oral. Além disso, ela trabalha

Endereço: Avenida Augusto de Lima, 1715

Bairro: Barro Preto

CEP: 30.190-002

UF: MG

Município: BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3349-7825

Fax: (31)3349-7825

E-mail: cepsh-cpqr@cpqr.fiocruz.br

INSTITUTO RENÉ RACHOU
FIOCRUZ- MINAS



Continuação do Parecer: 4.702.705

com a, "transcendência do tempo e muitas vezes, anula os espaços físicos e porque admite, ainda a presença das crenças e demais valores de explicações não racionais, a tradição oral é vista como algo menos aceito na comunidade acadêmica. Revelando um grave preconceito acadêmico, a memória de expressão oral tem sido rebaixada como se fosse algo meramente folclórico, como coisa do povo e pouco prezada como matéria de estudos" (Seawright e Meihy, 2020 p. 82). Nosso trabalho visa exatamente superar esses preconceitos e propõe o diálogo entre o mundo acadêmico e as comunidades quilombolas, sem hierarquização dos saberes e construir narrativas que supere as versões eurocêntricas e homogeneizadoras, nas quais irão emergir as vozes, sentidos, sentimentos dessas comunidades. Toda nossa análise será base em guias práticos de história oral aplicada publicadas pelos núcleos de história oral da USP e da UFF, que nos auxiliarão na passagem do oral para o escrito e guarda de documentos, destacando-se as etapas de transcrição, textualização, tom vital, transcrição e banco de histórias. No que tange ao registro do caderno ou diário de campo, adotaremos a prática tão comum entre os antropólogos que o entende como um suporte imprescindível para os registros de pesquisa. Antes das pesquisas, os registros sugerem expectativas, intenções e motivações tanto sobre a trajetória do projeto, quanto sobre as gravações. Depois das entrevistas, os registros revelam as impressões, as experiências e os detalhes das performances narrativas, características dos encontros, dos territórios e ambientes.

Critério de Inclusão: Serão incluídos as famílias residentes nas comunidades quilombolas Córrego do Rocha e Córrego do Narciso.

Critério de Exclusão: Serão excluídas as famílias que não residem nas comunidades quilombolas Córrego do Rocha e Córrego do Narciso.

Tamanho da Amostra no Brasil: 20 participantes, 10 provenientes do Córrego do Narciso e 10 do Córrego do Rocha - todos serão submetidos à entrevista semi-estruturada.

O estudo apresenta orçamento na ordem de R\$300.000,00 e conta com o financiamento da Fiocruz (Edital INOVA).

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Auxiliar na melhoria das condições de saúde e de qualidade de vida de duas comunidades quilombolas localizadas na região do Médio Jequitinhonha no contexto da pandemia da Covid-19, por meio de implementação de tecnologias sociais de baixo custo e de

Endereço: Avenida Augusto de Lima, 1715
Bairro: Barro Preto **CEP:** 30.190-002
UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE
Telefone: (31)3349-7825 **Fax:** (31)3349-7825 **E-mail:** cepsh-cpqr@cpqr.fiocruz.br

INSTITUTO RENÉ RACHOU FIOCRUZ- MINAS



Continuação do Parecer: 4.702.705

reaproveitamento de recursos hídricos, no intuito de garantir a sustentabilidade e a autonomia desses territórios.

Objetivos Secundários:

- Potencializar o acesso à água por meio de tecnologias de reutilização e produção de água;
- Melhoria no saneamento com técnicas de baixo custo;
- Avaliação técnica sobre a viabilidade de propostas de solução para o problema do acesso à água apresentadas pelas próprias comunidades.
- Mapear e registrar as práticas de cuidados e os saberes tradicionais voltados à saúde desenvolvidas por cada território beneficiário;
- Problematicar o racismo e a desigualdade de gênero envolvidos na luta pelo direito de acesso à água, para chamar a atenção popular e de gestores públicos para a importância do enfrentamento dessas questões;
- Registrar e divulgar as ações desenvolvidas pelo projeto, a fim de que sejam replicadas e sirvam de manual orientador para outros povos e comunidades tradicionais localizados na região do semiárido que também convivem com a seca e dificuldade de acesso à água de qualidade.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Um possível risco da pesquisa é surgir um constrangimento durante a realização das entrevistas ou da observação participante. As pesquisadoras que irão conduzir a pesquisa estarão atentas a propiciar meios para que os participantes se sintam confortáveis para responder as perguntas, ou para se abster de respondê-las, e os entrevistados poderão encerrar sua participação a qualquer momento. Devido à pandemia do novo coronavírus há o risco de contaminação, por isso serão respeitadas as normas de segurança estabelecidas para o controle do vírus, como distanciamento social, higienização e utilização de equipamentos de proteção individual (EPIs). As pesquisadoras só irão a campo caso não apresentem sintomas da Covid-19 e esperam poder contar com o apoio institucional da Fiocruz para realizarem testes antes da viagem.

Benefícios: O desenvolvimento e aplicação de tecnologias sociais podem minimizar os efeitos da escassez dos recursos hídricos e por consequência promover a melhoria da qualidade de vida da prevenção da Covid-19. Além disso, as práticas tradicionais e populares de cura praticadas pelas mulheres quilombolas serão preservadas e divulgadas na comunidade e nas regiões vizinhas, ampliando a concepção e acesso à saúde de forma integrada ao SUS. Serão beneficiadas pelo projeto cerca de 40 famílias quilombolas, sobretudo mulheres, jovens e crianças, residentes nas

Endereço: Avenida Augusto de Lima, 1715
Bairro: Barro Preto **CEP:** 30.190-002
UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE
Telefone: (31)3349-7825 **Fax:** (31)3349-7825 **E-mail:** cepsh-cpqr@cpqr.fiocruz.br

INSTITUTO RENÉ RACHOU
FIOCRUZ- MINAS



Continuação do Parecer: 4.702.705

comunidades remanescentes de quilombos de Córrego do Rocha e Córrego do Narciso, Minas Gerais.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O estudo será executado em temática relevante para a saúde pública e meio ambiente e em comunidade normalmente negligenciada.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos de apresentação obrigatória foram anexados à Plataforma Brasil.

Recomendações:

Agregar referencial teórico-metodológico sobre: tecnologias sociais de baixo custo de saneamento e reutilização da água; construção de oficinas e elaboração de cartilhas; comunidade quilombola.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Seguem abaixo a análise das respostas apresentadas ao Parecer 4.564.482, emitido por este Comitê em 28/02/21:

- PENDÊNCIA 1: A pesquisa tem como título: Comunidades quilombolas e Covid-19: desenvolvimento de tecnologias sociais para promoção de saúde no Médio Jequitinhonha, Minas Gerais. Entretanto, em nenhum momento dos objetivos ou referencial teórico e metodológico é explicitado, detalhado ou apontado a relação com a Covid. Recomenda-se agregar tal associação em toda a proposta apresentada e no roteiro de entrevistas.

Resposta: A relação com a Covid-19 foi explicitada ao longo do projeto e no roteiro de entrevistas. As modificações foram destacadas

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

- PENDÊNCIA 2: No cronograma (Informações básicas), é apresentada a atividade "formação voltada aos jovens quilombolas em educação ambiental". Na proposta, nas partes Metodologia e Roteiro, tal atividade não é explicitada. Os participantes serão jovens com menos de 18 anos? Em caso afirmativo, deverá ser construído o Termo de Assentimento.

Endereço: Avenida Augusto de Lima, 1715
Bairro: Barro Preto **CEP:** 30.190-002
UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE
Telefone: (31)3349-7825 **Fax:** (31)3349-7825 **E-mail:** cepsh-cpqr@cpqr.fiocruz.br

INSTITUTO RENÉ RACHOU
FIOCRUZ- MINAS



Continuação do Parecer: 4.702.705

Resposta: A oficina será realizada apenas com maiores de idade. Essa informação foi adicionada à metodologia do projeto

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

- PENDÊNCIA 3: Sugere-se também que, para minimização dos riscos em relação à pandemia, a equipe de pesquisa realize testes validados e confiáveis para Covid-19, mesmo que não haja sintomas aparentes. No projeto consta que "só irão a campo caso não apresentem sintomas da Covid-19".

Resposta: Foi acrescentado que a equipe irá realizar testes na Fiocruz.

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

- PENDÊNCIA 4: Apresentar nova Folha de Rosto assinada pelo representante legal da instituição proponente.

Resposta: A Folha de Rosto assinada foi anexada

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

- PENDÊNCIA 5: Apresentar Matriz de Responsabilidade.

Resposta: A matriz de responsabilidade foi anexada.

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

- PENDÊNCIA 6: Os TCLEs devem assegurar, de forma clara e afirmativa, que o participante de pesquisa tem direito à indenização em caso de danos decorrentes do estudo (Resolução CNS 466/2012, itens II.7, IV.3.h, IV.4.c, V.7). Solicita-se adequação.

Resposta: Essa informação foi acrescentada ao TCLE.

Endereço: Avenida Augusto de Lima, 1715

Bairro: Barro Preto

CEP: 30.190-002

UF: MG

Município: BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3349-7825

Fax: (31)3349-7825

E-mail: cepsh-cpqr@cpqrr.fiocruz.br

**INSTITUTO RENÉ RACHOU
FIOCRUZ- MINAS**



Continuação do Parecer: 4.702.705

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

A coordenação do estudo informa também que foi inserido no TCLE a opção do entrevistado optar por ser identificado ou não, pois, de acordo com a resolução nº510/2016, art. 9, parágrafo V, o participante pode decidir se sua identidade pode ser divulgada. Além disso foram feitas algumas alterações no cronograma para adequação do projeto ao atual contexto.

Considerações Finais a critério do CEP:

Após análise criteriosa, constatamos que o estudo atende aos aspectos fundamentais das Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, sobre Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos. Diante do exposto, o Comitê de Ética do IRR/FIOCRUZ Minas, de acordo com as atribuições a ele concedidas pela Legislação vigente, manifesta-se pela aprovação do presente projeto de pesquisa. Firma-se, diante deste documento, a necessidade de serem apresentados os relatórios semestrais e final, bem como a notificação de eventos adversos, de emendas ou modificações no protocolo para apreciação do CEP.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1701524.pdf	12/04/2021 20:22:06		Aceito
Outros	Carta_de_resposta_projeto_inova.pdf	12/04/2021 20:21:43	Denise Nacif Pimenta	Aceito
Outros	Matriz_de_responsabilidade_projeto_inova.pdf	12/04/2021 20:19:45	Denise Nacif Pimenta	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_completo.pdf	12/04/2021 20:17:24	Denise Nacif Pimenta	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_completo_modificacoes_destacadas.pdf	12/04/2021 20:15:15	Denise Nacif Pimenta	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_ComunidadesQuilombolas.pdf	12/04/2021 20:13:00	Denise Nacif Pimenta	Aceito

Endereço: Avenida Augusto de Lima, 1715

Bairro: Barro Preto

CEP: 30.190-002

UF: MG

Município: BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3349-7825

Fax: (31)3349-7825

E-mail: cepsh-cpqr@cpqr.fiocruz.br

**INSTITUTO RENÉ RACHOU
FIOCRUZ- MINAS**



Continuação do Parecer: 4.702.705

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_ComunidadesQuilombolas_modificacoes_destacadas.pdf	12/04/2021 20:11:54	Denise Nacif Pimenta	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_projetoInova.pdf	12/04/2021 20:10:19	Denise Nacif Pimenta	Aceito
Outros	Cartadeanuencia_ProjetoInova.pdf	15/02/2021 22:15:20	Brunah Schall e Pinto	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_autorizacao_imagemvoz.pdf	15/02/2021 22:14:34	Brunah Schall e Pinto	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BELO HORIZONTE, 10 de Maio de 2021

**Assinado por:
Ana Paula Granato Ribeiro
(Coordenador(a))**

Endereço: Avenida Augusto de Lima, 1715
Bairro: Barro Preto **CEP:** 30.190-002
UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE
Telefone: (31)3349-7825 **Fax:** (31)3349-7825 **E-mail:** cepsh-cpqr@cpqr.fiocruz.br